

MERCADO DE CARNE, LEITE E PELE DE CAPRINOS E OVINOS NO NORDESTE

Série: Documentos do ETENE.

Obras já publicadas na série:

- V. 01 – Possibilidades da Mamona como Fonte de Matéria-Prima para a Produção de Biodiesel no Nordeste Brasileiro
- V. 02 – Perspectivas para o Desenvolvimento da Carcinicultura no Nordeste Brasileiro
- V. 03 – Modelo de Avaliação do Prodetur/NE-II: base conceitual e metodologia
- V. 04 – Diagnóstico Socioeconômico do Setor Sisaleiro do Nordeste Brasileiro
- V. 05 – Fome Zero no Nordeste do Brasil: construindo uma linha de base para avaliação do programa
- V. 06 – A Indústria Têxtil e de Confecções no Nordeste: características, desafios e oportunidades
- V. 07 – Infra-Estrutura do Nordeste: estágio atual e possibilidades de investimentos
- V. 08 – Grãos nos Cerrados Nordestinos: produção, mercado e estruturação das principais cadeias
- V. 09 – O Agronegócio da Caprino-Ovinocultura no Nordeste Brasileiro
- V. 10 – Proposta de Zoneamento para a Cajucultura
- V. 11 – Pluriatividade no Espaço Rural do Pólo Baixo Jaguaribe, Ceará
- V. 12 – Apicultura Nordestina: principais mercados, riscos e oportunidades
- V. 13 – Cotonicultura nos Cerrados Nordestinos: produção, mercado e estruturação da cadeia produtiva
- V. 14 – A Indústria de Calçados no Nordeste: características, desafios e oportunidades
- V. 15 – Fruticultura Nordestina: desempenho recente e possibilidades de políticas
- V. 16 – Floricultura: caracterização e mercado
- V. 17 – Floricultura: perfil da atividade no Nordeste brasileiro
- V. 18 – Setor Sucoalcooleiro Nordestino: desempenho recente e possibilidades de políticas
- V. 19 – Vitivinicultura Nordestina: características e perspectivas
- V. 20 – Extrativismo da Carnaúba: relações de produção, tecnologia e mercados
- V. 21 – Cachaça e Rapadura na Área de Jurisdição do BNB: produção, tecnologia e mercados
- V. 22 – Pluriatividade na Agricultura Familiar: o caso do pólo de desenvolvimento de agronegócios Cariri cearense
- V. 23 – A Avicultura Industrial no Nordeste: aspectos econômicos e organizacionais
- V. 24 – A Agroindústria de Alimentos de Frutas e Hortaliças no Nordeste e demais Áreas de Atuação do BNB: desempenho recente e possibilidades de políticas
- V. 25 – Feiras Livres de Cascavel e de Ocara: Caracterização, Análise da Renda e das Formas e Governança dos Feirantes
- V. 26 – Identificação de Áreas Vacionadas para as Pecuárias de Leite e de Corte no Nordeste
- V. 27 – Mercado de Carne, Leite e Pele de Caprinos e Ovinos no Nordeste

Antonio Nogueira Filho
Médico Veterinário, Especialista em Agribusiness pela UFPB/USP
Mestre em Ciências Avícolas pela UECE
Técnico do BNB-Etene

Carlos Alberto Figueiredo Júnior
Economista, Mestre em Economia Rural pela UFC
Técnico do BNB-Etene

Arthur Yamamoto
Engenheiro Agrônomo, Mestre em Sociologia pela UFC
Assessor do Gabinete da Presidência do BNB em Brasília

MERCADO DE CARNE, LEITE E PELE DE CAPRINOS E OVINOS NO NORDESTE

Série Documentos do Etene Nº 27

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2010



Presidente:
Roberto Smith

Diretores:
João Emílio Gazzana
José Sydrião de Alencar Júnior
Luiz Carlos Everton de Farias
Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva
Oswaldo Serrano de Oliveira
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

**Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste – Etene**
Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação
Jânia Maria Pinho Souza

Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais
Wendell Márcio Araújo Carneiro

Coordenação da Série Documentos do Etene
Ailton Saboya Valente Júnior

Coordenação Geral da Pesquisa

Ailton Sabóia Valente Júnior
Economista, Mestre em Economia Rural e
Pesquisador do BNB-Etene

Equipe Técnica
Antonio Nogueira Filho

Carlos Alberto Figueiredo Júnior
Arthur Yamamoto

Bolsistas de Nível Superior
Antonio Rodrigo Felix Rodrigues
Valéria Falcão de Souza

Apoio Logístico
Centrais Operacionais e Agências
Central de Informações Sociais,
Econômicas e Tecnológicas – ETENE
Francisco Bezerra Diniz

Ambiente de Comunicação Social
José Maurício de Lima da Silva

Editor: Jornalista Ademir Costa
Normalização Bibliográfica:
Rodrigo Leite Rebouças
Revisão Vernacular: Francisco Macedo
Diagramação: Henrique Baima
Mais informações
Internet: <http://www.bnb.gov.br>
Cliente Consulta: 0800.728.3030
Tiragem: 1000 exemplares

A281 Nogueira Filho, Antônio
Mercado de carne, leite e pele de caprinos e ovinos no Nordeste / Antonio Nogueira Filho,
Carlos Alberto Figueiredo Júnior, Arthur Yamamoto. – Fortaleza: Banco do Nordeste do
Brasil, 2010.

128 p. – (Série documentos do Etene, n. 27).

ISBN 978.85.7791.087.8

1. Caprino. 2. Ovino. 3. Economia. I. Nogueira Filho, Antonio. II. Figueiredo Júnior,
Carlos Alberto. III. Yamamoto, Arthur. IV. Título.

CDD: 636.39

Conselho Editorial

José Narciso Sobrinho
Nívia de Oliveira Galindo Almeida
Francisco das Chagas Farias Paiva
José Maurício de Lima da Silva
Ozeas Duarte de Oliveira
Jânia Maria Pinho Souza
José Maria Marques de Carvalho
Airton Saboya Valente Júnior
Paulo Dídimo Camurça Vieira
Ademir da Silva Costa

AGRADECIMENTOS

Os autores registram seus agradecimentos às instituições e pessoas que contribuíram para a realização da pesquisa, sem as quais este trabalho não poderia ser concretizado. Aos empresários, representantes de classe e pesquisadores, que forneceram informações sobre a atividade. Aos técnicos de campo do Banco do Nordeste do Brasil, às agências, superintendências e Centrais Operacionais dos estados visitados, pelo apoio logístico concedido. E aos bolsistas, que auxiliaram na pesquisa de dados e formatação do texto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
1 – INTRODUÇÃO	19
2 – METODOLOGIA	22
2.1 – Área de Abrangência da Pesquisa	22
2.2 – Etapas do Trabalho	23
2.3 – Amostra Pesquisada	31
2.4 – Procedimentos Metodológicos.....	32
3 – PANORAMA GERAL DA EXPLORAÇÃO DE CAPRINOS E OVINOS	33
3.1 – Importância da Atividade	33
3.2 – Sistemas de Produção	38
3.3 – Tecnologias Disponíveis.....	40
4 – CADEIA PRODUTIVA DA CAPRINO-OVINOCULTURA	51
4.1 – Descrição da Cadeia Produtiva	52
4.2 – Gargalos e possíveis soluções	54
4.3 – Subsistemas de Insumos.....	55
4.4 – Subsistema Produção.....	55
4.5 – Subsistema Abate e Processamento	56
4.6 – Subsistema Distribuição	56
5 – MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO	57
5.1 – Carne de Caprinos e Ovinos.....	57
5.2 – Leite de Cabra	74
5.3 – Peles de Caprinos e Ovinos	91
6 – FINANCIAMENTO À ATIVIDADE.....	104
7 – CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.....	113
7.1 – Subsistema Insumos	116
7.2 – Subsistema Produção.....	117
7.3 – Subsistema Processamento	120
7.4 – Subsistema Distribuição	121
REFERÊNCIAS.....	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nordeste: Plantel de Caprinos e Ovinos, 2007.....	23
Tabela 2 – Efetivos de Caprinos e Ovinos no Mundo (em mil cabeças)	34
Tabela 3 – Produção Mundial de Carnes Caprina e Ovina	57
Tabela 4 – Produção Mundial de Carnes Caprina e Ovina, 2007 (cabeças).....	58
Tabela 5 – Importação Mundial de Carnes Caprina e Ovina (toneladas)	58
Tabela 6 – Importação Mundial de Carnes Caprina e Ovina em 2005, por Continente (toneladas).....	59
Tabela 7 – Produção Brasileira de Carnes Caprina e Ovina, 1998-2007 (cabeças).....	59
Tabela 8 – Composição do Leite de Cabra e de Vaca (em 100mg)	74
Tabela 9 – Maiores Produtores Mundiais de Leite de Cabra (em mil toneladas)	82
Tabela 10 – Maiores Produtores Mundiais de Leite de Ovelha (em mil toneladas).....	83
Tabela 11 – Produção Mundial de Leite de Cabra	84
Tabela 12 – Leite de cabra adquirido por Indústrias de Lactícínios e Programas de Governo	86
Tabela 13 – Produção de Leite de Cabra na Região Nordeste em 2006	90
Tabela 14 – Importações e Exportações de Peles Caprinas 1998-2007, em valores (US\$ FOB) e quantidade (kg)	98
Tabela 15 – Importações e Exportações de Peles Ovinas 1998-2007, em valores (US\$ FOB) e quantidade (kg)	98
Tabela 16 – Financiamentos do BNB a Ovinocaprinocultura por setor (Reais 2008).....	104
Tabela 17 – Evolução do Rebanho Ovino, 1998-2007	108
Tabela 18 – Financiamentos do BNB em Ovinocultura, 1998-2007 (Reais de 2007).....	109
Tabela 19 – Evolução do Rebanho Caprino, 1998-2007	111
Tabela 20 – Financiamentos do BNB em Caprinocultura, 1998-2007 (Reais de 2007).....	111
Quadro 1 – Subsistema Produção: Gargalos e Possíveis Soluções.....	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Volume de Abates Formais de Ovinos, 2002-2007	60
Gráfico 2 – Exportações e Importações de Peles Ovinas e Caprinas 1998-2007, em valores (US\$ FOB)	99
Gráfico 3 – Exportações e Importações de Peles Ovinas e Caprinas, 1998-2007 (em kg).....	99
Gráfico 4 – Saldo da Balança Comercial de Peles de Ovinos e Caprinos, 1998-2007 (US\$ FOB).....	100
Gráfico 5 – Cotação do Dólar Americano em Relação ao Real, 1998-2007	100
Gráfico 6 – Financiamentos do BNB à Bovinocultura e Ovinocaprinocultura, 1999- 2008 (em milhões de R\$)	105
Gráfico 7 – Número de Operações do BNB em Ovinocaprinocultura, 1998-2007	106
Gráfico 8 – Valores Médios dos Contratos do BNB a Ovinocaprinocultura, 1998-2008 (Reais 2007).....	106

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Carne de Ovino sem Acondicionamento, Comercializada em Mercado Público	70
Foto 2 – Carne de Ovino Devidamente Embalada e Refrigerada, Comercializada em Supermercado	71
foto 3 – Raça Saanen	77
foto 4 – Raça Saanen – Regime de Estabulação	77
foto 5 – Raça Parda Alpina	78
foto 6 – Raça Alpina Britânica	78
foto 7 – Raça Toggenburg	79
Foto 8 – Beneficiamento de Couro de Caprinos e Ovinos em Curtume de Pequeno Porte	93
Foto 9 – Beneficiamento de Couro de Caprinos e Ovinos em Curtume de Pequeno Porte	93
Foto 10 – Beneficiamento de Couro de Caprinos e Ovinos em Curtume de Pequeno Porte	94
Foto 11 – Beneficiamento de Couro de Caprinos e Ovinos em Curtume de Pequeno Porte	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Área de Atuação do BNB.....	22
Figura 2 – Densidade de Rebanho Caprino	25
Figura 3 – Efetivo do Rebanho Caprino	26
Figura 4 – Financiamento BNB: Valores Contratados para Caprino	27
Figura 5 – Densidade do Rebanho Ovino	28
Figura 6 – Efetivo do Rebanho Ovino	29
Figura 7 – Financiamento BNB: Valores Contratados para Ovino	30
Figura 8 – Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura de Corte	54
Figura 9 – Fluxograma da Produção de Carne Ovina e Caprina no Nordeste	67
Figura 10 – Fluxograma da Comercialização de Leite de Cabra	87
Figura 11 – Fluxograma da Comercialização de Peles	103



APRESENTAÇÃO

A ovinocaprinocultura constitui-se em importante atividade econômica para o Nordeste brasileiro e de forma especial, para o semiárido, tendo em vista as condições edafoclimáticas favoráveis da Região para a exploração de caprinos e ovinos. Referida atividade representa uma das mais importantes fontes de proteína nobre de origem animal para um grande contingente da população de baixa renda. É um setor de elevada importância socioeconômica diante do grande número de ocupação, postos de trabalho e renda gerados direta e indiretamente, especialmente para pequenos produtores rurais.

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), como principal órgão de desenvolvimento e de crédito da Região, tem se destacado ainda como gerador de tecnologia, conhecimentos e informações sobre as diversas atividades produtivas desenvolvidas na região, fortalecendo o setor produtivo do Nordeste, além de contribuir para uma melhor administração do crédito e redução de riscos na aplicação dos recursos do Banco.

Tendo em vista a importância socioeconômica da ovinocaprinocultura, levando-se em ponderação as recentes mudanças tecnológicas e mercadológicas do setor e considerando o aumento das contratações do BNB nesse segmento, a Coordenadoria de Estudos Rurais e Agroindustriais do ETENE tomou a iniciativa de realizar o presente trabalho.

Assim, é com satisfação que o BNB disponibiliza mais um trabalho desenvolvido pelo ETENE, contribuindo para a disseminação, junto aos agentes públicos e privados, de informações acerca da produção, mercado, cadeia produtiva, além de sugestões de ações para nortear o fomento e o incremento de políticas e projetos que sejam capazes de promover o desenvolvimento sustentável do setor produtivo da ovinocaprinocultura na área de atuação do BNB.

José Narciso Sobrinho

Superintendente do Escritório Técnico de
Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

1 – INTRODUÇÃO

A caprino-ovinocultura constitui-se em importante atividade para a economia do Nordeste, tendo em vista sua elevada capacidade de adaptação às condições do semiárido e diversidade de produtos que podem ser explorados comercialmente (reprodutores, carnes, pele, leite e derivados), constituindo-se em considerável fator de geração de renda e fonte de proteína na dieta alimentar, principalmente da população rural. Os agricultores familiares, em especial, criam os animais visando à comercialização em feiras ou troca por outros produtos, além de utilizá-los como reserva de valor em momentos de dificuldade financeira.

Existem algumas ideias equivocadas – principalmente sobre a exploração de caprinos – que devem ser esclarecidas e desmistificadas. Frase como: “a cabra é fazedora de deserto”, por exemplo, vem de uma má interpretação de um estudo realizado por pesquisadores, que pretendiam mostrar a rusticidade dos caprinos, investigando quantas plantas diferentes poderiam ser comidas por uma cabra. Para tanto, foram colocadas 576 variedades de difícil assimilação para bovinos, mas a cabra, não tendo outra opção, comeu 449 das espécies ofertadas. Assim, o estudo em referência concluiu que as cabras são animais que podem sobreviver (sobreviver é diferente de produzir economicamente), inclusive, em áreas hostis, onde a espécie bovina, provavelmente, não sobreviveria.

Por uma distorção de interpretação da pesquisa, alguns criadores começaram a criar as cabras nos piores terrenos possíveis, em terras áridas, muitas vezes sem a pastagem adequada e suficiente para alimentação dos animais. A conclusão do estudo citado ressaltava que as cabras, com o intuito de sobreviverem, limpavam a área, destruindo a pequena vegetação existente nos terrenos. Os menos avisados disseminaram a ideia de que as cabras, por onde passavam, deixavam as áreas desérticas. Na verdade, as terras onde colocaram as cabras já eram um “deserto” antes da presença desses animais. No Brasil, até hoje, há criadores de outras espécies, acreditando, erroneamente, que depois da cabra, só restará o deserto. Apesar dessa histórica difamatória e erroneamente disseminada, as cabras sobrevivem aos impropérios de tais criadores, gerando lucros aos seus exploradores¹.

¹ A frase e o estudo citados foram veiculados em palestras de especialistas, onde um dos autores esteve presente.

Considerando a adaptabilidade e rusticidade dessas espécies, a caprino e a ovinocultura vêm recebendo crescente atenção das instituições de pesquisa, especialmente no tocante aos aspectos técnicos de produção, tendo, na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos em Sobral/CE, um dos principais centros de geração e difusão de conhecimento acadêmico para o setor.

Os estudos e pesquisas mais recentes enfatizam a importância da caprino-ovinicultura no Nordeste, diante do porte de seu rebanho em relação às demais regiões do País (a Região detém 91,4% e 57,2%, respectivamente, dos rebanhos caprino e ovino brasileiros, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2007). Contudo, referidos estudos destacam também as precárias condições tecnológicas, os baixos índices de produtividade e a falta de informações confiáveis sobre o mercado da atividade na Região.

A produção nacional de ovinos para corte vem crescendo e se disseminando por todo o território nacional, à exceção da região Sul, que reduziu seu efetivo, em decorrência da queda na demanda por fibras de origem animal. Referido incremento, contudo, não vem conseguindo atender a demanda interna, razão por que as importações também vêm crescendo, tanto de animais vivos, como de carcaças resfriadas ou desossadas, em função das propriedades diferenciadas das carnes caprinas e ovinas e do leite de cabra e seus derivados. Percebe-se, nas grandes cidades nordestinas, o surgimento de um novo nicho no mercado de carnes, sendo cada vez mais comum a oferta de cortes especiais de caprinos e ovinos em grandes redes de supermercados.

Alguns autores revelam que o consumo de carne, principalmente de ovinos, vem crescendo em face do aumento das importações. Assim, questiona-se como os criadores nordestinos poderão participar dos benefícios desse mercado, tendo em vista que parte dos sistemas de produção ainda são ineficazes, persistindo a existência de doenças já erradicadas em outros países.

Vários estudos apontam para as incertezas que pairam sobre esse mercado de produtos ovinos e caprinos, levando em consideração a predominância da informalidade – os abates e vendas informais não são detectados pelas estatísticas oficiais, mas superam o percentual de 90%, em relação ao abate formal, mascarando os dados referentes à comercialização e consumo efetivos desses produtos.

A quase totalidade da carne comercializada para consumo tem origem no abate clandestino, enquanto outra parcela se destina ao consumo de subsistência. O volume de carne caprina e ovina comercializada, formalmente na região Nordeste (com inspeção federal ou estadual), não atinge o percentual de 5%. O leite de cabra e seus derivados igualmente vêm sendo considerados como produtos de grande potencial mercadológico (em razão de suas características diferenciadas), mas, à semelhança da carne, esbarra nas exigências de qualidade que o mercado exige.

As peles constituem outro mercado com características próprias, predominando a clandestinidade, com diversos atravessadores envolvidos na comercialização e transporte até o curtume, onde serão beneficiadas e destinadas ao mercado interno ou à exportação. No entanto, a maior parte das peles produzidas é de qualidade inferior. Segundo as estatísticas disponíveis, apenas 7% podem ser classificadas como de boa qualidade, pois as demais apresentam defeitos de diversas origens provocados por manejo deficiente, doenças e danos mecânicos.

O presente estudo tem a finalidade de esclarecer as diversas etapas do processo produtivo e caracterizar os atores envolvidos ao longo da cadeia produtiva da caprino-ovinocultura, com vista a uma melhor compreensão dessa atividade, no contexto da economia do Nordeste. Objetiva-se agregar informações necessárias à análise setorial, de forma que se possa contribuir para orientar a intervenção das instituições de pesquisa, setor privado, entidades de pesquisa, fomento, assistência técnica e extensão e para a definição de políticas de financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

2 – METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada a partir da identificação de uma carência de informações e dados sistematizados e confiáveis sobre o mercado de reprodutores e matrizes, carne, leite (inclusive derivados) e pele de caprinos e ovinos, na área de atuação do Banco do Nordeste. A sistematização de informações contribuirá para orientar as instituições públicas e privadas, empresários e técnicos na tomada de decisão, em relação à exploração e melhoramento de caprinos e ovinos.

2.1 – Área de abrangência da pesquisa

A pesquisa realizou-se na área geográfica de atuação do BNB, constituída por nove estados da região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) e mais as regiões setentrionais dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (Figura 1).

As visitas de campo efetuaram-se nos estados de maior expressão na criação de caprinos e ovinos, levando em conta o tamanho do rebanho, o padrão genético dos plantéis e importância relativa da atividade. Os estados visitados foram: Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Estes estados englobam 89,97% e 88,27%, respectivamente dos rebanhos caprinos e ovinos da Região, considerando o conjunto dos nove estados integralmente inseridos na região Nordeste brasileira, de acordo com o IBGE (Pesquisa da Pecuária Municipal, 2007). (Tabela I).

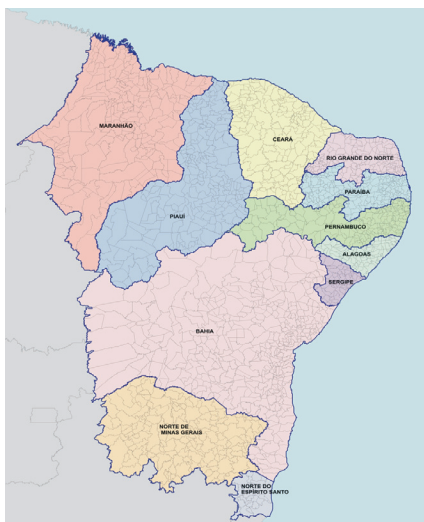


Figura 1 – Área de atuação do ETENE
Fonte: BNB

Tabela 1 – Nordeste: Plantel de Caprinos e Ovinos – 2007

Estados	Plantel Caprinos		Plantel Ovinos	
	cabeças	(%)	cabeças	(%)
Alagoas	67.549	0,78	201.273	2,17
Bahia	3.187.839	36,92	3.096.155	33,51
Ceará	976.880	11,31	1.998.165	21,34
Maranhão	379.054	4,39	226.216	2,44
Paraíba	636.457	7,37	409.634	4,41
Pernambuco	1.595.069	18,48	1.256.270	13,53
Piauí	1.371.392	15,89	1.437.219	15,48
Rio Grande do Norte	401.510	4,65	514.224	5,54
Sergipe	17.972	0,21	147.102	1,58
Total	8.633.722	100,00	9.286.258	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir de IBGE (2007) e Instituto FNP (2007).

2.2 – Etapas do trabalho

A metodologia desenvolveu-se observando as seguintes etapas:

- Levantamento bibliográfico sobre o sistema produtivo dos caprinos e dos ovinos e revisão da literatura sobre o estado da arte da caprino-ovinocultura, na área de atuação do Banco;
- Coleta de dados secundários em *sites* da Internet, artigos, IBGE, Conab, universidades e Instituições de Pesquisa, com o objetivo de identificar os estudos e pesquisas existentes na região Nordeste;
- Identificação das áreas de concentração da produção de carne, leite e peles de caprinos e ovinos, incluindo levantamento dos contratos de financiamento realizados pelo Banco, para a realização de entrevistas e visitas de campo, nos diversos subsistemas da cadeia produtiva de caprinos e ovinos;
- Elaboração de roteiros de entrevistas destinados aos componentes dos diversos setores e subsistemas da cadeia produtiva da caprino-ovinocultura;

- e. Definição de tipologias de produtores, conforme perfil socioeconômico, porte e nível tecnológico;
- f. Definição de amostras por tipologia de produtores para aplicação das entrevistas;
- g. Visitas exploratórias com realização de entrevistas;
- h. Sistematização e análise dos dados e informações coletados durante as entrevistas;
- i. Elaboração do relatório preliminar e revisão vernacular;
- j. Elaboração do relatório final.

Inicialmente, foram definidos os principais aspectos de importância para o público o qual o trabalho está orientado: produtores, agentes creditícios, consumidores, técnicos, distribuidores, fornecedores e autoridades governamentais. Agruparam-se as informações destacando os seguintes aspectos: panorama geral da caprino-ovinocultura, caracterização da atividade no Nordeste, vulnerabilidade da atividade, apoio governamental, identificação de problemas e sugestões de política para a atividade na Região.

As informações secundárias foram obtidas a partir de pesquisa documental em literatura especializada, acesso a dados estatísticos em bancos de dados disponíveis e em *sites* da Internet. Essas fontes foram essenciais para a realização do trabalho, especialmente na abordagem dos aspectos do mercado nacional e internacional. No enfoque da situação regional, além dessas fontes, utilizaram-se informações primárias.

Os dados primários foram obtidos por meio de estudo de campo, utilizando-se técnicas de roteiro de entrevistas e observações. As visitas ocorreram nos estados de maior concentração da produção e importância da atividade, levando-se em conta a densidade de animais por área (cabeças por quilômetro quadrado), o rebanho efetivo e o volume de recursos emprestados pelo Banco por município (Figuras 2 a 7). De acordo com estes critérios, os estados eleitos para a pesquisa foram Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Entre os municípios visitados, estão Fortaleza, Tejuçuoca e Quixadá (CE); Feira de Santana, Pintadas, Riachão do Jacuípe, Capela e Juazeiro (BA); Petrolina, Pimenta e Dormentes (PE); Campina Grande, Sumé, Mulungu e Cabaceiras (PB); Teresina e Campo Maior (PI).

As entrevistas realizaram-se com os principais atores dos elos que compõem a cadeia produtiva: produtores e representantes de frigoríficos e de curtumes, intermediários, técnicos de entidades representativas, universidades, instituições de pesquisa e órgãos governamentais.

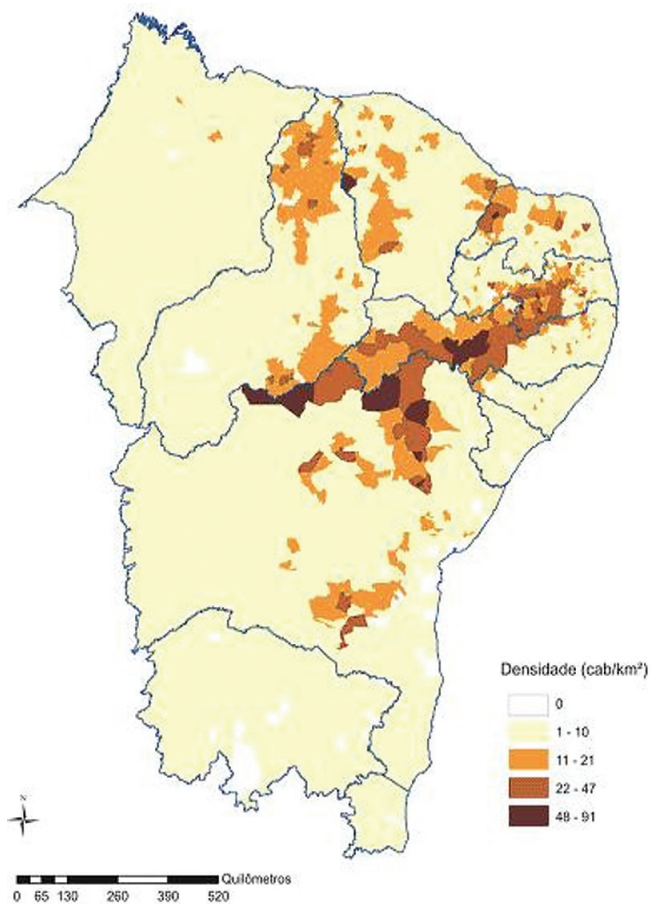


Figura 2 – Densidade de Rebanho Caprino

Fonte: IBGE. Elaboração BNB/ETENE.

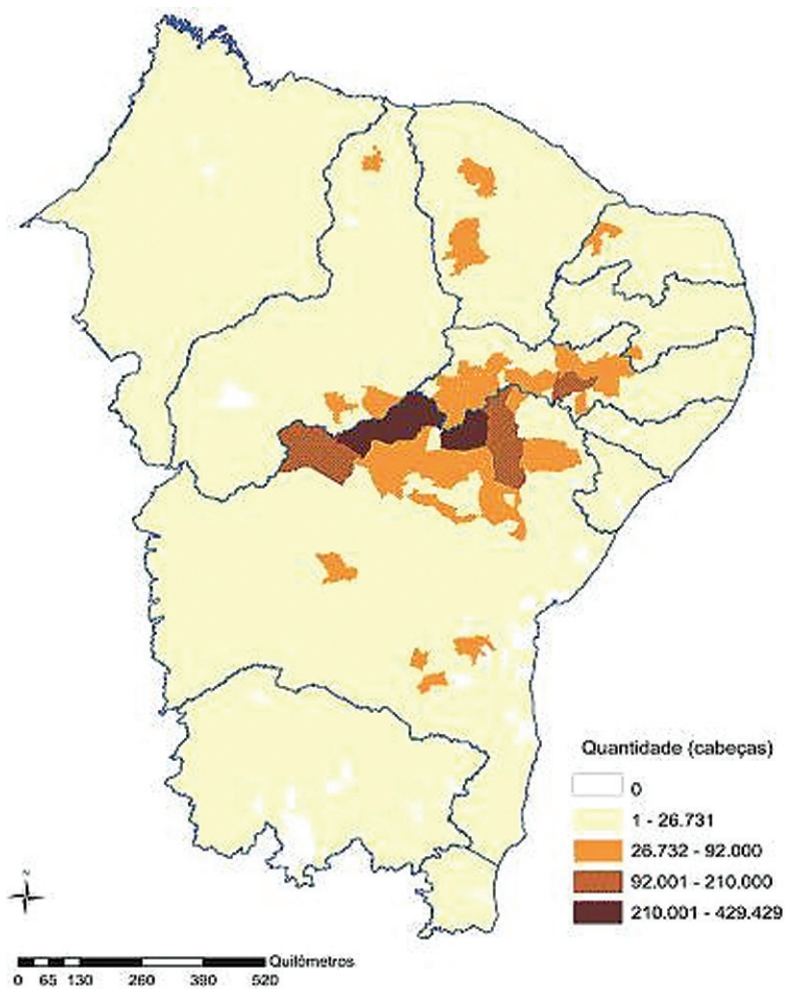


Figura 3 – Efetivo do Rebanho Caprino
Fonte: IBGE. Elaboração BNB/ETENE.

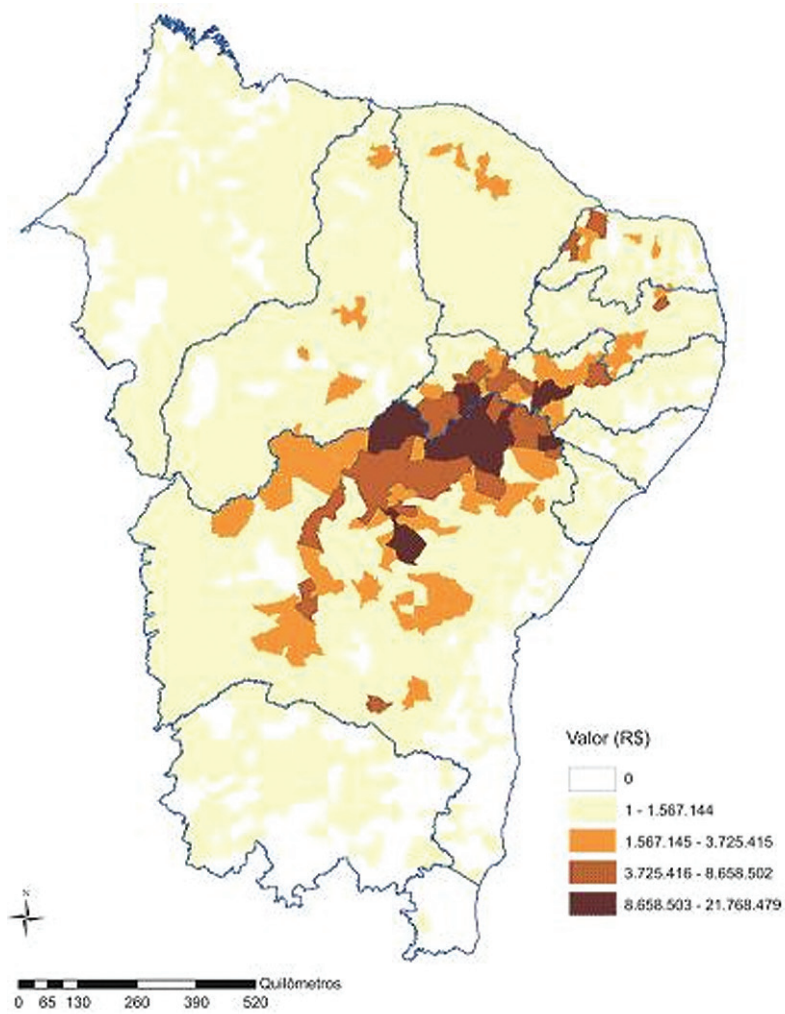


Figura 4 – Financiamento BNB: Valores Contratados para Caprino
Fonte: IBGE. Elaboração BNB/ETENE.

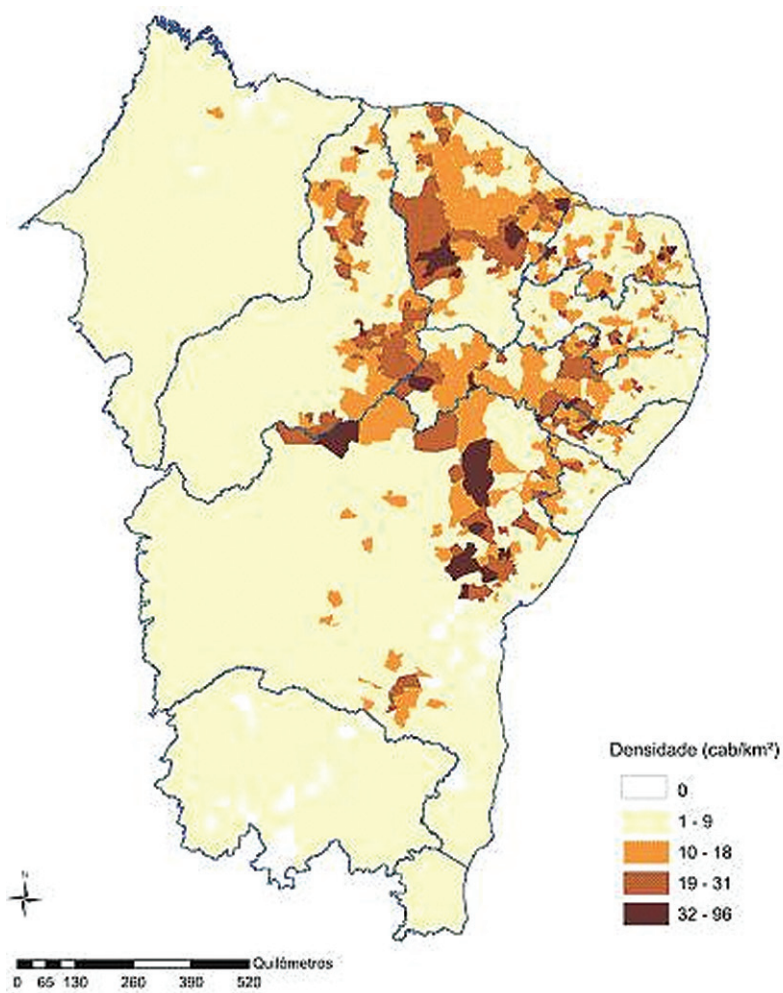


Figura 5 – Densidade do Rebanho Ovino
Fonte: IBGE. Elaboração BNB/ETENE.

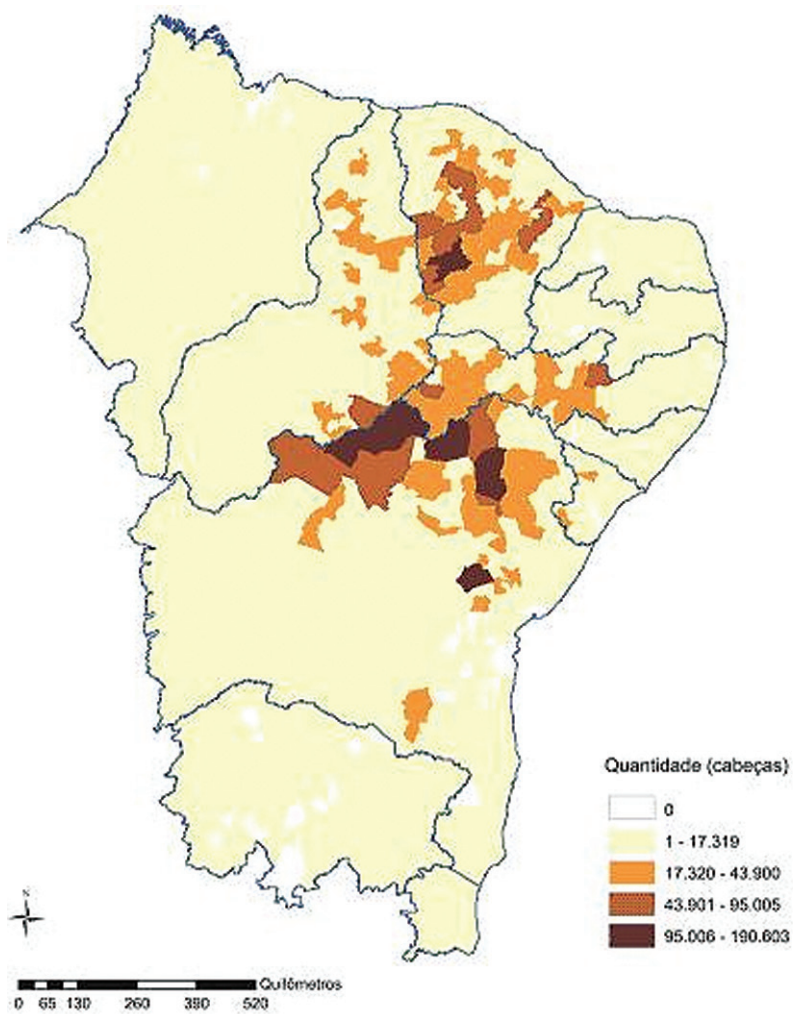


Figura 6 – Efetivo do Rebanho Ovino

Fonte: IBGE. Elaboração BNB/ETENE.

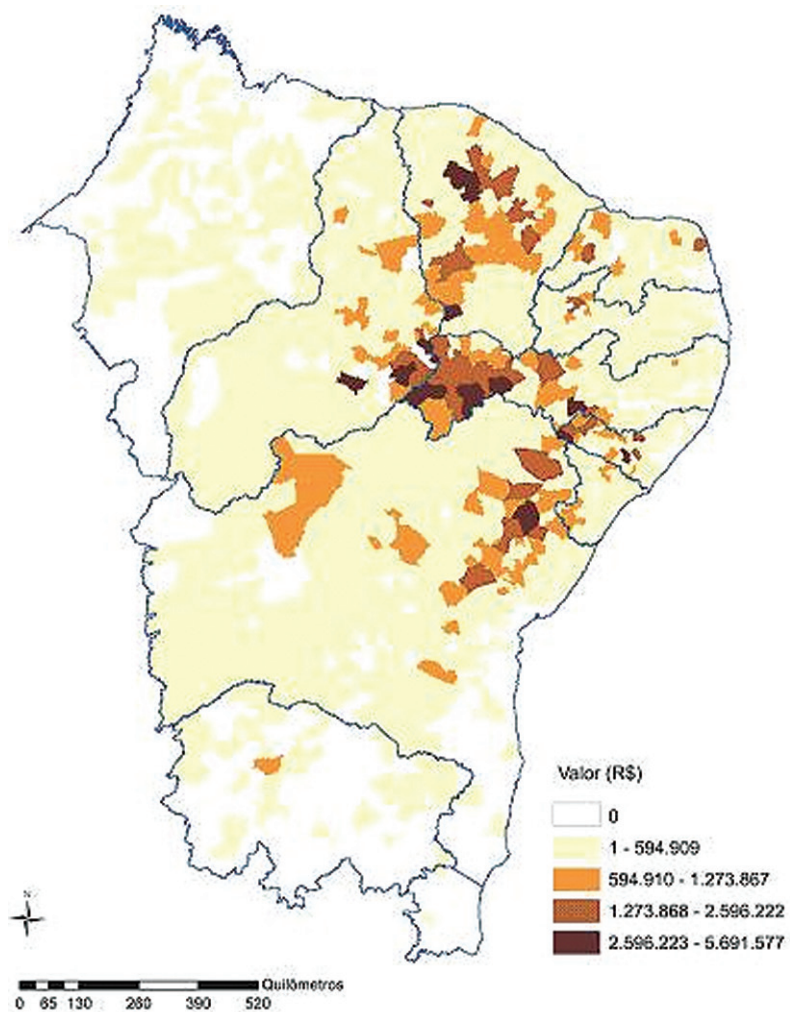


Figura 7 – Financiamento BNB: Valores Contratados para Ovino

Fonte: IBGE. Elaboração BNB/ETENE.

Especial atenção foi dada às associações de classe dos quatro estados que detêm os maiores plantéis: Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí. Considerando que os representantes das associações de classe são também produtores, foram levadas em conta as informações concernentes à sua experiência individual como produtor além da visão conjunta da atividade em seus respectivos estados.

Nessas entrevistas, levantaram-se informações sobre as características da produção e do processo de comercialização. Secundariamente, coletaram-se dados sobre a tecnologia empregada; fornecimento de insumos; mão-de-obra empregada; cuidados sanitários adotados; créditos recebidos; problemas defrontados e sugestões para dinamizar a atividade.

Paralelamente, utilizando roteiro de entrevista similar, foram obtidas informações dos demais estados da Região, por intermédio de técnicos do BNB.

2.3 – Amostra pesquisada

- a. A pesquisa de campo foi realizada na área de atuação do BNB, com identificação e visitação a:
- b. Principais unidades processadoras de peles (curtumes);
- c. Abatedouros e frigoríficos com inspeção federal e estadual;
- d. Os principais laticínios de leite de cabra;
- e. Centros de comercialização de animais e carnes (feiras, leilões, mercados locais e açougues);
- f. Propriedades rurais diversas, definidas por sua localização, em área de concentração da atividade e conforme as tipologias estabelecidas.

Parte dos dados sobre as propriedades rurais foi coletada por técnicos de campo do Banco do Nordeste que atuam em áreas de concentração da caprino-ovinocultura. Referidos técnicos são possuidores de conhecimentos e interesse específico no assunto. A participação direta dos pesquisadores se restringiu às regiões prioritárias, definidas por seus atributos de dimensão e concentração do rebanho, importância econômica, diversidade de categorias e tipos de produtores, níveis de desenvolvimento tecnológico, dentre outros.

2.4 – Procedimentos metodológicos

Para a caracterização da exploração da caprino-ovinocultura praticada no Nordeste brasileiro, onde predominam a informalidade e a clandestinidade nos processos de abate e comercialização dos animais e subprodutos, a pesquisa priorizou a obtenção de informações referentes aos vários percursos realizados por esses produtos, desde a unidade agropecuária até o consumidor final.

O estudo não teve como foco prioritário fazer um levantamento censitário do setor, mas sim uma caracterização qualitativa da ovinocaprinocultura. Por isso, foram entrevistados os atores envolvidos, conforme seus atributos de porte, nível tecnológico, renda e outros condicionantes socioeconômicos, caracterizados a partir de tipologias representativas dos integrantes da cadeia produtiva.

Considerando-se que a pele dos animais abatidos é encaminhada a um curtume, foram visitados diversos curtumes, com a finalidade de se estimar o volume de animais efetivamente abatidos nas regiões pesquisadas, objetivando-se estimar o montante de abates formais e clandestinos. A partir desse elo, o estudo percorreu o caminho inverso das peles, reconstituindo as etapas junto aos intermediários e atravessadores, até o produtor.

3 – PANORAMA GERAL DA EXPLORAÇÃO DE CAPRINOS E OVINOS

3.1 – Importância da Atividade

A criação econômica de pequenos ruminantes, especialmente caprinos e ovinos é uma das mais antigas explorações, sendo retratada em desenhos e escritas das mais antigas civilizações do planeta.

A caprino-ovinocultura é uma atividade econômica explorada em todos os continentes, estando presente em áreas que apresentam as mais diversas características edafoclimáticas. No entanto, somente em alguns países, esta ocupação apresenta expressão econômica sendo, na maioria dos casos, desenvolvida de forma empírica e extensiva, adotando níveis rudimentares de tecnologia e, consequentemente, apresentando baixa produtividade e reduzida rentabilidade.

Quando criados adequadamente, esses ruminantes são altamente eficientes na produção de carne, leite, lã e pele. Expressam boa conversão alimentar, alta produtividade e pequeno ciclo de produção, além de exigirem baixos investimentos em construções, instalações e equipamentos, quando comparados com explorações de ruminantes de grande porte.

Introduzidos pelos colonizadores europeus (espanhóis e portugueses) desde o descobrimento da América, os rebanhos adaptaram-se às condições adversas da caatinga do Nordeste. Criados, inicialmente, em rebanhos fechados, esses animais possibilitaram o surgimento de novos tipos raciais adaptados ao clima semiárido e com grande rusticidade, embora perdendo parte de suas características produtivas.

Os maiores detentores de rebanhos ovinos no panorama mundial são a China (com 157,3 milhões de cabeças), a Austrália (com 101,3 milhões) e a Índia (com 62,5 milhões). Quanto aos caprinos, os maiores plantéis estão na China, Índia e Paquistão que têm, conjuntamente, 358 milhões de animais.

O Brasil detém os maiores plantéis de ovinos e caprinos da América, segundo estatísticas oficiais da *Food and Agriculture Organization* (FAO), em 2007. O rebanho ovino brasileiro somava em torno de 17,7 milhões de cabeças (1,4% do rebanho mundial), enquanto o plantel de caprino era de apenas 10,3 milhões de cabeças (1,2% do plantel mundial). Os dois rebanhos somados alcançam o montante de 28 milhões de cabeças, equivalente a aproximadamente 1,3% do efetivo mundial, o qual está em torno de 990 milhões de animais.

As estatísticas são divergentes quanto ao tamanho exato dos plantéis brasileiros de caprinos e ovinos. Dados do IBGE, relativos ao ano de 2007, revelam que o rebanho caprino brasileiro é da ordem de 9,5 milhões de animais, enquanto a FAO, para o ano de 2007, reporta 10,3 milhões. Igualmente, o plantel de ovino, segundo o IBGE, em 2007, era de 16,2 milhões de cabeças; a FAO registra 17,7 milhões em 2007.

Independentemente de qual é a estatística de maior precisão, os plantéis de caprinos e ovinos no Brasil são ainda pequenos, levando em consideração a dimensão territorial brasileira e as condições edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento da caprino-ovinocultura. Os rebanhos brasileiros ainda são numericamente inexpressivos, principalmente quando comparados com os plantéis de outros países em condições iguais ou até menos favoráveis à criação desses animais.

A China, a Índia e o Paquistão, de acordo com dados da FAO (2008), continuam liderando os efetivos de caprinos, enquanto a China, Austrália e Índia lideram o *ranking* do plantel de ovinos, conforme pode observar-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Efetivos de Caprinos e Ovinos no Mundo (em mil cabeças)

Caprinos		Ovinos	
País	Cabeças	País	Cabeças
China	183.363	China	157.330
Índia	120.000	Austrália	101.300
Paquistão	54.700	Índia	62.500
Sudão	42.000	Irã	54.000
Bangladesh	36.900	Sudão	48.000
Nigéria	28.000	Nova Zelândia	39.271
Irã	26.300	Reino Unido	35.848
Somália	12.800	Turquia	25.431
Indonésia	12.781	África do Sul	25.360
Tanzânia	12.550	Paquistão	24.700
Brasil	10.337	Brasil	17.697

Fonte: FAO (2008).

No Brasil, a região Nordeste possui, de acordo com dados divulgados pelo IBGE (Pesquisa da Pecuária Municipal, 2007), aproximadamente 8,6 milhões de caprinos e 9,3 milhões de ovinos, correspondendo a, respectivamente, 91,4% e 57,2% dos rebanhos do País. O Estado da Bahia concentra os maiores plantéis dessas espécies, com 3,2 milhões de caprinos e 3,1 milhões de ovinos.

Os rebanhos caprinos e ovinos, embora explorados em praticamente todos os municípios da região Nordeste, apresentaram, no período de 1990 a 2007, redução de 15,40% e 28,39%, respectivamente, a despeito da rusticidade, adaptabilidade à Região e os incentivos institucionais ofertados a esta atividade².

Esta constatação é preocupante, pois a caprino-ovinocultura é de fundamental importância socioeconômica para o Nordeste, sobretudo para a fixação do homem ao campo e a produção de proteína a baixo custo. Atento a esta situação, especialmente a partir de 2003, o BNB vem ampliando de forma vigorosa a oferta de crédito para o setor, atingindo em 2008 a 264,5 mil operações contratadas, somando 1,4 bilhão de reais aplicados. No entanto, o crédito isoladamente não tem o poder de equacionar todos os problemas da atividade produtiva, como será enfatizado ao longo deste estudo.

O crescimento sustentável da caprino-ovinocultura representa uma alternativa viável para a oferta de carne, leite e derivados lácteos, fortalecendo a produção familiar e melhorando a alimentação da população rural. No entanto, a comercialização dos produtos derivados dessa atividade, com a consequente geração de renda aos atores envolvidos ao longo da cadeia, ainda se mostra frágil e deficiente.

A produção de peles de ovinos e caprinos, cujos atributos lhes conferem grande aceitação nacional e internacional, tem correspondido a cerca de 20% da produção do setor de curtumes do País, revelando-se como mais um atrativo

2 Devem-se analisar estes dados com cautela, pois a variação do rebanho observada entre 1995 e 1996 revela uma grande redução, tanto em ovinos (explicada em parte pela crise da lã que desestimulou os criadores de ovelhas lanadas do Sul do país, gerando grande volume de descarte de matrizes) como em caprinos (cuja única explicação seria a ocorrência de seca na região Nordeste, o que não é plenamente aceitável, visto que secas de maior intensidade já ocorreram em outros anos, sem implicar tamanha redução de rebanho).

econômico ao setor, ocupando grande quantidade de pessoas e movimentando desde indústrias de grande porte até pequenos empreendimentos artesanais.

O desenvolvimento e o incentivo ao crescimento sustentável da ovinocaprinocultura representam uma alternativa viável e rentável para a oferta de carne, leite e derivados lácteos, fortalecendo a produção familiar e melhorando a alimentação da população rural.

A produção de peles já alcançou cerca de 20% do valor atribuído ao animal abatido, constituindo receita para o criador e gerando divisas para os estados e para o País. Atualmente, em face da importação de peles de melhor qualidade e a preços competitivos, o valor da pele desses animais não tem motivado os criadores a melhorar a qualidade do produto ofertado. O valor da pele, no mercado atual, não representa sequer 5% do valor da carcaça.

O reconhecimento da importância da criação desses animais para a região Nordeste tem orientado os órgãos de governo a implementarem investimentos no campo da pesquisa, contando com o apoio das universidades, a assistência técnica e o crédito rural. Assim, na atualidade, é crescente a preocupação do setor em modernizar a exploração caprina e ovina, contemplando desde as mais simples orientações de manejo e sanidade, ao uso de tecnologia de ponta, como a inseminação artificial e a transferência de embriões. Os criadores e selecionadores vêm transformando a atividade tradicionalmente desenvolvida de forma extensiva, em explorações semi-intensiva e mesmo intensiva, de modo a aumentar a produtividade e gerar produtos que atendam a demanda das classes A e B dos centros urbanos do Brasil. Na região Nordeste, estas iniciativas ainda são restritas, embora comecem a se propagar, o que é indicativo das potencialidades do setor.

Com a modernização da ovinocaprinocultura, espera-se conseguir aumentar a produtividade, com consequente elevação dos rendimentos da atividade e regularização da oferta. De outro lado, a organização dos arranjos produtivos com vistas ao estabelecimento de uma relação mais dinâmica com o mercado consumidor representa um desafio. No entanto, é necessário que as ações públicas e da iniciativa privada sejam desenvolvidas de forma integrada nas várias áreas de atuação, tais como pesquisa, crédito, capacitação e extensão.

A Importância das Feiras e Exposições para a Ovinocaprinocultura do Nordeste

No contexto do desenvolvimento recente da atividade de ovino-caprinocultura, as feiras e exposições regionais desempenham papel relevante, mobilizando os agentes da cadeia produtiva e divulgando o setor, contribuindo para a melhoria da qualidade dos animais e para o incremento da receita dos produtores e comerciantes locais, além de estabelecer uma identidade cultural de municípios do interior do Nordeste com a atividade.

Uma das feiras mais conhecidas no Nordeste é a Tejubode, que ocorre anualmente no mês de maio no município cearense de Tejuçuoca. Organizada inicialmente por autoridades e políticos locais, a feira transformou o bode em símbolo econômico e cultural do município. Em sua sétima edição, em 2008, mobilizou mais de 70 mil pessoas, atraídas pela exposição de animais, rodada de negócios, venda de artigos de couro de bode, oficinas tecnológicas, além de uma diversidade de programações culturais em torno da temática do bode, sendo criado inclusive um parque de exposições para a realização da feira, dada a sua dimensão.

Uma das feiras mais tradicionais é a Exposição de Ovinos e Caprinos do Estado do Ceará, que já teve 31 edições, e ocorre anualmente no município de Quixadá, congregando produtores de vários estados do Nordeste. Outras feiras de expressão são a EXPOBERRO de Teresina (PI), a Berro Cariri do Crato (CE), a Fest Berro de Tauá (CE), e a Festa do Bode de Mossoró (RN) e de Batalha (PI).

3.2 – Sistema de Produção

Embora tenham ocorrido significativos avanços, ainda predomina na região Nordeste o sistema de produção extensivo, onde o melhoramento genético nos rebanhos ocorre de forma pontual e os manejos alimentar e sanitário são deficientes. A maioria das propriedades possui menos de 50 ha, com poucos recursos hídricos e alimentares. Na época de escassez de alimentos, diversos produtores ainda adotam a prática de privilegiar a exploração de grandes animais, em detrimento dos caprinos e ovinos, que segundo uma visão errônea, têm a capacidade de sobreviver, com poucos recursos alimentares e de qualidade inferior.

A verminose continua sendo uma das principais causas de mortalidade, apesar de existirem programas de vermifugações desenvolvidos e testados pelas empresas de pesquisa regional. Poucos adotam técnicas simples de manejo, como a mineralização do rebanho. A Linfadenite Caseosa é uma das doenças que mais prejuízos provocam aos plantéis de caprinos e ovinos.

As raças de cabras leiteiras exploradas na região Nordeste são, basicamente, as seguintes: Saanen, Parda Alpina, Toggenburg e Anglo-Nubiana e suas mestiças. As raças Alpina Britânica e Murciana também são especializadas na produção leiteira, mas o número de exemplares é pequeno. Estima-se que exista na região Nordeste, somente 300 (trezentas) cabeças da raça Murciana. A Bôer, importada da África do Sul, é a raça caprino exótica mais especializada para a produção de carne em regime de campo. Dentre as raças nativas (de origem europeia que se adaptaram as condições do clima nordestino), destacam-se as seguintes: Canindé, Marota, Moxotó, Graúna, Repartida e Gurgueia.

As raças ovinas nativas mais importantes são: Santa Inês, Morada Nova e Cariri, mas alguns produtores exploram espécies exóticas como a Dorper, a Somalis e a Rabo Largo, seja em rebanhos fechados (puros) ou utilizados em cruzamentos diversos.

O êxito de uma criação reside, na atualidade, em produzir com foco no mercado, pois o consumidor está cada vez mais exigente quanto à qualidade do produto, regularidade da oferta e preço competitivo.

Assim, o mercado consumidor do Nordeste precisa ser devidamente trabalhado para que ocorra uma expansão da demanda por carne caprina e ovina. Grande parte dos consumidores, por desconhecimento e falta de informações,

prefere a carne ovina em detrimento da carne caprina. Independentemente da atual preferência, a decisão de produzir deve estar focada no mercado, sendo necessário primeiro “vender”, ou seja, ter mercado garantido e estável, para depois produzir com qualidade e a preço competitivo.

Existem alguns trabalhos demonstrando os pontos críticos ao longo da cadeia produtiva, inclusive sugerindo possíveis soluções. No entanto, ainda não está devidamente definido o real volume demandado pelo mercado, observadas as preferências, seja por carne caprina ou ovina. Registre-se, contudo, que parte desses consumidores não consegue diferenciar a carne da espécie caprina ou ovina, quando se trata de um animal precoce. Em experiências informais feitas em feiras e exposições agropecuárias, normalmente o consumidor aponta a carne caprina como sendo de ovino e vice-versa, quando estes animais foram abatidos precocemente (até seis meses de idade).

O grande nicho desse mercado se concentra nos principais centros urbanos, onde o consumo está se expandindo rapidamente e, certamente, consumidores exigirão uma diferenciação entre a carne caprina e a ovina.

Para a oferta de animais precoces e em boas condições sanitárias há necessidade imperiosa de se melhorar e organizar, em diferentes níveis, o processo produtivo, não somente dentro da porteira, mas também no sistema de abate e beneficiamento da carne.

Em relação às peles, os produtores, via de regra, não estão preocupados em colocar no mercado matéria-prima de qualidade, pois não são remunerados por este mister. A pele que chegou a representar até 20% do valor do animal vivo, hoje oscila entre R\$ 2,50 a R\$ 4,00, sendo a pele de caprino de valor inferior em relação à pele de ovino. A razão da queda brusca dos preços pagos reside na péssima qualidade dos produtos ofertados, os quais apresentam defeitos diversos provocados por manejo inadequado (arame farpado, espinhos e doenças), esfola deficiente e má conservação.

Por isso, os curtumes, que já constituem o segmento mais capitalizado e qualificado tecnologicamente e gerencialmente da cadeia produtiva, passaram a importar peles de outros países de melhor qualidade e a preços competitivos. A consequência natural foi a redução do preço oferecido pelo intermediário da cadeia produtiva.

Os criadores nordestinos que exploram a caprinocultura para a produção de leite criam, na sua maioria, as raças leiteiras referidas anteriormente e/ou mestiças dessas raças. As propriedades têm boa infraestrutura de produção e adotam tecnologias adequadas. Esses produtores possuem bom conhecimento da atividade, são alfabetizados e muitos têm, inclusive, curso superior e pertencem a alguma associação ou cooperativa de produtores.

Adotam tecnologias adequadas em suas explorações, e o sistema de criação é, na maioria dos casos, semi-intensivo. O sistema de exploração extensivo de cabras especializadas na produção de leite, sobretudo se for da raça Saanen ou outra de origem europeia, não é praticado pelos produtores da Região, pois essas cabras necessitam de alimentação suplementar para produzir satisfatoriamente.

No entanto, a maior parte da produção leiteira é oriunda da exploração de pequenos produtores, que criam cabras mestiças, e nem sempre adotam tecnologias adequadas, seja no manejo alimentar, seja no manejo sanitário e reprodutivo. Não obstante, a produção de leite de cabra no Nordeste vem crescendo de forma significativa, apoiada em programas governamentais, que adquirem a produção para utilização na merenda escolar.

Embora os sistemas de criação e exploração de cabras leiteiras exijam adoção de tecnologias adequadas no manejo alimentar, sanitário e reprodutivo, na prática os sistemas adotados variam desde aqueles que adotam níveis altos de tecnologia até sistemas atrasados e defasados tecnologicamente. Existem também produtores que adotam sistemas intermediários, com adoção de algumas tecnologias modernas, mas que negligenciam em relação aos aspectos administrativos e gerenciais da atividade.

3.3 – Tecnologias Disponíveis

Atualmente, criadores capacitados vêm desenvolvendo as suas atividades, não somente para a produção de carne, leite e pele, mas também se dedicando à criação de animais geneticamente melhorados para reprodução, inclusive destinados à coleta de sêmen ou transferência de embriões. Nesses criatórios são adotadas tecnologias de ponta, tanto em relação às instalações e equipamentos, como no manejo alimentar e sanitário, além da seleção rigorosa dos reprodutores e das matrizes.

Referidos produtores representam a contrapartida da iniciativa privada que, acreditando na atividade, estão utilizando os conhecimentos colocados à disposição pelas instituições de pesquisa, via Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos, empresas estaduais de pesquisa e universidades, que oferecem respostas às indagações e anseios de técnicos e criadores.

O melhoramento genético da ovinocaprinocultura do Nordeste, enquanto negócio, está ocorrendo de forma pontual, com a gradativa constituição de associações, que organizam exposições e concursos de animais geneticamente superiores.

Melhoramento Genético na Ovinocaprinocultura do Nordeste

Criadores do Nordeste organizam exposições e concursos de animais de genética superior, visando disseminar raças de melhor qualidade na Região. Uma das fazendas produtoras de genética, visitadas na pesquisa, está localizada no Estado do Piauí, com área de 3.000 hectares, onde são criadas 60 matrizes e seis reprodutores puros das raças Santa Inês e Bôer. Essa propriedade possui sete funcionários e um veterinário que cuidam exclusivamente dos animais e trabalha em parceria com uma universidade e atende atualmente cinco clientes que fazem inseminação artificial com regularidade. Apesar de atualmente possuir clientela limitada, tem como meta baratear o preço da inseminação, com vistas ao atendimento de toda a região onde está localizada. No ano de 2008, foram comercializados 200 animais com registro, a preços que variaram de R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00. Os animais fora dos padrões são descartados e vendidos em feira local para abate.

Existe um estoque de tecnologias já comprovadas pela pesquisa e à disposição dos criadores, que são técnica e economicamente viáveis para a criação em regime de campo, nas condições de clima, solo e vegetação da região Nordeste. Referidas tecnologias apresentam evolução no que se refere à sanidade, alimentação, práticas de manejo animal e de instalações, além daquelas de maior refino, destinadas à melhoria do padrão genético dos plantéis, como a inseminação artificial e a transferência de embriões.

Apresentam-se a seguir, de forma sintética, algumas tecnologias específicas para exploração de caprinos e ovinos desenvolvidas pela Embrapa no Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos, Empresa Estadual de Pesquisas da Paraíba (Emepa) e outras Instituições de pesquisa, que estão colocadas à disposição de técnicos e produtores da Região.

- a) Manejo de Pastagens Nativas – Representa uma tecnologia que promove uma maior disponibilidade e volume de forragem na pastagem nativa, permitindo aos caprinos e ovinos fazer melhor uso das forragens, ao longo do ano. Este processo tecnológico pode aumentar em até 80% a disponibilidade de forragem, por área, quando comparado com o sistema tradicional de emprego da caatinga na Região. Além do baixo custo, é de fácil implantação e manejo e está fundamentado em ações que visam o uso e a preservação do ecossistema da caatinga. Basicamente, envolve três importantes processos de utilização da caatinga: o raleamento, mais específico para ovinos; o rebaixamento mais apropriado à exploração de caprinos e o enriquecimento com formação de banco de proteína, que é de fundamental importância na alimentação de ambas as espécies.
- b) Sistema de Produção de Caprinos e Ovinos para Carne – Consiste em um conjunto de práticas racionais envolvendo diversas áreas do conhecimento relativo à produção de caprinos e ovinos, oferecendo soluções simples e econômicas aos mais variados problemas referentes à exploração destes ruminantes, incluindo alimentação, sanidade, reprodução, melhoramento, instalações, raça e manejo. É, também, preocupação na utilização desta tecnologia orientar os produtores no sentido de priorizar a gestão e a boa organização da atividade, tendo como foco principal atender as exigências do mercado consumidor. Resguardando as características de cada região ou de cada rebanho, esse conjunto de práticas e técnicas pode ser utilizado

em todo território nacional, desde que se façam os devidos ajustes. Os resultados do uso simultâneo das práticas embutidas em todas as etapas do processo têm sido expressivos no aumento da produção e da produtividade dos rebanhos caprinos e ovinos.

- c) Sistema de Produção de Cabras Leiteiras – Este processo reúne inúmeras práticas e técnicas de manejo em geral, em especial nas áreas de alimentação, reprodução e sanidade do rebanho, garantindo uma razoável e regular produção de leite, sem perder de vista as fases de cria e de recria das fêmeas do rebanho, associando ao fato de que estas são, na verdade, as futuras produtoras de leite, razão pela qual se recomenda esmero em ambas as fases. São práticas de fácil aplicação e de grande retorno produtivo. É recomendável para rebanhos leiteiros, tanto em nível de agricultura familiar, como para produção em escala, em todo território nacional. O sistema contempla o manejo diário das fêmeas, em suas diversas categorias, racionalizando o consumo de rações, promovendo a produção higiênica do leite e estabelecendo uma produção com regularidade ao longo do ano.
- d) Terminação de Cordeiros e Cabritos em Pastagem Cultivada – Esta tecnologia consiste no acabamento de cordeiros e cabritos em pastagem cultivada para o abate em idade precoce, com carcaça padronizada e com elevada qualidade da carne, nos aspectos de sabor, maciez e teor de gordura. No Nordeste, dada à diversidade e à riqueza da forragem do ecossistema caatinga no período chuvoso, é recomendável fazer uso desta prática, também na pastagem nativa, justamente nos períodos de abundância de forragem, com custos reduzidos. Os reflexos desta tecnologia incidem direta e positivamente em todos os segmentos da cadeia produtiva, tanto no segmento carne, como no de pele de caprinos e ovinos, gerando emprego e renda, prestando melhor atendimento às demandas e, sobretudo, gerando melhor agregação de renda para o produtor.
- e) Terminação de Cordeiros Confinados – Este tipo de sistema de acabamento de cordeiros consiste no confinamento de um grupo de cordeiros homogêneos em peso, idade e raça, para no fim de 70 dias apresentarem-se com peso e conformação programados para o abate. Essa tecnologia, para ser viável economicamente, somente deve ser utilizada com animais geneticamente superiores, seja de raças puras ou oriundos de cruzamentos. É um

processo que pode ser empregado em qualquer parte do País, especialmente quando se dispõe de pequenas áreas, mas com bom potencial para produção de forragem e grãos. Na região Nordeste, ao longo do período seco, a carência de forragem nas pastagens é severa e inviabiliza qualquer processo de produção animal em pastagem nativa. Todavia, o confinamento de cordeiros apresenta-se como uma boa alternativa para a atividade, na Região, na medida em que acelera o retorno do capital investido, diminui efetivamente as perdas por defeitos na pele e elimina a competição por forragem, em nível de pastagem, com as outras categorias de animais em processo produtivo, como: acasalamento, lactação, gestação e outras. Os resultados da utilização desta prática têm sido promissores, na medida em que disponibiliza no mercado animais preparados para o abate, com elevada qualidade, justamente no período de entressafra.

- f) Formação e Uso do Banco de Proteínas – A formação e o uso do banco de proteínas é uma prática de caráter essencialmente nutricional. O banco de proteínas propicia forragem de elevada qualidade para caprinos e ovinos, especialmente como suplemento alimentar. É uma tecnologia versátil, pelos diversos tipos ou maneiras de se fazer utilizar, de baixo custo de implantação, de fácil manejo e de extrema importância para a suplementação alimentar dos rebanhos caprinos e ovinos. Referida tecnologia é recomendada para todas as regiões que sofrem por escassez de forragem nas pastagens, ou mesmo pela baixa qualidade dessas forragens. O banco de proteína consta de uma área isolada, cultivada com espécies forrageiras ricas em proteínas, de boa palatabilidade, de crescimento rápido e com alto poder de rebrota. Geralmente, recomenda-se uso de leguminosas, como: leucena, cunhã, feijão-guandu e outras.
- g) Manejo Reprodutivo – Constitui-se em um conjunto de práticas e técnicas, cujo uso resulta em uma maior eficiência produtiva dos rebanhos caprinos e ovinos, repercutindo, favoravelmente, na fertilidade, na prolificidade e na sobrevivência de crias e de animais jovens. Seu emprego envolve o uso de métodos e práticas de controle e de organização do rebanho em geral, acabando de vez com a promiscuidade natural dos sistemas tradicionalmente empregados. Nesse sentido, são considerados aspectos como: separação por sexos, estabelecimento de época de acasalamento, observância de peso e idade à primeira cobertura, intervalo entre partos, relação macho/fêmea,

uso do rufião, desmame e outras. O manejo reprodutivo é recomendável para todos os rebanhos caprinos e ovinos do País.

- h) Colheita e Processamento de Sêmen – Esse processo tecnológico consta de uma série de etapas, envolvendo a colheita, o processamento, a avaliação e a armazenagem do sêmen. A técnica de criopreservação do sêmen de caprinos e ovinos tem seu uso recomendado por técnicos, professores, pesquisadores, centrais de sêmen e universidades de todo o país, devendo ser utilizada em rebanhos superiores geneticamente e quando o sistema de exploração empregado possuir planejamento, organização e controle gerencial. É um processo que tem seu sucesso atrelado à execução de padrões preestabelecidos, em termos de tamanho e qualidade do rebanho. Necessita de fiel observação ao cronograma de execução das etapas, legitimidade de materiais e equipamentos utilizados e qualificação da mão-de-obra empregada. É indispensável, em todas as etapas, o acompanhamento de profissional habilitado e com experiência em inseminação artificial, transferência de embriões e melhoramento genético.
- i) Indução e Sincronização do Estro e Inseminação Artificial – A indução e a sincronização do estro, em caprinos e ovinos, são tecnologias de grande importância para a organização do manejo reprodutivo dos rebanhos, especialmente quando se trata de implantação e execução de programas de inseminação artificial, ou no estabelecimento de estação de monta, ou ainda em outras atividades que requerem a intervenção do manejo reprodutivo mais específico. Esta técnica consiste em se promover nas fêmeas adultas de um rebanho caprino ou ovino, o desencadeamento simultâneo do estro (cio). Embora sejam práticas tradicionalmente realizadas através de produtos químicos, podem e devem ser efetivadas com um bom manejo específico de matrizes e reprodutores, provocando o que se chama de “efeito macho”. São práticas recomendadas para todo território nacional, especialmente para regiões de clima temperado, onde cabras e ovelhas apresentam estacionalidade do estro em algum período do ano.
- j) Biotecnologias de Embriões – O processo da colheita, da criopreservação e da transferência de embriões em caprinos e ovinos é uma tecnologia dominada, com resultados técnicos extremamente favoráveis, pela simplicidade relativa dos métodos, e constituindo-se em uma ferramenta eficaz

no processo de melhoramento genético e no dimensionamento rápido dos rebanhos de elite. É particularmente recomendada para a produção de animais geneticamente superiores, tanto para a exploração de carne, como de leite. Apresenta custo elevado, mas de razoável relação custo/benefício, quando são produzidos animais com a finalidade de reprodução. O sucesso do seu emprego está condicionado a rebanhos totalmente controlados, com identificação de animais, escrituração zootécnica e de razoável nível no uso de tecnologias, particularmente nos aspectos sanitário, alimentar e reprodutivo. A coleta de embriões pela via transcervical é realizada através da técnica do circuito fechado, enquanto que a transferência de embriões em caprinos pode ser empregada tanto com embriões inteiros como com embriões bipartidos.

- l) Controle das Principais Doenças – Reúne-se, aqui, uma série de práticas e processos tecnológicos destinados à prevenção, à identificação e ao controle das doenças mais importantes que acometem os caprinos e ovinos. Embora de baixo custo e de fácil aplicação, o uso dessas técnicas é, muitas vezes, incompleto e sem regularidade. Isto tem ocasionado grandes perdas, pela elevada mortalidade de animais jovens, em particular. As soluções disponíveis têm mostrado resultados indiscutíveis na melhoria da performance produtiva dos rebanhos, sob a ótica da saúde e da sobrevivência dos animais. As soluções tecnológicas recomendadas nesse processo tratam de práticas e técnicas que evitam, combatem e controlam doenças como: Verminoses gastrintestinais; Ectima Contagioso; Eimeriose; Linfadenite Caseosa; Pododermatite; Mamites; Caprina Artrite Encefalite (CAE), Micoplasmose, Clostridiose e Infecções Pulmonares.
- m) Processamento de Carnes – O processamento e o beneficiamento de carnes são práticas exercitadas na transformação e na industrialização das principais carnes consumidas no mundo (bovina, suína e aves). Portanto, o processamento da carne de caprinos e ovinos representa um conjunto de práticas e técnicas recomendadas para todo território nacional, especialmente para os sistemas de produção em nível da agricultura familiar. Os processos e práticas tecnológicas para a industrialização da carne de caprinos e ovinos, por sua vez, vêm garantindo *status* a esses produtos, revolucionado o mercado com uma variedade de inovações na apresentação, na embalagem e na forma. São técnicas que viabilizam a transformação

O papel do Fundeci como incentivador da pesquisa e difusão tecnológica da caprinocultura nordestina

Além de ofertar crédito para investimento e custeio da atividade, o Banco do Nordeste tem apoiado experiências inovadoras em ovinocaprinocultura, através do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI). Somente nos últimos dez anos, foram financiadas pesquisas em todos os estados da Região, cujo montante em valor ultrapassa R\$ 7 milhões, estudos estes que versam sobre temas como inseminação artificial, alimentação, vermifugação, vacinação, manejo reprodutivo, produção intensiva, qualidade do leite e novas técnicas de manejo, entre outros.

Ao iniciar seus trabalhos de apoio à pesquisa, o FUNDECI deparou-se com um quadro precário da ovinocaprinocultura nordestina, a qual era explorada em regime extensivo e sem recursos tecnológicos, com altos índices de mortalidade por verminose e outras doenças. Estas circunstâncias conferiam baixa rentabilidade ao produtor e tornavam a atividade pouco atrativa.

As primeiras pesquisas financiadas versaram sobre práticas de manejo, alimentação e sanidade, e contribuíram para reverter uma imagem negativa até então predominante da atividade no Nordeste, a qual era associada com pobreza e atraso. Os avanços foram perceptíveis: houve melhoramento animal, identificação de raças típicas do Nordeste, importação de animais para melhoramento, cruzamento de raças exóticas com raças nativas para obtenção de mestiços precoces e com maior peso, entre outros avanços.

Apesar das conquistas citadas, ainda não foi feita uma difusão tecnológica que atingisse a maioria dos produtores, constituída pelos produtores de unidades de pequeno porte e de base familiar. As novas técnicas, em sua maioria adotada apenas por produtores médios e grandes, proporcionaram resultado satisfatório, melhorando substancialmente os rendimentos obtidos com o setor.

da carne, agregando-lhe valor, dando mais opções de escolha para o consumidor sem, contudo, descaracterizar suas qualidades, mas reduzindo os desperdícios e aperfeiçoando o aproveitamento. São produtos como: apresuntados, linguiças, salames, hambúrgueres e outros.

- n) Cortes Padronizados – Esta técnica consiste no processo de separação em pedaços (peças) de carcaças de caprinos e ovinos, guardando uma estreita ligação entre o peso e a relação carne/osso de cada peça. Considerando as exigências de mercado e a natureza da carcaça destes ruminantes, os cortes padronizados trazem vantagem tanto para fornecedores, como para consumidores, pois evitam o desperdício natural das vendas a varejo e permite ao consumidor maior opção de escolha entre as 10 peças resultantes dos alusivos cortes, ou seja: Pescoço Fatiado (1); Serrote (2); Palheta (2); Costela (2); Lombo (1) e Pernil (2). Esta prática permite, também, a diferenciação de preços dentro da mesma carcaça, em função da qualidade das peças.
- o) Produção Higiênica de Leite de Cabra – A produção higiênica do leite de cabra é uma necessidade básica para a obtenção de produtos e derivados do leite com alta qualidade. Esse processo tecnológico consiste nos cuidados a serem dispensados durante as diversas etapas de obtenção do leite, ou seja: ordenha, acondicionamento, transporte e entrega para o processamento. Neste sentido, leva-se em consideração a higiene do ordenhador (mãos e unhas), a higiene dos animais, essencialmente tetas e úbere, a limpeza de equipamentos e vasilhames e, finalmente, o tempo entre a ordenha e o seu processamento. Outro aspecto vantajoso a ser considerado, com o uso dessa tecnologia, é o maior rendimento do leite, em relação aos seus derivados: queijos, iogurtes, doces e patês.
- p) Derivado do Leite de Cabra – A transformação do leite de cabra em produtos como queijos, doces, patês e outros, tem extrema importância na produção, no consumo do leite e na rentabilidade da atividade, na medida em que favorece uma oferta mais diversificada ao mercado consumidor, aumenta o tempo de prateleira dos derivados, gera emprego e renda ao mesmo tempo em que agrega valor aos produtos. São tecnologias de fácil execução, de baixo investimento e de resultados comprovadamente satisfatórios, nos aspectos de aroma, cor, e sabor dos produtos. São tecnologias recomendadas para todo território nacional, especialmente

para agroindústrias e produtores de leite de cabra próximos aos grandes centros consumidores.

q) Cuidados e Tratamento da Pele – Este processo tecnológico consiste em várias práticas e orientações no sentido de reduzir erros e vícios que, ainda hoje, causam elevados desperdícios a todos os elos da cadeia produtiva. Desperdícios estes decorrentes, essencialmente, da falta de cuidados, conduzindo a grandes percentuais de peles classificadas como refugo, em nível de indústria. O processo orienta como se deve proceder, desde a retirada, limpeza, salga e armazenagem, até a comercialização, evitando, assim, que a pele adquira defeitos irreversíveis e a consequente classificação de refugo. Outro fator relevante deste processo diz respeito à realização das primeiras etapas de curtimento da pele de caprinos e ovinos, em nível de agricultura familiar, pelo menos até e etapa de *wet blue*, exercitando, assim, a prática de maior agregação de valor às peles. Além das tecnologias acima recomendadas, a EMBRAPA definiu os índices de desempenho desejáveis em criações com diferentes níveis de tecnologia adotada.

Com o advento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da CONAB, integrante do Programa Fome Zero e dos programas municipais de compra direta para merenda escolar, e a partir do estabelecimento do mercado institucional do leite, os produtores de caprinos passaram a demandar cursos e capacitação, antes frequentados com pouco entusiasmo. Assim, surgiram perspectivas concretas de venda do leite, com remuneração segura, desde que haja produção com quantidade, regularidade e qualidade.

Nesse sentido, referidos programas governamentais vêm garantindo preço e regularidade de compra do leite de cabra. A demanda por leite, através das compras governamentais, constitui-se em estímulo para ampliação da oferta do produto, além de colaborar para a organização da cadeia produtiva. Em outras palavras, o setor público está contribuindo para organizar o mercado de leite caprino.

As tecnologias estão sendo adotadas na mesma medida em que as aquisições governamentais garantem a devida remuneração ao produtor.

A partir dessa constatação, verifica-se que os esforços para a difusão de tecnologias junto aos produtores, e os investimentos voltados “da porteira para

dentro” em reforço à melhoria dos índices de produção e produtividade, sempre apontados como o grande ponto de estrangulamento da ovinocaprinocultura, devem ser repensados. O produtor se mobiliza para aprimorar tecnicamente sua produção na mesma medida em que tem acesso ao mercado, e desde que este o remunere de forma condizente com suas necessidades (custos e sobrevivência).

O SEBRAE e o Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Nordeste

Há que se mencionar o trabalho feito pelo SEBRAE em vários estados do Nordeste, o qual envolve desde capacitações e consultoria tecnológica para pequenos produtores, até assistência técnica gratuita e acompanhamento mensal, tudo isto sendo disponibilizado na internet. Trata-se de uma nova metodologia de trabalho do SEBRAE, chamada Sistema de Informação da Gestão Orientada para Resultados (SIGEOR) que funciona como ferramenta através da qual as ações desenvolvidas poderão ser monitoradas, bem como avaliados os seus resultados.

Nos projetos de criação de caprinos e ovinos assistidos pelo programa, são ministrados cursos sobre manejo alimentar, reprodutivo e sanitário, com o apoio das prefeituras e associações dos municípios. Entre as metas perseguidas estão a elevação da produção e da comercialização de ovinos e caprinos e redução da mortalidade dos rebanhos. O programa dispõe ainda de laboratórios móveis para realização de exames parasitológicos, sendo estabelecido um cronograma mensal de visitas e assistência técnica a propriedades rurais, com o apoio de agentes de desenvolvimento rural, acompanhados por supervisores e gestores dos projetos.

4 – CADEIA PRODUTIVA DA CAPRINO-OVINOCULTURA

Uma das principais características da caprino-ovinocultura no Nordeste diz respeito ao sistema de criação extensivo, praticado por pequenos criadores, utilizando baixos níveis tecnológicos, principalmente em relação à conservação de alimentos (silagem e fenação) e de boas práticas de higiene e de sanidade, bem como falta de padronização, qualidade e regularidade na oferta dos produtos. Os reduzidos preços pagos aos produtores contribuem para perpetuar esse quadro.

Muitos consumidores e até produtores de caprinos fazem restrições ao sabor da carne de ovinos e, principalmente, de caprinos, por admitirem que esta carne seja de qualidade inferior. O fundamento dessa restrição reside no fato de que grande parte da carne ofertada no mercado é de animais velhos e sem padronização, considerando que mais de 90% dos abates são clandestinos e sem as mínimas condições de higiene e sanidade. Na verdade, a carne caprina originária de animais jovens (abate até um ano de idade) tem sabor diferenciado, apresenta baixo nível de LDL (colesterol ruim) e elevado nível de HDL (colesterol bom). A gordura é entremeada na musculatura, o que garante o sabor excepcional, inclusive em carnes assadas ou cozidas. Registre-se que, muitos produtores e técnicos, não sabem diferenciar a carne ovina da caprina, quando os animais são abatidos até a faixa de nove meses. A maioria dos consumidores aponta a carne de caprino precoce, que é mais saborosa, como sendo de ovino.

Além disso, os produtores carecem de acesso a informações tecnológicas, gerências e de mercado, dificultando a organização da cadeia produtiva. Apesar de todas essas limitações, existe um mercado bem definido para os produtos da ovinocaprino-cultura no Nordeste. Tradicionalmente, a carne desses animais é apreciada em áreas rurais e junto às classes de menor poder aquisitivo. Assim, existe um mercado devidamente consolidado e com suas peculiaridades no Nordeste. A partir da década de 1990, as populações urbanas de maior poder aquisitivo começaram a apreciar os cortes provenientes da ovinocaprino-cultura, aspecto que tem incentivado a importação de carne dessas espécies, pois os produtores brasileiros não têm condições de atender a demanda do mercado, tanto em quantidade, como em qualidade.

No caso de animais para abate, existem diversos intermediários ao longo do caminho entre o produtor e o consumidor final, prevalecendo a informalidade,

mas com certo grau de confiança mútua. Alguns produtores (os mais esclarecidos ou os que dispõem de recursos para transportar os animais) vendem os seus animais diretamente em feiras municipais ou regionais. Alguns fazem o abate na fazenda e entregam os animais abatidos a proprietários de açougues, pequenas redes de supermercados ou diretamente ao consumidor, em cidades ou localidades próximas.

A maioria dos intermediários consultados está no ramo da compra e venda de animais vivos ou na compra e abate. Segundo informações colhidas junto a estes intermediários da cadeia de comercialização, essa atividade de intermediação lhes proporciona pequena margem de lucro. A quantidade de animais comercializados decresceu nos últimos anos, embora a qualidade dos animais tenha melhorado razoavelmente. No entanto, alguns produtores mais esclarecidos auferem lucros considerados razoáveis para as características da atividade. Contribui para isso, uma melhor articulação com as entidades de classe, adoção de hábitos adequados de manejo alimentar e sanitário, além da implantação de práticas zootécnicas e de reprodução que proporcionaram sensível melhoria do padrão genético de seus plantéis. Esses produtores, em geral, conhecem relativamente bem o mercado, eliminando intermediários no processo de comercialização de seus animais. Dentre esses produtores, destacam-se aqueles dedicados à venda de “genética”, ou seja, animais de raça apurada, negociados em leilões e feiras especializados, ou no comércio de sêmen e “aluguel” de reprodutores.

4.1 – Descrição da Cadeia Produtiva

A seguir, serão descritas as interações lógicas e desejáveis entre os principais elos das cadeias produtivas da caprino e da ovinocultura de corte e de leite, ou seja, indústria de insumos, produção, abate, beneficiamento e sistema de distribuição (atacado e varejo).

É oportuno esclarecer que o desenho de um sistema agroindustrial não deve ser confundido com um fluxograma de produção ou de industrialização de determinado produto ou bem.

Assim, os esquemas sugeridos guardam estreita correlação com o conceito de sistema agroindustrial, ou seja:

“Conjunto de atividades agropecuárias, industriais e de serviços que mantém sinergias de caráter tecnológico, comercial e econômico, cuja matéria-prima principal venha do setor agropecuário ou cujo produto final tenha naquele setor o seu mercado” (DAVIS; GOLDEMBERG, 1953 apud JANK, 1996).

Segundo Nogueira Filho (1998), para se entender as relações entre os diversos agentes de um Sistema Agroindustrial (SAG), não se pode perder a visão do todo ou sistêmica, ou seja, as relações entre os agentes, a importância da coordenação da cadeia produtiva e o foco no consumidor final, como o regente do processo.

Compreendendo, além disso, que o SAG está inserido em dois ambientes: o institucional (composto pelas leis, cultura, tradições, educação, costumes etc.) e o organizacional (onde se localizam as estruturas de apoio à produção, como os bancos, o sistema de extensão rural, as associações e os sindicatos, além da pesquisa agropecuária).

Uma vez que, para o funcionamento de um SAG, são necessários os fluxos de produtos (em direção ao consumidor) e de dinheiro e de informações (do consumidor para as empresas), resultantes do inter-relacionamento dos atores, surgem os custos de transação (que podem ser monetários ou não). A existência deles, quando desnecessários, diminui a eficiência do sistema agroindustrial.

Dadas as crescentes exigências dos consumidores (em termos de regularidade, qualidade, presteza, e praticidade), sistemas agroindustriais bem coordenados têm mais chance de aumentar sua fatia de mercado. Denomina-se coordenação ao “processo de transmissão de informações, de estímulos e de controle da atividade produtiva”. Dentre as estruturas de coordenação, pode-se destacar: os mercados futuros, as agências governamentais, as cooperativas, as *joint ventures*, a produção integrada e as companhias de comercialização (*trading companies*).

O reconhecimento do consumidor, como a figura mais importante de um sistema agroindustrial, exige uma mudança comportamental de todos os atores da cadeia produtiva. É preciso perceber que um ator (por exemplo, o criador de caprinos) materializa sua receita ao vender seu produto para o elo seguinte da cadeia (o abatedouro frigorífico), mas as vendas de carne só aumentarão se esta chegar ao consumidor com o preço e a qualidade que este último deseja. Portanto, as disputas entre produtores e abatedouros não podem gerar desabastecimento dos pontos de venda ou descuido na qualidade, sob pena de o consumidor desistir de adquirir este produto e procurar um substituto (carne de frango, por exemplo).

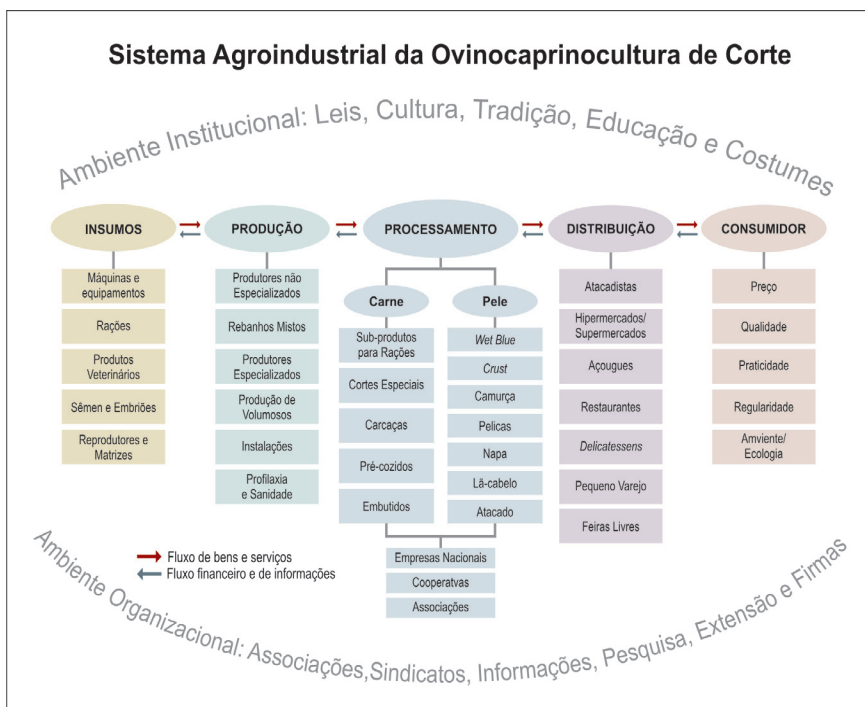


Figura 8 – Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura de Corte

Fonte: Nogueira Filho; Kasprzykowski.

O conhecimento da cadeia produtiva permite identificar pontos de restrição à sua eficiência para tentar resolver os conflitos, principalmente os relacionados à distribuição de margens entre os seus diversos elos. A participação das associações e dos sindicatos representativos de classe nessas negociações é de fundamental importância, por dois motivos: para conferir maior equilíbrio de forças e para assegurar que as partes pensem também nos interesses maiores do SAG. Mesmo que uma solução ótima não possa ser atingida, o custo de não se negociar pode ser ainda maior, pela perda de competitividade da cadeia como um todo, elevando-se desnecessariamente os custos de transação.

4.2 – Gargalos e Possíveis Soluções

Especificamente em relação à cadeia produtiva da ovinocaprinocultura, foram levantados os seguintes principais gargalos, os quais representam restrições à competitividade da cadeia como um todo.

4.3 – Subsistema Insumos

- a) Dificuldades: Alto custo das máquinas e equipamentos ou uso inadequado; custo elevado das rações, oferta irregular e qualidade duvidosa; produtos veterinários têm alto custo e oferta oligopolizada; falta fiscalização em relação à qualidade dos insumos; oferta irregular de reprodutores e matrizes de comprovado padrão genético; material genético (reprodutores, matrizes, embriões e sêmen) de valor elevado, o que implica uma baixa relação custo/benefício.
- b) Possíveis Soluções: Articulação entre os atores e coordenadores da cadeia com vistas à negociação de preços, prazos e qualidade dos insumos; produção própria de insumos via cooperativa ou associação de produtores; fiscalização efetiva de diferentes órgãos; organização da produção com vistas à regularização da oferta e padronização dos produtos.

4.4 – Subsistema Produção

- a) Dificuldades: Alimentação deficiente e problemas sanitários; manejo alimentar, reprodutivo e sanitário inadequados; pequena escala de produção, baixa qualidade dos animais e irregularidade da oferta; resistência à adoção de novas tecnologias; falta de organização dos produtores; assistência técnica deficiente e falta de disseminação de informações técnicas e gerenciais; inadequada infraestrutura de transporte e comunicação; baixa utilização das tecnologias disponíveis; inexistência de teste de desempenho genético; falta de estudos da relação custo/benefício dos sistemas de produção em uso; falta de estrutura laboratorial para controle da qualidade dos insumos e para teste das principais doenças; deficientes controles zootécnico e gerencial.
- b) Possíveis Soluções: Organização dos produtores, com visão sistêmica da cadeia produtiva; desenvolvimento de programas de assistência técnica (pública e privada); desenvolvimento de programas estaduais de sanidade animal; treinamento gerencial e empresarial; realização de pesquisas mercadológicas; implementação de Programas de Melhoramento Genético, adotando as técnicas de monta controlada e inseminação artificial; desenvolvimento de programas de capacitação de produtores e técnicos ligados à atividade; implantação de modernas práticas sanitárias.

4.5 – Subsistema Abate e Processamento

- a) Dificuldades: Irregularidade na oferta de animais para abate; oferta de animais com idade acima da desejada; oferta de animais sem padrão definido; peles de baixa qualidade; baixo valor agregado (comercializa carcaças inteiras); ausência de inspeção estadual ou federal, na maioria dos abatedouros; baixa qualificação da mão-de-obra; alta capacidade ociosa de abatedouros frigoríficos, face à sazonalidade da oferta; sistemas de processamento e embalagem deficientes; sistemas de transporte e de comercialização inadequados; elevados impostos; inadequada legislação sobre abate e comercialização; existência de abate clandestino e deficiente sistema de fiscalização.
- b) Possíveis Soluções: Induzir o aumento da produção e da produtividade; adoção de tecnologias adequadas à produção de animais precoces; padronização e certificação dos produtos; implementação de política de atração de investimentos; identificação de técnicas de abate, processamento e combate ao abate clandestino; treinamento e capacitação dos diversos atores da cadeia produtiva; criação de sistema de bonificação pela qualidade da carcaça; organização dos produtores, alianças estratégicas, fusões e/ou realocização de abatedouros; articulação interinstitucional, com vistas a melhorar a logística de transporte e distribuição; revisão e atualização da legislação.

4.6 – Subsistema Distribuição

- a) Dificuldades: Oferta irregular; baixa qualidade da carcaça e sem padronização; canais de comercialização deficientes; inexistência de programas de *marketing*.
- b) Possíveis Soluções: Organização da produção e formação de parcerias; desenvolvimento de programas orientados para a melhoria e aumento do rebanho, inclusive redistribuição espacial; criação de fundo para a implementação de programas de *marketing*; regularidade e aumento da oferta por meio de parcerias, cooperativas e associações de produtores; efetivar alianças estratégicas entre produtores, indústria de abate e processamento e distribuição.

5 – MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

5.1 – Carne de Caprinos e Ovinos

a) Caracterização da Ovinocaprinocultura no Mundo e no Brasil

A produção mundial de carnes de ovinos e caprinos tem mostrado crescimento consistente na última década. De acordo com estimativas da Fao (2008), houve crescimento acumulado de 48,2% na produção de carne caprina e de 22,2% na ovina, no período de 1998 a 2007 (Tabela 3). Esta produção está concentrada no continente asiático, o qual responde por 75,8% da produção mundial de caprinos e 53,8% de ovinos (Tabela 4). A China é o país líder em criação dos dois tipos de animais e chega a deter, sozinha, quase 44,0% da produção caprina mundial.

Tabela 3 – Produção mundial de carnes caprina e ovina (nº de cabeças)

Ano	Caprino	Ovino
1998	3.472.748	7.274.371
1999	3.569.744	7.342.730
2000	3.695.874	7.552.160
2001	3.840.209	7.599.106
2002	4.029.278	7.672.392
2003	4.225.348	7.822.384
2004	4.498.075	8.178.498
2005	4.774.000	8.499.240
2006	5.074.782	8.734.695
2007	5.146.202	8.892.830

Fonte: FAO (2008).

Tabela 4 – Produção mundial de carnes caprina e ovina 2007, Por continentes (nº de cabeças)

Continente	Caprino	Part.(%)	Ovino	Part.(%)
África	933.328	18,10	1.189.399	13,40
América	164.498	3,20	415.650	4,70
Ásia	3.898.334	75,80	4.783.895	53,80
Europa	129.029	2,50	1.295.584	14,60
Oceania	20.356	0,40	1.208.233	13,60

Fonte: FAO (2008).

Tabela 5 – Importação Mundial de Carnes Caprina e Ovina (toneladas)

Ano	Caprino	Ovino
1996	21.471	863.948
1997	29.041	811.348
1998	31.448	858.513
1999	33.248	838.321
2000	25.888	916.544
2001	23.428	824.493
2002	31.734	838.994
2003	35.228	842.740
2004	54.319	884.366
2005	42.680	932.222

Fonte: FAO (2008).

As importações mundiais de carne caprina praticamente duplicaram no período de 1996 a 2005, passando de 21.471 para 42.680 toneladas (Tabela 5). No mesmo período, as importações de carne ovina, após várias oscilações, esboçaram um crescimento sutil, o que pode indicar que o consumidor mundial tem valorizado mais a carne caprina, talvez em virtude de seu menor teor de gordura

saturada. A Ásia e as Américas absorvem 87,0% do total da carne de caprinos importada no mundo, sendo o primeiro continente o seu maior importador, com 56,6% do total (Tabela 6). O mesmo não acontece quando se trata de importação de carne ovina, já que a Europa suplanta a Ásia, com 46,0% das importações totais, enquanto aquela responde por 27,4% do montante. O continente asiático, portanto, é o grande referencial quando se trata dessas carnes, mostrando robustez, tanto em produção, quanto na importação do produto.

Tabela 6 – Importação Mundial de Carnes Caprina e Ovina em 2005, por Continente (toneladas)

Continente	Caprino	Part.(%)	Ovino	Part.(%)
África	1.921	0,4	56.238	6,0
América	2.966	30,4	144.549	15,5
Ásia	24.148	56,6	255.824	27,4
Europa	5.312	12,4	429.272	46,0
Oceania	62	0,1	46.317	5,0

Fonte: FAO (2008).

Tabela 7 – Produção Brasileira de Carnes Caprina e Ovina de 1998 a 2007 (cabeças)

Ano	Caprino	Ovino
1998	34.300	67.800
1999	38.300	71.400
2000	38.500	71.500
2001	38.600	71.500
2002	39.750	68.576
2003	40.500	68.072
2004	40.500	76.000
2005	40.500	76.000
2006	41.000	77.000
2007	42.000	78.000

Fonte: FAO (2008).

As estatísticas oficiais de produção de carne caprina dos últimos dez anos no Brasil revelam um crescimento estável, totalizando 22,4% no decênio 1998-2007. No que tange à carne ovina, após pequeno recuo nos anos de 2002 e 2003, a produção voltou a avançar, finalizando o período com um incremento considerável (15,0%), ainda que menor do que o da carne caprina (Tabela 7). Já as importações de carne ovina, em sua maioria procedente do Uruguai, apresentam crescimento regular e firme desde 2004, apesar do aumento de preço ocorrido no mesmo período (SOUZA, 2008).

Alguns autores revelam que o consumo de carne, principalmente de ovinos, vem crescendo, em face do aumento das importações. O volume de abate formal de ovinos duplicou no período de 2002 a 2007 (Gráfico 1), revelando um crescimento firme e consistente do mercado doméstico. Questionam-se, então, como os criadores nordestinos poderão participar dos benefícios desse crescimento, se os sistemas de produção em muitas propriedades são ineficazes e ainda persistem doenças já erradicadas em outros países.

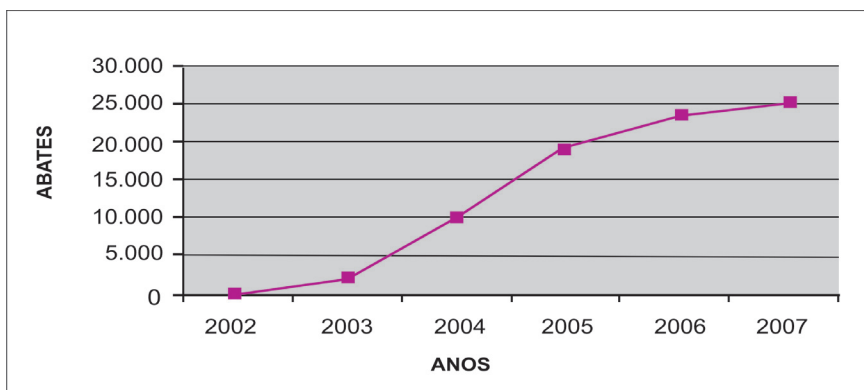


Gráfico 1 – Volume de Abates Formais de Ovinos de 2002 a 2007 (Brasil)

Fonte: SIF/ MAPA.

b) Os Entraves da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura

Diferentes estudos apontam para as incertezas que pairam sobre o mercado de produtos ovinos e caprinos, face à predominância da informalidade que, segundo especialistas, supera a marca de 90% do total de abates. Os abates e vendas de fundo de quintal não são detectados pelas estatísticas oficiais, mascarando os

dados referentes à comercialização e consumo efetivos desses produtos, além de elevar de maneira significativa a capacidade ociosa dos abatedouros, tornando-os empreendimentos deficitários. Pode-se supor que considerável proporção da carne comercializada formalmente tem origem no abate clandestino.

A falta de regularidade e qualidade da carne ofertada enseja a importação como forma de complementar a oferta para atender a crescente demanda de consumidores dos grandes centros urbanos que descobriram na carne desses pequenos ruminantes uma fonte de proteínas saudáveis e com a vantagem adicional de possuir menor teor de gordura indesejável. A cada ano surgem novos restaurantes e novos pratos, fomentando ainda mais o consumo, ao mesmo tempo em que revela a precariedade e falta de profissionalismo ainda prevalecente no sistema de produção nordestino do segmento. Este fato pode ser ilustrado pelo uso de carne de ovinos em pratos que no cardápio constam como sendo de carne caprina, gerando descrédito e insatisfação para consumidores mais exigentes.

Os varejistas e donos de restaurantes recorrem frequentemente à compra de carne importada por grandes frigoríficos nacionais, que a adquirem de países do MERCOSUL, como é o caso do Uruguai, Argentina, ou da Nova Zelândia e Austrália. Além de animais vivos, são importadas carcaças e carne desossada, adquiridas congeladas ou resfriadas. Bahia e Sergipe são os dois estados da região Nordeste livres de febre aftosa, com vacinação. A Bahia é o maior fornecedor de animais da Região, bem como responsável por 90% do abastecimento de um dos maiores mercados consumidores deste tipo de carne no País, que é o Estado de São Paulo (SEBRAE, 2009).

De acordo com trabalho do SEBRAE (2009), a falta de organização predominante entre os produtores nordestinos tem implicado em sérias perdas para a atividade, que poderia conquistar mercados no próprio continente (parceiros do MERCOSUL) e em países do Oriente Médio. Esses últimos são grandes consumidores de carne ovina, tendo inclusive sondado a possibilidade de importar a carne brasileira, esbarrando, contudo em questões como sanidade, quantidade e regularidade de oferta.

Com uma melhor integração da cadeia produtiva, grandes indústrias alimentícias, que comercializam produtos de carne bovina, suína e de frango, poderiam ser atraídas para incluir carnes de caprinos e ovinos em seu *mix*, alavancando de forma significativa as vendas do setor. São muitas as possibilidades de se beneficiar carne ovina e caprina, agregando-lhe valor, ao se fabricar linguiças,

defumados, manta de carne seca, hambúrgueres, buchadas e sarapatel, que poderiam inclusive ser feitos a partir de carnes de animais rejeitados que não atendem as especificações para cortes padronizados.

O baixo nível de associativismo praticado nos estados do Nordeste fragiliza os produtores, que se veem reféns de atravessadores que têm poder de ditar preços, desestimulando o pequeno produtor, que muitas vezes não recebe remuneração suficiente para cobrir os gastos incorridos com a produção. Perpetua-se, assim, um ciclo vicioso onde o consumidor defronta-se com escassez de oferta e altos preços, desestimulando o consumo. O produtor, na outra ponta, não tem incentivos econômicos para aumentar a produção, considerando que não recebe adequado preço pelos produtos ofertados.

Como atuam isoladamente, os produtores vendem os animais a intermediários, em feiras do município ou na própria fazenda, recebendo o pagamento à vista ou alguns dias depois da entrega. Os intermediários, por sua vez, revendem para marchantes, que normalmente fazem o abate de forma clandestina e, excepcionalmente, em matadouros públicos. A carne é então comercializada em feiras livres ou mercados em condições precárias de higiene e sem acondicionamento. Alguns marchantes, ainda, abatem os animais e entregam diretamente na residência do consumidor.

Apesar da falta de integração na cadeia produtiva, alguns avanços ocorreram, como é o caso do surgimento de abatedouros bem estruturados e fiscalizados regularmente por órgãos públicos, atendendo a todos os requisitos legais de sanidade. Alguns destes projetos têm buscado aproximação com os produtores (em sua maioria, pequenos e médios), no sentido de estabelecer critérios para a aquisição dos animais, e até mesmo fornecendo assistência técnica qualificada.

Também merecem destaque, entre as iniciativas institucionais que trouxeram benefícios reais e duradouros para a atividade, os cursos ministrados por instituições governamentais, especialmente sobre correto manejo, bem como na organização de feiras.

c) Produção e Beneficiamento de Carne de Caprinos e Ovinos

Existem no Nordeste projetos de criação de cabritos para abate em seis meses, cuja carne possui propriedades que atraem consumidores tipicamente de áreas urbanas e pertencentes às classes A e B: boa digestibilidade, baixo nível de colesterol e maciez. Referidos requisitos, somados a um eficiente controle

sanitário, são bem aceitos por esses consumidores, especialmente se apresentados em cortes especiais embalados a vácuo e com procedência identificada.

No esteio do aumento da demanda pela carne de caprino e ovino, alguns grandes frigoríficos especializados no abate destes animais encontram-se em fase de implantação. Um dos mais arrojados projetos localiza-se no sertão baiano, no município de Pintadas, organizado na forma de cooperativa que, antes mesmo de iniciar a fase de operação, já havia absorvido investimentos que ultrapassam três milhões de reais. O empreendimento, que objetiva firmar parceria com restaurantes filiados à Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), aguarda a conclusão de processos de certificação junto a órgãos estaduais e federais de controle sanitário e contou com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Governo do Estado da Bahia, do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e de várias ONGs, bem como de instituições de crédito, como é o caso do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil.

Contando com modernas instalações, ampla estrutura física e capacidade de abate de 100 animais/dia, o empreendimento dispõe de oito câmaras frigoríficas, currais para recepção, acomodação e tratamento pré-abate dos animais e um adequado tratamento de resíduos. Um conselho gestor cuida das decisões estratégicas, bem como do avanço das metas de integração com os pequenos pecuaristas associados à cooperativa que, juntamente com pequenos agricultores cadastrados, fornecerão os animais para abate.

O abatedouro mantém equipe constituída por 35 funcionários treinados para abater os animais e processar a carne, sob a supervisão de um profissional com formação em medicina veterinária. O mercado será constituído por supermercados, restaurantes e casas de carne, além da ampliação do mercado institucional, que atualmente é atendido com 350 quilogramas de carne por semana no programa de merenda escolar.

O raio de ação do projeto abrangerá quatrocentos produtores, distribuídos em sete municípios da região. O grupo gestor do projeto se propõe a fornecer matrizes aos cooperados, e adquirir para abate os animais que se enquadrem nos padrões de qualidade estabelecidos, sendo também oferecida assistência técnica, para tanto disponibilizando um técnico para cada grupo de quarenta produtores. Os fornecedores que não atenderem as especificações serão descredenciados.

Segundo opinião dos representantes da cooperativa, para que o empreendimento tenha êxito se faz necessária, além do fornecimento regular de animais dentro dos

parâmetros de qualidade, uma vigorosa ação de combate ao abate clandestino pelos órgãos de fiscalização do Estado.

No Estado da Paraíba foi inaugurado, em 2007, um dos poucos frigoríficos nordestinos com certificação federal (SIF). Apesar de possuir capacidade de abate diário de 150 animais, atualmente está com capacidade ociosa de quase 50%. Os animais são adquiridos dos estados da Bahia, Pernambuco e Paraíba, com veículo próprio que percorre as zonas produtoras em busca de animais de qualidade. Os animais abatidos são vendidos em carcaça e em cortes especiais. O quilograma de carcaça é vendido a R\$ 11,00 e o pernil desossado, que é o corte mais procurado, por R\$ 13,50/kg.

Entre os clientes, figuram desde redes de supermercados, como o Grupo Pão de Açúcar e Bom Preço, aos restaurantes de Recife, João Pessoa e Campina Grande. Os supermercados operam com uma margem de, aproximadamente, 18% sobre o preço de compra, sendo a inspeção federal (SIF) um diferencial de vendas que facilita a aceitação nas grandes redes. Os restaurantes pagam à vista ou com prazo máximo de uma semana, enquanto os supermercados praticam prazos de até trinta dias. O frigorífico aguarda licença para comercialização de linguiça de caprinos, feita a partir de carnes de padrão inferior (como é o caso da carne do pescoço, o que compensa o custo de produção). O empreendimento tem como desafio o enfrentamento da concorrência desleal ensejada pelo mercado informal e pelas carnes importadas do Uruguai, que chegam ao mercado nacional com preços inferiores.

Os proprietários de frigoríficos do Nordeste têm percebido que não é suficiente montar estruturas para o abate e industrialização da carne dos animais, pois a grande maioria trabalha com capacidade ociosa. Tão importante quanto à estrutura física é a oferta regular de animais dentro de parâmetros de qualidade. Diante desse fato, têm surgido projetos que visam à integração entre os elos da cadeia, especialmente produção e abate, onde uma empresa-âncora, normalmente um frigorífico, oferece aos produtores conveniados assistência técnica e a garantia de compra dos animais a preços superiores aos praticados no mercado. Os animais são comprados dos produtores logo após o desmame e mantidos em confinamento até o momento do abate, que normalmente ocorre de 150 a 210 dias. Iniciativas como esta se encontram em fase de desenvolvimento no Estado da Bahia, nos municípios de Jequié e Juazeiro.

No município baiano de Feira de Santana encontra-se um dos melhores

exemplos de integração entre frigorífico e produtores. O frigorífico em questão possui modernos equipamentos e instalações industriais, produzindo cortes especiais, embalando a vácuo carne de ovino e caprino. Os principais clientes são restaurantes (de Feira de Santana e de Salvador), lojas de carne e supermercados. A maior parte da clientela está localizada no Estado da Bahia (70% das vendas são destinadas a Salvador, sendo Aracaju e Manaus também grandes consumidores), embora o frigorífico possua clientes no Pará, Ceará, Pernambuco, Brasília e São Paulo.

Um dos sócios acredita que o baixo nível de consumo *per capita* de carne de ovino e caprino e a irregularidade da demanda são grandes entraves ao desenvolvimento da atividade no Brasil. Um dos motivos do inexpressivo consumo, segundo esse sócio, é o *mark-up* utilizado pelos supermercados para formação de preço, que chega a duplicar o valor pago ao frigorífico, desestimulando o consumo e afastando potenciais consumidores de classe média. Com a desvalorização da moeda americana, os frigoríficos nacionais têm enfrentado também a concorrência da carne oriunda do Uruguai, que chega a preços competitivos, uma vez que os produtores uruguaios (sobretudo os médios e grandes) são organizados de forma empresarial e possuem baixos custos de produção (entre outros motivos, devido à abundância de pastagem nativa), além de contarem com subsídio do governo.

Outro problema apresentado diz respeito à qualidade da carne produzida no Nordeste. O frigorífico enfrenta problemas de oferta, especialmente nos meses de estiagem, ou seja, de outubro a janeiro, ocasião em que o peso dos animais tende a se reduzir. A carne ofertada não atende, muitas vezes, ao padrão exigido nos quesitos peso e idade do animal. O frigorífico trabalha com carne de cabritos e cordeiros, preferindo animais de até oito meses de idade e peso de carcaça variando entre 18 e 20kg, o que garante uma carne tenra e com baixo teor de gordura saturada.

Com o intuito de sanar os problemas da qualidade da oferta, a empresa está desenvolvendo um projeto de integração frigorífico/produtor em outro município do Estado, que envolve capacitação, assistência técnica e estabelecimento de contrato para o fornecimento de carne por pequenos produtores. Neste projeto, cujo custo é estimado em R\$ 13 milhões, os animais não terão contato com pastagens naturais, sendo criados em regime de confinamento, devendo a ração – à base de alfafa e algaroba, ministrada ainda na fase de lactação das crias –, ser produzida por esses criadores. Acredita-se que em um prazo de dois anos esses criadores fornecerão cerca de 70% da carne processada pelo frigorífico.

Atualmente, apenas 30% da carne processada são de produção própria, sendo 70% adquiridos junto a criadores e intermediários que entregam os animais na sede da empresa. As características dos animais adquiridos são definidas previamente para os produtores, sendo elaborado rigoroso processo de triagem no ato da aquisição, após o qual são devolvidos os animais fora do padrão.

Os fornecedores do empreendimento (aproximadamente 80 criadores) são, em sua maioria, constituídos de pequenos e médios produtores, associações de produtores, intermediários e, em menor escala, agricultores familiares. Depois de cadastrados os produtores, as entregas são agendadas semanalmente, de forma a atender as necessidades do frigorífico. A demanda pelos produtos da empresa experimenta significativo incremento, chegando a duplicar nos últimos cinco anos, com reflexos nos preços, que experimentaram reajuste aproximado de 20% no mesmo período. Os preços apresentam comportamento cíclico ao longo do ano, com queda nos meses de fevereiro a setembro – quando é possível comprar o animal mais barato –, para depois experimentarem sensível recuperação.

Dispondo de um quadro efetivo de 72 funcionários, entre os quais figuram profissionais qualificados, que cuidam do controle de qualidade dos animais adquiridos, os itens de maior procura são o pernil, que é vendido a R\$ 12,00/kg, e o sarapatel, comercializado por R\$ 6,00/kg. Os prazos de pagamento concedidos variam em conformidade com o tipo de cliente, chegando a 30 dias para os melhores, enquanto os fornecedores de animais são pagos com prazos que variam de 21 a 30 dias.

O frigorífico, que abate em média 700 animais por semana, recentemente contratou uma consultoria especializada com objetivo de qualificar a empresa para exportação de seus produtos. Em um primeiro estágio, seriam contemplados destinos como Mercosul, Oriente Médio e África, onde as exigências de qualidade são menores. Posteriormente, seriam alcançados os mercados da Europa e América do Norte, onde os consumidores são mais criteriosos. Cogita-se também a criação de um selo para atestar a qualidade da carne exportada.

Outros frigoríficos devidamente estruturados e registrados nos serviços de inspeção federal (SIF), detectados pela pesquisa, localizam-se em Quixadá (CE) e Juazeiro (BA). O frigorífico de Quixadá realiza cortes especiais de caprinos, tendo inclusive efetuado exportações para Cabo Verde, na África.

O frigorífico de Juazeiro, por sua vez, oferta carnes, inclusive cortes especiais, a partir de animais confinados na fase final de engorda, e alimentados à base de

capim e ração balanceada. Os animais são abatidos precocemente, em média oito meses de idade, o que proporciona uma carne tenra, com baixo índice de gordura, porém com nível de proteína um pouco inferior ao da carne bovina. O frigorífico, com capacidade de abate de 150 animais/dia, tem como clientes supermercados, casas de carnes e restaurantes da região e de outros estados. O abatedouro frigorífico é devidamente registrado e inspecionado pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) e pela equipe de controle de qualidade do próprio estabelecimento. O abatedouro produz cortes especiais, tais como picanha, carré, bisteca, costela e pernil, dentre outros, inclusive buchada temperada.

O abatedouro/frigorífico de Juazeiro constitui um projeto público-privado cujo objetivo é integrar a produção com a comercialização e estreitar o relacionamento entre os produtores e o frigorífico, objetivando aumentar a renda de pequenos e de médios produtores localizados no Vale do São Francisco. Referido projeto está sendo desenvolvido pela Secretaria de Agricultura da Bahia, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (ACAR), Companhia de Engenharia Rural, Embrapa Semiárido, Universidade do Estado da Bahia, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE), Prefeitura de Juazeiro e Banco do Nordeste.

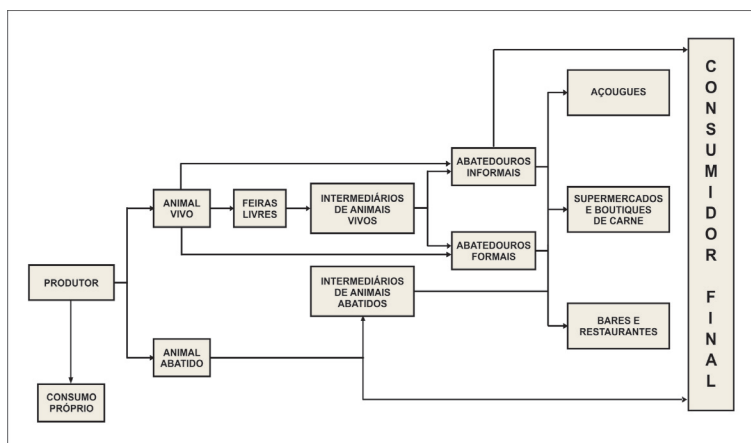


Figura 9 – Fluxograma da Produção de Carne Ovina e Caprina no Nordeste

Fonte: Elaboração dos autores

Apesar da existência de frigoríficos especializados e de suas experiências de integração com produtores, ainda persistem no cenário da ovinocaprinocultura nordestina as figuras tradicionais do marchante e das feiras livres de animais. As feiras de municípios são locais onde ocorre o encontro entre produtores e intermediários, funcionando esses últimos como elo com marchantes, restaurantes e recriadores. Os pagamentos são feitos em sua maior parte à vista, sendo comum a existência de compradores que frequentam várias feiras por semana³, comprando quantidades que variam de poucas cabeças a dezenas de animais por vez. Comprados por preços que variam de R\$ 6,00 a R\$ 6,50 por quilograma de carcaça, são vendidos por valores que chegam a R\$ 8,00. Parte dos compradores não possui transporte próprio, pagando fretes a terceiros pelo transporte dos animais adquiridos. Segundo os frequentadores das feiras, tem havido aumento do volume de atividade nos últimos cinco anos, o que justifica o movimento ascendente de preços observados⁴, dada a relativa rigidez da oferta. Os intermediários evitam vender a frigoríficos, preferindo restaurantes e feiras, uma vez que estes últimos pagam à vista, enquanto os frigoríficos exigem prazos de pagamento de 20 dias ou mais.

A figura do marchante, dono de um pequeno estabelecimento para abate de animais e para atendimento de uma clientela restrita, é comum no Nordeste, inclusive em grandes aglomerados urbanos, que dispõem de redes de supermercados onde ocorre a comercialização de carne de ovinos e caprinos. Os mais organizados possuem transporte próprio e percorrem as feiras dos municípios circunvizinhos à procura de animais para abate, mantendo um pequeno estoque que varia de vinte a quarenta cabeças. A pesquisa de campo revelou que alguns marchantes realizam até vinte e cinco abates por dia, em períodos de pico, inclusive fornecendo para supermercados de porte médio de cidades populosas, o que constitui verdadeiro estorvo para os abatedouros regularizados, que se veem às voltas com elevados custos oriundos da formalização do negócio, e disputam clientes em condições desiguais com os marchantes.

Os poucos abatedouros municipais existentes operam em condições higiênicas extremamente precárias. Um dos matadouros de maior movimentação do Nordeste é o do município de Petrolina. Criado em 1978, e atualmente com

3 Um dos entrevistados afirmou frequentar feiras em oito municípios nos estados da Bahia e Pernambuco.

4 Um comprador afirmou que o preço de compra praticado no ano de 2007 era de R\$ 4,00, o que significa um aumento mínimo de 50% em doze meses.

110 funcionários, o empreendimento abate em média 4.755 caprinos e ovinos por mês. Os animais, em geral, são de propriedade de marchantes e adquiridos em Pernambuco, Bahia e Piauí. Cobra-se uma taxa de abate de R\$ 3,25 por cabeça. Existe uma inspeção pré-abate feita por veterinário habilitado, sendo incinerados os animais e as partes rejeitadas. Depois de abatidos, as carcaças são transportadas em veículo próprio e comercializadas em restaurantes do município, bem como em feiras livres e frigoríficos da região.

Mesmo nos municípios que dispõem de abatedouros, continua sendo frequente o abate clandestino, que muitas vezes é preferido pelos donos dos animais, os quais evitam, dessa maneira, o pagamento da taxa de abate e não correm risco de perdas com animais fora dos padrões de qualidade, que seriam descartados caso fossem encaminhados para abate no abatedouro municipal.

d) Comércio Varejista e Consumo

Segundo Fernandes e Oliveira (apud SEBRAE, 2009), o baixo nível de consumo de carne ovina no Brasil deve-se basicamente a quatro fatores: falta de hábito do consumidor, irregularidade de oferta, baixa qualidade dos produtos e má apresentação comercial. De acordo com pesquisas junto a consumidores realizadas pelo SEBRAE, existe um forte componente cultural no consumo de carne de pequenos ruminantes. Em cidades com forte tradição no emprego destes animais, como é o caso de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), o consumo anual *per capita* atinge níveis elevados, se comparados a grandes metrópoles do País: em Juazeiro atingiu 10,8kg e 11,7kg em Petrolina, enquanto cidades como Fortaleza, Brasília e Natal o consumo *per capita* é inferior a 1kg.

Como dito anteriormente, por não existir regularidade e quantidade de carne suficiente para abastecer os restaurantes das grandes cidades, as compras de fornecedores regionais são complementadas com importações de outros países. Segundo Medeiros (apud SEBRAE, 2009), nos dez primeiros meses do ano 2000 foram adquiridos do exterior mais de 11 milhões de dólares em carne de ovinos, sendo tanto de animais vivos como de carcaças e cortes diversos, equivalendo a 572.566 animais de 30kg cada, o que justifica o crescimento de 600% no período de 1992 a 2000. O trabalho citado afirma que a importação de carne caprina também experimentou significativo crescimento, aumentando mais de 20 vezes de 1996 a 2000.

Os gargalos de comercialização da carne de caprino e ovino foram

detectados há décadas, mas ainda persistem, o que revela que não foi pela falta de conhecimentos técnicos que os avanços não ocorreram. Em estudo publicado em 1995, Zapata, Barros e Vasconcelos afirmavam que o baixo consumo de carne caprina e ovina à época era resultado da baixa qualidade do produto ofertado, listando uma série de entraves na cadeia produtiva, tais como deficientes critérios de seleção de animais para abate e baixo nível de higiene nos locais de abate e comercialização, fazendo com que metade da carne caprina seja vendida sem qualquer tipo de embalagem, como ocorre nas principais cidades do Nordeste.

No que diz respeito ao nível de exigência, os consumidores de carne de caprino e ovino podem ser divididos em dois grupos básicos: consumidores das classes A e B, que adquirem o produto em restaurantes ou supermercados, altamente exigentes no quesito qualidade, apreciando a carne não apenas por suas características organolépticas, mas também por motivos dietéticos e nutricionais, dispostos a pagar preços superiores aos praticados em outros tipos de carnes; e consumidores de baixa renda dos grandes centros urbanos e de cidades do interior dos estados nordestinos, que adquirem o produto sem controles sanitários, focando a decisão de compra no preço, obtendo a carne em feiras e açougues sem nenhuma embalagem.



Foto 1 – Carne de Ovino sem Acondicionamento, Comercializada em Mercado Público

Fonte: Autores



Foto 2 – Carne de Ovino, Devidamente Embalada e Refrigerada, Comercializada em Supermercado

Fonte: Autores

Mesmo em regiões onde há tradição no consumo de carne de ovino e caprino, observa-se a existência de arraigados preconceitos, especialmente nos extratos sociais de renda mais alta, que ainda associam estes itens a alimentos populares de baixa qualidade. Este fato foi constatado em grandes municípios como Feira de Santana (BA), em estabelecimentos que comercializam a carne de caprinos. Para reverter o quadro, os restaurantes da região promovem eventos de degustação e participam de festivais de gastronomia.

Em alguns grandes centros urbanos do Nordeste, restaurantes que se especializaram em carnes de caprinos e ovinos têm crescido, especialmente aqueles que trabalham com produtos de qualidade e cardápio variado. Em Feira de Santana, um estabelecimento oferece 30 diferentes pratos de carne caprina,

comercializando um volume aproximado de 300 quilogramas por semana. Os pratos de maior comercialização são o pernil, a linguiça e o filé. Os proprietários, egressos de famílias com tradição na criação de caprinos, incorporaram em seu negócio um forte traço cultural, explorando o aspecto regional do consumo da carne caprina. Apesar do porte pequeno, é perceptível o avanço da organização profissional no negócio, que já recorreu a serviços de assistência técnica de instituição governamental e planeja filiar-se à Abrasel.

Nas capitais do Nordeste é cada vez mais frequente a venda de carne de ovinos em grandes redes de supermercado. Em Fortaleza, uma loja de uma destas redes comercializa aproximadamente uma tonelada de carne por mês. A carcaça do animal é adquirida inteira de um grande abatedouro, que fornece carne para vários supermercados em Fortaleza (inclusive o Grupo Pão de Açúcar). A carne é dividida em cortes variados nas dependências do supermercado. Os cortes mais nobres, como pernil, paleta e costela, são comercializados por valores que chegam a R\$ 15,90/kg, indicando uma margem bruta de lucro que supera 40% da receita. Os miúdos são adquiridos já beneficiados por R\$ 5,90/kg, sendo vendidos por R\$ 8,00, com margem bruta de 26%.

Conhecido como o maior complexo gastronômico de carne de ovinos e caprinos do mundo, pela concentração de restaurantes (dez ao todo), o “Bodódromo” de Petrolina dispõe de área de mais de 28.000 metros quadrados, ocupada por restaurantes, quiosques e área de festas. O projeto foi idealizado pela prefeitura do município para transformar o tradicional consumo deste tipo de carne na região em apelo de *marketing* turístico. Há considerável diversidade de pratos feitos com carne de ovinos, principalmente, a despeito do nome, podendo o consumidor escolher entre guisados, churrascos, buchadas, sarapatel e pizzas. Como a oferta de carne de caprino na região é irregular, os donos dos restaurantes optaram por trabalhar com carne de ovino, atendendo pedidos de carne de caprinos apenas por encomenda.

Outro exemplo de varejo de alimentos que usa forte apelo de *marketing* para atrair consumidores encontra-se em Fortaleza. Trata-se de estabelecimento iniciado por um pequeno empreendedor em meados da década de 1990 que, detectando a existência de uma demanda não atendida no município por carne de carneiro, improvisou na garagem de sua própria residência um pequeno ponto para venda de espetos assados. O sucesso foi imediato, levando-o a montar um restaurante especializado em carne de ovinos, com ampla divulgação na mídia.

Segundo o proprietário, o aumento da demanda por carne de carneiro deve-se, sobretudo à divulgação das vantagens de seu consumo para a saúde humana, por ser menos calórica e mais saudável do que a carne bovina. O estabelecimento – que se orgulha de ser o maior do tipo no Brasil – está situado em um bairro de classe média, onde vários outros restaurantes se estabeleceram posteriormente, na tentativa de aproveitar o mesmo nicho de mercado.

Inicialmente adquirindo carne de fornecedores da região de Tauá (CE), polo tradicional de criação de ovinos no Estado, verificou que o volume de carne produzida naquele município não seria suficiente para atender a demanda, que triplicou nos últimos cinco anos, chegando aos atuais 6.000 quilogramas por mês, que são adquiridos ao preço médio de R\$ 5,50. Seu principal fornecedor, hoje, é um grupo empresarial que atua no mercado internacional de carnes, com presença expressiva em países do Mercosul. Segundo o empresário, a origem da carne, que é adquirida em cortes especiais, é principalmente do Uruguai e Nova Zelândia, com uma menor parte proveniente do sul do Brasil.

Com média de atendimento de mil refeições por dia e duas mil entregas semanais em domicílio, feitas por oito “motoqueiros”, o estabelecimento possui sessenta funcionários, dos quais vinte são cozinheiros. Os pratos chegam a custar R\$ 47,00, como é o caso do *french rack*, porém os mais comercializados são o pernil e a costela, que juntos respondem por 60% do total de vendas. O *marketing* do restaurante inclui *outdoors*, destacando a marca, e espalhados em toda a cidade, *site* na internet e *telemarketing* de vendas. Apesar de comercializar outras carnes, como a bovina, de frango, mariscos e peixes, a maior parte da receita (90%) provém de pratos com carne de ovinos. Os preços de venda são estabelecidos a partir de levantamentos de custos, sendo posteriormente aplicado um *mark-up* sobre o custo total.

Para que produtos derivados da carne de ovino e caprino obtenham êxito em sua inserção no mercado, é fundamental a criação de marcas, certificados de qualidade e o correto acondicionamento dos produtos, além de outras estratégias de *marketing*, usualmente adotadas na conquista de novos mercados. Estas táticas já são utilizadas por uma empresa localizada em Brasília, que comercializa cortes congelados de cordeiro e cabrito pela internet e entrega em domicílio para todo o Distrito Federal. O proprietário busca atingir uma escala maior de consumidores e, para tanto, investiu na colocação de *freezers* em pequenas lojas, onde comercializa cortes variados, entre os quais podem ser citados: *french rack*, pernil curto, paleta, costela fatiada, contrafilé, filé *mignon*, *kit* buchada, linguiça e picanha.

5.2 – Leite de Cabra

a) Aspectos Preliminares

Muitas pessoas, equivocadamente, afirmam que o leite de cabra é um “remédio” milagroso capaz de curar ou evitar muitas doenças; outras apregoam que o incremento da produção de leite de cabra seria a redenção da região Nordeste, ou mesmo, poderia ocupar parte do espaço no mercado lácteo, em substituição ao leite de vaca.

As afirmações citadas não têm embasamento científico e econômico porque, somente se utiliza remédio quando se está com alguma doença e, com certeza, não é este o mercado que o empresário espera para o leite de cabra e derivados. Na verdade, o leite de cabra apresenta qualidade diferenciada, em comparação com leite de outras espécies domésticas, sendo mais rico em proteínas, sais minerais e vitamina A. O leite de cabra contém, na sua composição, glóbulos de gordura de menor dimensão, aspecto que facilita o processo de digestão e não tem aglutinina, substância presente no leite da vaca, que é responsável pela união de partículas gordurosas, formando um composto que dificulta a digestão, além da presença de substâncias que não provocam alergias em pessoas que são intolerantes ao leite de outras espécies. A Tabela 8 mostra uma comparação dos principais ingredientes do leite de cabra, em relação ao leite da vaca.

Tabela 8 – Composição do Leite de Cabra e de Vaca (em 100mg)

Nutrientes	Vaca	Cabra
Calorias	61,0	61,0
Proteínas (g)	3,3	3,6
Gorduras (g)	3,3	4,2
Carboidratos (g)	4,8	4,4
Colesterol (mg)	17,0	11,0
Magnésio (mg)	13,0	14,0
Potássio (mg)	152,0	204,0
Cálcio (mg)	93,0	111,0
Fósforo (mg)	119,0	134,0
Vitamina A (UI)	126,0	184,0

Fonte: Adrizzo (1992), adaptado de Nogueira Filho (2008)

No Brasil, e em particular na região Nordeste, o leite de pequenos ruminantes é produzido por cabras, enquanto a exploração de ovinos tem a finalidade de produzir animais para abate. Partindo dessa premissa, as considerações sobre o mercado a ser abordado se referem, portanto, ao leite de cabra.

É oportuno esclarecer que o incentivo ao aumento da produção do leite de cabra não tem a finalidade de substituir ou competir no mercado, em condições de igualdade, com o leite das espécies bovina e bubalina.

É importante destacar que por limitações fundiárias, tecnológicas, econômicas e logísticas e preferência do consumidor jamais seria possível que rebanhos caprinos e ovinos viessem a produzir leite nos níveis ofertados atualmente pelas matrizes leiteiras de grandes ruminantes (vacas e búfalas). Por outro lado, razões de preferência do consumidor, costumes e tradições, são outros fatores que limitam a oferta de leite caprino, pelo lado da demanda.

Segundo dados da FAO, em 2007, a produção de leite de origem bovina e bubalina foi superior a 610,2 bilhões de litros (527,7 e 82,5 bilhões, respectivamente), enquanto a produção de leite de cabra e de ovelhas foi de apenas 23,7 bilhões (14,5 e 9,2 bilhões, respectivamente), representando, 3,9% da produção total de leite (bovino e bubalino).

Assim, a produção de leite de cabra deve ser direcionada a um nicho importante do mercado, principalmente para consumo das classes "A" e "B", mais esclarecidas e de maior poder aquisitivo. Pode também ser direcionada para programas incentivados pelo governo (municipal, estadual e/ou federal), seja na aquisição de leite para a merenda escolar ou para o consumo da população de baixa renda.

Outros aspectos fundamentais que devem ser considerados para o incentivo à produção do leite de cabra dizem respeito às vantagens inerentes à exploração de caprinos nas condições climáticas adversas da região Nordeste, sobretudo nas áreas de clima semiárido. Os investimentos são reduzidos se comparados aos projetos de implantação para exploração de bovinos. Os empreendimentos para exploração de caprinos possuem ainda outras vantagens: os riscos são menores, o retorno social na geração de emprego e renda para o pequeno produtor é maior e contribuem para a redução do êxodo rural.

Iniciativas institucionais, privadas e individuais têm obtido sucesso em alguns estados da região Nordeste do Brasil. Os programas dos governos dos

estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte são exemplos que alcançaram êxito, mercê da intervenção do governo, comprando o leite caprino para a merenda escolar e firmando parcerias com outras instituições. Essas ações governamentais transformaram a realidade de muitos municípios, onde praticamente não era produzido o leite caprino.

O Estado do Rio Grande do Norte foi o pioneiro neste tipo de ação, transformando áreas sem tradição na produção de leite de cabra, em importantes bacias leiteiras, gerando renda e emprego no meio rural. As raças de aptidão leiteira, exploradas pela maioria dos produtores, são: a Saanen (Fotos 3 e 4), a Parda Alpina (foto 5), Alpina Britânica (foto 6), a Togemburg (foto 7), a Anglo-Nubiana e seus respectivos mestiços.

A base da alimentação desses plantéis é a pastagem cultivada, complementada com ração balanceada. Poucos produtores de leite fazem reserva alimentar, à base de silagem e feno. Há de se registrar, no entanto, que alguns dos médios e grandes produtores de cabras leiteiras abandonaram a atividade, alegando que os custos de produção estavam em patamar superior, na maioria dos casos, aos preços pagos pelo Programa do Leite, dos governos estaduais.

O Programa do Leite na Paraíba mudou radicalmente o cenário improdutivo das duas áreas denominadas de “cariris” desse Estado. Pesquisa realizada por Sousa Neto e Gutierrez (EMBRAPA CAPRINOS, 1987) revelou que a média de animais por fazenda (de diversas espécies) no Estado da Paraíba é de 259 cabeças. No entanto, apenas 13% da amostra pesquisada se dedicavam, exclusivamente, a criação de caprinos. Os demais exploram rebanhos mistos de bovinos, caprinos e ovinos. A base alimentar é a caatinga, mas 70% fazem mineralização e 43% possuem apriscos. Antes da implantação do Programa do Leite, 50% da produção obtida eram consumidas na fazenda, enquanto o restante era comercializado na própria localidade.

Com a implantação dos programas institucionais, a caprinocultura, antes considerada uma atividade secundária, passou a ocupar, em alguns municípios, um lugar de destaque entre as atividades rurais. Os cariris paraibanos têm cerca de 60% de sua área em desertificação, com média pluviométrica oscilando entre 300 a 600 mm/ano. A taxa de analfabetismo alcança 37,4%, enquanto a mortalidade infantil chega a 32 óbitos por mil nascimentos, o que demonstra o atraso econômico e a estagnação social dessa região. Em agosto de 2001, quando foi iniciado o Programa do Leite do Estado, a região do cariri paraibano tinha



Foto 3 – Raça Saanen

Fonte: Autores



Foto 4 – Raça Saanen – Regime de Estabulação

Fonte: Autores



Foto 5 – Raça Parda Alpina

Fonte: Autores



Foto 6 – Raça Alpina Britânica

Fonte: Autores



Foto 7 – Raça Togemburg

Fonte: Autores

apenas sete produtores de leite caprino. No fim de 2007 já eram mais de 130 produtores de leite de cabra, com venda assegurada no programa (PARAÍBA, 2007).

Embora detenha somente o quinto maior rebanho de caprinos, o Estado da Paraíba, segundo Fernando Ivo da Agência SEBRAE de Notícias (IVO, 2007), já produziu quase 20 mil litros de leite de cabra por dia, o que representa cerca de 7,3 milhões de litros anuais. No entanto, o IBGE registra que, em 2006, o Estado da Paraíba produziu 3.995 mil litros de leite, apenas 61% da produção estimada por Fernando Ivo. Independentemente dos números citados, a Paraíba é o maior produtor brasileiro, superando estados como o Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Minas Gerais (produção diária de 10 mil litros/dia). O SEBRAE estima que são colocados, diariamente, na economia dos municípios produtores de leite da Paraíba, cerca de R\$ 25 mil, sendo que aproximadamente 90% desses recursos são originários de compras do governo, através dos programas Conab, Fome Zero e Leite da Paraíba.

Em outros estados há iniciativas de sucesso, como o Programa Cabra Nossa, em Sobral (CE) e os Condomínios para a produção de leite de cabra do Maranhão, da Bahia e de Pernambuco. O condomínio é um método gerencial de exploração conjunta de atividades de produção e de transformação já utilizado na bovinocultura leiteira. A partir de iniciativas privadas, em parceria com outras instituições, o modelo desses condomínios começa a ser usado em exploração de leite caprino na região Nordeste e em outras áreas do País, com a finalidade de

melhorar a lucratividade e a sustentabilidade do negócio. Os empreendimentos da ACCOJUS, em Jussara (BA), e da Associação Aprisco do Vale, em Santa Maria da Boa Vista (PE), são os exemplos mais representativos desses condomínios.

A adoção do modelo de condomínio reduz, significativamente, os custos diretos da produção, em face da compra conjunta de insumos, redução nos gastos com mão-de-obra, manutenção das instalações, orientação e assistência técnica, dentre outros. Um condomínio de cabras leiteiras é uma central de ordenha, onde cabras lactantes dos produtores ficam alojadas em instalações pertencentes ao condomínio durante quase todo o período de lactação.

A gestão do condomínio pode ser conduzida por um grupo informal de produtores, representantes de associação ou cooperativa de produtores, ou ainda pelo representante do próprio laticínio, que compra e beneficia o leite. Todos os dados produtivos e de custos são diariamente monitorados, para cada cabra hospedada e disponibilizados aos seus respectivos proprietários para análise e conferência.

Referido modelo apresenta diversas vantagens, principalmente pelas compras conjuntas, orientação técnica adequada e negociação na venda do leite. Por outro lado, há aumento da produção e da produtividade, além de substancial melhoria na qualidade do leite obtido. O laticínio se beneficia pela eliminação das linhas de coleta nas diversas propriedades, pois recebe o leite diretamente na central do condomínio. Alguns, inclusive, dispõem de tanque de expansão, evitando a possibilidade de adulteração do produto, combatendo às fraudes.

Os criadores de cabras, que estão organizados em associações ou cooperativas, usufruem de outras importantes vantagens, tais como: maior disponibilidade de tempo para se dedicar a outras tarefas da propriedade; maior disponibilidade de pastos para alimentar outros animais ou liberação de áreas para outras lavouras; utilização de reprodutores de boa qualidade genética de propriedade do condomínio, cujas aquisições estariam fora das condições financeiras da maioria dos criadores; eliminação do investimento na construção e manutenção de sala-de-ordenha; aquisição de equipamentos e outros utensílios indispensáveis à realização de uma ordenha higiênica e utilização de tanque de expansão ou de resfriamento do condomínio.

Segundo Clóvis Guimarães, o condomínio de Santa Maria da Boa Vista-PE, com apoio financeiro da Codevasf, Sebrae e Embrapa Semiárido, já está

em operação, com perspectivas animadoras. A propriedade onde se localiza o condomínio é formalmente cedida por um dos condôminos em comodato, onde foram construídos aprisco e sala-de-ordenha. O condomínio, formado inicialmente por 17 produtores, já conta com 180 cabras, mestiças de Saanen e Anglo-Nubiana, utilizando pastos e capineiras irrigados. O laticínio da associação está em fase de construção. Por isso, parte do leite produzido atualmente é comercializado para outros associados fabricantes de queijos, e parte distribuída na merenda escolar do município.

b) Produção Mundial de Leite de Cabra

A produção de leite de cabra, no mundo, tem se mantido em torno de 24 bilhões de litros anuais. A liderança pertence à Índia, cuja produção está em torno de 3.283 mil toneladas anuais destinadas, basicamente, ao consumo interno. A França, embora esteja na quinta posição na produção de leite de cabra, com aproximadamente 590 mil toneladas anuais, lidera a produção e exportação de queijos e derivados. O Brasil, apesar das condições edafoclimáticas favoráveis, ainda apresenta uma produção incipiente, com cerca de 137 milhões de litros. A região Nordeste, a despeito de possuir a quase totalidade do plantel de caprinos do País (92,6%), responde por menos de 45% da produção nacional, enquanto a região Sudeste lidera a produção nacional com mais de 50%, cuja oferta se concentra nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A Tabela 9 apresenta a relação dos maiores produtores mundiais de leite de cabra.

Os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte lideram a produção na região Nordeste, mercê de programas governamentais bem estruturados que estimularam os pequenos produtores a se organizarem, aumentando, substancialmente, a produção dos estados referidos. A Paraíba, embora disponha do quinto rebanho caprino da Região, é o maior produtor de leite de cabra do País, segundo dados do governo do Estado da Paraíba (PARAÍBA, 2007), com produção diária de 18 mil litros.

Embora as estatísticas não sejam precisas e completas em relação à exportação de leite de cabra, segundo a FAO, em 2005, os maiores exportadores foram a Arábia Saudita (90 t), o Sri Lanka (20 t), os Emirados Árabes Unidos (10 t). O Catar é, segundo a FAO, o maior importador de leite fresco de cabra, com 54 toneladas.

Tabela 9 – Maiores Produtores Mundiais de Leite de Cabra (em mil toneladas)

Países	Produção
Índia	3.823
Bangladesh	2.016
Sudão	1.450
Paquistão	699
França	590
Grécia	500
Espanha	489
Somália	393
Irã	370
China	262
Rússia	255
Turquia	250
Indonésia	238
Ucrânia	230
Brasil	137

Fonte: FAO (2007).

c) Produção Mundial de Leite de Ovelha

O Brasil não figura nas estatísticas como produtor de leite de ovelha. As raças de ovinos criadas no País, com raras exceções, são especializadas para produção de carne. A Índia lidera o *ranking* com 1.125 mil toneladas. A França, embora ocupe a décima segunda posição na produção mundial de leite de ovelha, é o país que mais agrega valor, pois mais de 90% do leite se destina à produção de queijos especiais, tanto para o mercado interno, como para a exportação. A Tabela 10 mostra os principais produtores mundiais de leite de ovelha.

Tabela 10 – Maiores Produtores Mundiais de Leite de Ovelha (em mil toneladas)

Países	Produção
China	1.125
Turquia	790
Grécia	750
Síria	610
Itália	560
Irã	534
Urzbequistão	500
Romênia	485
Sudão	480
Somália	468
Espanha	360
França	254

Fonte: FAO (2007).

A Tabela II apresenta a produção mundial de leite de cabra e de ovelha por continente. A Ásia é o maior produtor mundial de leite de cabra e de ovelha. A Índia (3.823 mil t) e Bangladesh (2.016 mil t) são os dois maiores produtores asiáticos de leite de cabra, enquanto a China lidera a produção de leite ovino (1,125 mil t). Na África, o Sudão é o maior produtor de leite de cabra (1.450 mil t) e de ovelha (480 mil t). No continente americano, a Jamaica lidera a produção de leite caprino (165 mil t). Não há tradição nas Américas em produzir leite de ovelha. A Bolívia é o maior produtor do continente americano, com 29 mil toneladas anuais. A Europa é o único continente cuja produção de leite de ovelha (2.820 mil t) supera a de leite de cabra (2.586 mil t). A maior parte da produção europeia de leite caprino e ovino é destinada à produção de queijos especiais, seja para o consumo interno na União Europeia, seja destinado à exportação para outros países. Na Europa, a França é o maior produtor de leite de cabra (590 mil t) e a Grécia lidera a produção de leite de ovelha (750 mil t). Na Oceania, a produção de leite caprino é desprezível (40 mil t) e não há registro, nas estatísticas da FAO, de produção de leite da espécie ovina.

Tabela 11 – Produção mundial de leite de cabra

Continente	Produção em toneladas	
	Cabra	Ovelha
Ásia	3.127.163	1.718.567
América	653.645	35.610
Europa	8.058.310	4.516.421
África	2.546.587	3.074.275
Oceania	40	-
Total mundial	14.385.745	9.344.873

Fonte: FAO (2007).

d) Comercialização do Leite de Cabra

O leite de cabra e seus derivados ainda são pouco consumidos no Brasil, pois o consumidor não está esclarecido para as qualidades inerentes ao leite caprino. Por esta razão, os projetos de desenvolvimento territorial têm se baseado no mercado institucional, no qual o governo (municipal, estadual e/ou federal), através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Programa Fome Zero faz a compra e distribui para a população carente ou para a merenda escolar. Apesar da importância da ação do governo na fase inicial de implementação, é indispensável que seja trabalhado o livre mercado, para a sustentabilidade desse negócio no longo prazo.

O consumidor, para adotar o hábito de comprar determinado produto, exige qualidade, oferta regular e preço competitivo. Para isto, além das medidas de ordem zootécnicas e sanitárias visando à melhoria da qualidade do leite, para consumo pasteurizado ou produção de queijos, iogurtes e outros derivados, é necessário que se adotem outras medidas, com o objetivo de esclarecer o consumidor sobre a qualidade do leite e sua importância na alimentação humana.

Portanto, os consumidores potenciais do leite de cabra devem ser esclarecidos que esse produto contém, em sua composição, elementos necessários à nutrição humana, tais como açúcares, proteínas, gorduras, vitaminas, ferro, cálcio, fósforo, além de outros microelementos. Como já foi salientado, o leite caprino não é

remédio, mas um alimento de alto valor nutritivo, com a vantagem de possuir elevada taxa de digestibilidade, devido ao tamanho reduzido de seus glóbulos de gordura. Além disso, possui pH alcalino (dificilmente se torna azedo no lúmen intestinal), não provocando cólicas em crianças, o que pode acontecer com o consumo de leite de outras espécies.

Na região Nordeste, a maior parte do leite de cabra é comercializada na zona rural ou urbana das cidades localizadas no interior dos estados, sendo consumido localmente ou próximo das áreas produtoras. Ainda não existem indústrias de grande porte no processamento e comercialização do leite de cabra, não somente na região Nordeste do Brasil, mas também em outros países em desenvolvimento.

Até o fim da década de 1990 não havia no Brasil legislação específica para o processamento e comercialização do leite de cabra. As vendas eram informais, sendo comercializado leite de péssima qualidade, ensejando grandes riscos à saúde humana.

Alguns estados da região Nordeste, que detêm 92% do rebanho caprino do Brasil, iniciaram no fim do século passado, com incentivo governamental, a organização da produção, industrialização e distribuição do leite caprino, muitas vezes em parceria com o sistema agroindustrial do leite bovino. O pioneiro foi o Estado do Rio Grande do Norte no ano de 1999, seguido pela Paraíba, além de outras experiências localizadas no Ceará (Projeto Cabra Nossa), Maranhão, Bahia e Pernambuco (a exemplo dos condomínios intermunicipais), já citados anteriormente. A partir dessas experiências de sucesso, surgiram indústrias de laticínios específicas para o beneficiamento e industrialização de leite de cabra. Embora o mercado seja ainda incipiente, já demonstra um grande potencial, seja para a região Nordeste, seja para as demais regiões brasileiras. Na Tabela 12 estão relacionadas as principais indústrias processadoras de leite caprino.

Os programas governamentais de estados como a Paraíba e o Rio Grande do Norte, em parceria com o Programa Fome Zero do Governo Federal, são os grandes responsáveis pelo aumento da produção e melhoria da qualidade do leite caprino. Esses programas, através de convênios ou de cooperativas locais, promovem a organização dos produtores, prestam orientação e assistência técnica e adquirem a produção para atender a demanda da merenda escolar.

Nas grandes cidades nordestinas, a comercialização de leite pasteurizado, em pó, e sob a forma de bebidas lácteas, iogurte e queijo é, ainda, insignificante.

Tabela 12 – Leite de Cabra Adquirido por Indústrias de Laticínios e Programas de Governo

Discriminação	Leite (litros)	Tipo de Processamento
Acost (RN)	3.600.000	Pasteurizado (governo)
Apasa	1.460.000	Cooperativa de Produtores
Governo da Paraíba	5.300.000	Pasteurizado (governo)
Queijaraia de Nova Friburgo (RJ)	1.638.000	Longa vida (UHT) e leite em pó
Capril Genve (RJ)	120.000	Leite em pó e queijos
Cca Laticíos (RJ)	256.000	Queijos
Paulocapri (SP)	420.000	Leite congelado, iogurte e queijos
Cabrastop (RS)	35.000	Leite esterilizado e queijos
Cappry's (RS)	230.000	Leite esterilizado e queijos
Capriminas (MG)	40.000	Leite congelado e queijos
Agropecuária Sanri (MG)	58.000	Leite congelado e queijos

Fonte: Caprilat, 2007; Pesquisa direta dos autores, 2008.

O reduzido consumo ocorre em função, dentre outros fatores, da falta de conhecimento do consumidor sobre os atributos do leite de cabra, da baixa qualidade dos produtos além de oferta incipiente e irregular. Por outro lado, muitos consumidores, por falta de conhecimento ou tradição, não estão dispostos a consumir leite caprino, por admitir, erroneamente, que esse leite apresenta qualidade inferior ao leite bovino.

É oportuno esclarecer que, por razões de tradição, costumes e preferência pessoal, muitos consumidores não estariam dispostos a substituir o consumo de leite de vaca, por leite de cabra. Os especialistas em *marketing* enfatizam que essa não deve ser a estratégia para a comercialização, mas sim o convencimento das qualidades intrínsecas do leite caprino e seus derivados.

O mercado a ser explorado está disponível e não é substitutivo do leite bovino, até porque seria impossível, por razões técnicas, econômicas e logísticas, que os plantéis caprinos viessem a produzir a quantidade de leite produzido pela espécie bovina. É certo que existe um nicho de mercado voltado para o consumo de leite caprino e de seus múltiplos derivados, especialmente a procura por queijos especiais, sem tornar o leite de cabra um concorrente direto do leite de vaca ou de búfala.

O leite de cabra vem conquistando, embora lentamente, o seu espaço no competitivo mercado de lácteos, especialmente sob a forma de leite longa vida (esterilizado e aromatizado), leite em pó e pasteurizado.

O mercado interno tem grande potencial de consumo, porém não vem alcançando volumes expressivos. A irregularidade da oferta de matéria-prima para as indústrias, os canais e a estrutura de comercialização deficientes, além da ausência de informações aos consumidores, são os fatores que têm contribuído para o desempenho insatisfatório.

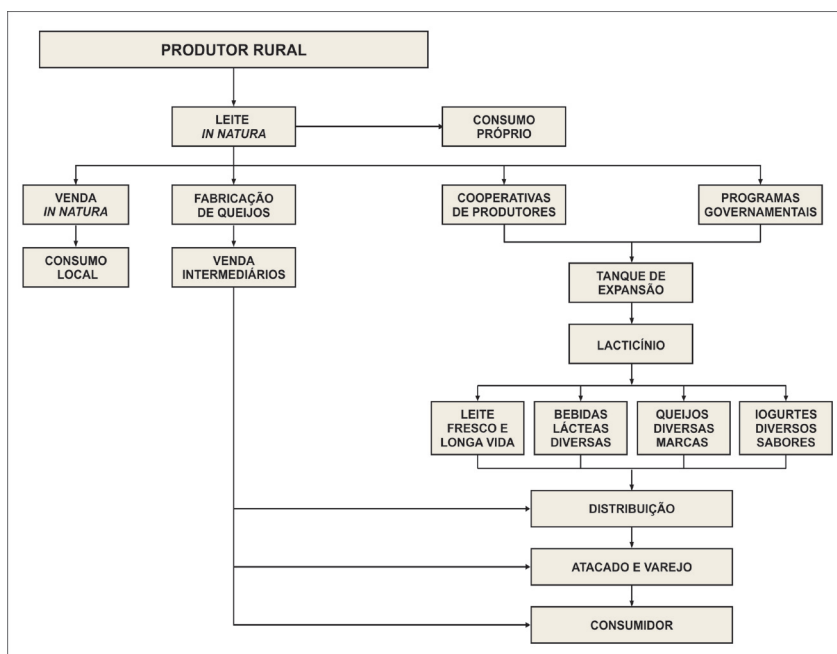


Figura 10 – Fluxograma da Comercialização de Leite de Cabra

Fonte: Elaboração dos autores

e) Barreiras Sanitárias

A qualidade do leite de cabra no Brasil, com raras exceções, ainda é ruim. A produção, o beneficiamento e a distribuição exigem cuidados higiênico-sanitários, que vão desde a produção até a colocação do produto na gôndola para venda. A melhoria da qualidade do leite de cabra, com a implementação de programa de

sanidade animal, para a prevenção e erradicação de doenças que atacam a espécie (em particular a brucelose e a febre aftosa) são de fundamental importância, não somente no caso de exportação (para outros estados ou países), mas, também, para o abastecimento do mercado interno.

O leite de cabra é bastante sensível à contaminação por agentes existentes no ambiente (microorganismos) e também absorve, com facilidade, os odores externos, mascarando o verdadeiro sabor do leite de boa qualidade. As doenças transmissíveis dos animais para o homem e vice-versa (zoonoses) são responsáveis, não somente pelo risco que podem provocar à saúde humana, mas pelos prejuízos financeiros advindos da condenação de carcaças e da proibição de exportar, em face das barreiras sanitárias impostas à comercialização dos produtos.

As barreiras sanitárias são rígidas e estão constantemente sob a vigilância de organismos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). A utilização de barreiras sanitárias como pretexto para impor restrições comerciais vem sendo adotada por muitos países desenvolvidos.

Na região Nordeste, à exceção da Bahia e de Sergipe, que estão no estágio “livres de febre aftosa com vacinação”, os demais estados não têm condições de exportar animais vivos ou abatidos para o resto do País. Este aspecto provoca enormes prejuízos à ovinocaprinocultura desses estados, pois além de não poderem vender animais vivos, carne e leite para os estados livres de Febre Aftosa, também não podem levar seus reprodutores e matrizes (material genético) para participarem das exposições e feiras agropecuárias regionais. Também, os demais estados, ao deslocarem animais para áreas onde ainda acontecem focos da doença, não podem retornar aos locais de origem.

f) Aspectos Mercadológicos

Os principais produtos lácteos de leite caprino ofertados no mercado brasileiro são: leite integral pasteurizado e/ou congelado; queijos diversos (coalho, frescal, *boursin*), massas (*moleson*, *chevrotin*, *chabichou*, *crotin*, *saint*, *maure*, pirâmide); iogurte; sorvetes, cosméticos (sabonetes, xampus, condicionadores, cremes hidratantes etc.); leite em pó; leite UHT (longa vida) e leite esterilizado.

No Brasil, um dos maiores entraves à expansão do consumo de leite de origem caprina e de seus derivados reside no alto preço dos produtos. Em países desenvolvidos, a relação entre os preços pagos ao produtor de leite de cabra e de vaca varia entre 1,2 a 1,5 vezes, enquanto no Brasil essa relação é da ordem de

2,0 a 2,6 vezes o valor pago pelo leite de vaca. Países como os Estados Unidos, a França e a Holanda fornecem generosos subsídios aos seus produtores, que aliados ao preço mais elevado pago pela indústria tornam a atividade lucrativa.

A Comunidade Europeia considera o leite de cabra um produto nobre. No Brasil, esse produto ainda é considerado pela maioria dos consumidores como um bem secundário. A despeito de o mercado brasileiro apresentar grande potencial a ser explorado, é necessário, entretanto, que todos os atores da cadeia produtiva, em parceria com os governos municipal, estadual e federal, desenvolvam um agressivo programa de *marketing*, divulgando as qualidades do leite de cabra fresco ou sob a forma de leite em pó, iogurtes, bebidas lácteas e queijos especiais.

Dados recentes indicam um razoável crescimento na produção de leite de cabra a partir da década de 1990. Os continentes asiático e africano são os que mais cresceram e respondem por, aproximadamente, 70% da produção mundial. A produção na América Latina em 2006, segundo dados da FAO, foi de 371,4 mil toneladas anuais. Desse montante, o Brasil foi responsável por 135 mil toneladas (35,3%). Ainda de acordo com a mesma fonte, entre 1994 e 2006, a produção brasileira decresceu 5,3%, enquanto a da América Latina cresceu 13,8%. Acredita-se que, atualmente, o Brasil tenha recuperado a sua produção anterior e até ultrapassado o montante de 140 milhões de toneladas, tendo em vista o incremento alcançado em alguns estados da região Nordeste, e em face dos incentivos governamentais, como a compra do leite de cabra para a merenda escolar, além de avanços em outros estados da federação, ao exemplo do Rio de Janeiro⁵.

A produção de leite de cabra na região Nordeste em 2006, segundo o IBGE, foi de 14.202 mil litros. A Paraíba figura como o maior produtor da Região, seguido pela Bahia. Revelam estatísticas mais recentes, que o Estado da Paraíba já está produzindo 6.570 mil litros de leite de cabra (18 mil litros diários). A partir desta afirmativa, pode-se inferir que a produção atual da região Nordeste deve ser superior aos dados publicados pela FAO, em 2006. A produção nos estados do Maranhão e Sergipe é incipiente e se destina ao consumo local, principalmente na área rural.

5 O incremento revelado pelas estatísticas da FAO (2006), na produção de leite de cabra para a América Latina pode não ser real, considerando que no ano de 2006 a produção da República Dominicana aparece pela primeira vez no rol dos produtores, com o expressivo volume de 116.000 toneladas.

Tabela 13 – Produção de Leite de Cabra na Região Nordeste em 2006

Estado	Produção (mil litros)
Maranhão	46
Piauí	962
Ceará	1.111
Rio Grande do Norte	2.287
Paraíba	3.995
Pernambuco	2.022
Alagoas	374
Sergipe	151
Bahia	3.254
TOTAL	14.202

Fonte: IBGE, 2006 (Censo Agropecuário, 2006 – Resultados preliminares).

g) Mercado Atual e Potencial

Não obstante a pesquisa e coleta de dados realizadas em locais estrategicamente selecionados, não foi possível se construir um banco de dados ou de informações confiáveis que comprovem, numericamente, o tamanho do mercado atual e o possível percentual de crescimento futuro do consumo de leite caprino e de seus derivados, considerando o horizonte no médio e longo prazos. Informações e dados informais, colhidos no setor de distribuição, revelam que produtos com valor agregado, de origem conhecida e de boa qualidade, além de alcançarem preços superiores aos praticados no mercado, têm demanda certa por um público pertencente às classes sociais “A” e “B”. Trata-se, portanto, de um nicho de mercado a ser trabalhado e explorado convenientemente.

O leite fresco *in natura* ou pasteurizado, fruto da produção de pequenos produtores em programas incentivados pelo governo, no cenário atual, somente chegam ao consumidor por meio de via compra institucional, principalmente destinado à merenda escolar. Os estudantes aprovam, em sua maioria, o sabor do leite e dos derivados de origem caprina, mas os adultos, ainda fazem restrições ao consumo. Normalmente quando não sabem que o leite, o doce, o queijo, o iogurte e a bebida láctea são de leite de cabra, elogiam o sabor e até repetem a dose, mas quando é esclarecida a origem do leite, afirmam que se soubessem não

teriam provado. Este aspecto demonstra a falta de conhecimento do consumidor em geral, sobre a qualidade do leite caprino, aliado ao costume e tradição arraigados, que consideram a cabra um animal inferior à vaca. Referidos aspectos influenciam negativamente a comercialização do produto.

A melhoria da qualidade do leite, desde o manejo adequado e ordenha higiênica, passando pelo beneficiamento, armazenagem e distribuição eficientes, além de competente programa de *marketing* para mostrar e convencer o consumidor sobre as reais qualidades e diferenciações do leite caprino, representa estratégias para se obter crescimento sustentável do consumo de leite e derivados de origem caprina.

5.3 – Pele de Caprinos e Ovinos

a) Breve Histórico da Indústria de Couros e Peles

A história da indústria de couros e peles no Brasil se confunde com a história de ocupação do seu território, acompanhando a evolução da pecuária bovina, e da pecuária ovina e caprina, secundariamente.

Segundo consta no Museu da Memória Agropecuária no Brasil, a necessidade de animais de tração nos engenhos de cana-de-açúcar e a proibição, em 1701, da criação de bovinos a menos de 10 léguas do litoral (66km), levou os criadores de gado a procurarem as áreas interioranas, instalando numerosas fazendas a partir da Bahia, e seguindo por Minas Gerais, Goiás, Maranhão e Piauí.

Por conta desse processo, o Rio São Francisco ficou conhecido como Rio dos Currais, notadamente com o avanço de bandeirantes paulistas sobre as sesmarias nordestinas, estimulados pelo baixo custo de investimento inicial para instalar uma fazenda de gado – com reduzido número de cabeças iniciais, chegava-se a um expressivo rebanho em poucos anos – configurando-se, já naquele período, a pecuária extensiva, seminômade, de baixa intensidade e de rápida expansão, características em boa parte preservadas até os dias atuais.

Mediante o fraco dinamismo do comércio com outras regiões, os produtos da pecuária eram aproveitados ao máximo, incluindo o couro que passou a ser empregado em vestuário, como materiais de utilidade doméstica e mesmo como acessório das moradias (pisos e portas de couro).

O processamento industrial do couro só foi ganhar impulso a partir da chegada de imigrantes alemães, em 1824, na região do Vale dos Sinos (Rio Grande do Sul),

onde se configurava forte expansão da bovinocultura sobre os Pampas. Inicialmente dedicados à produção caseira de arreios de montaria, com o advento da Guerra do Paraguai (1864-1870) e o aumento da demanda por materiais em couro, promoveram o surgimento dos primeiros curtumes industriais e, com a necessidade de ampliação do mercado, fundaram na região a primeira fábrica de calçados, em 1888.

Neste contexto, a indústria processadora de couros evoluiu mais rapidamente nas regiões Sul e Sudeste. Em 1967, dos 545 curtumes industriais existentes, apenas 56 localizavam-se nas regiões Norte e Nordeste, enquanto 334 encontravam-se no Sul e Sudeste.

O aproveitamento de peles de ovinos e caprinos em escala industrial foi se estabelecer posteriormente, juntamente com a disseminação desses rebanhos – na região Sul, onde predominaram os ovinos lanados, e no Nordeste com ovinos deslanados.

Já na década de 1970, o governo brasileiro proibiu a exportação de peles brutas (secas ou salgadas), impulsionando a indústria curtidora nacional, diante da necessidade de se processar as peles salgadas anteriormente exportadas sem nenhum valor agregado. Nesse período, a indústria calçadista assume dimensões mais significativas, especialmente do Sul e Sudeste, passando a demandar e consumir praticamente toda a pele de ovinos e caprinos produzida nacionalmente.

Atualmente, os curtumes especializados em peles na região Nordeste estão concentrados em seis unidades de grande porte: Curtume Campelo S/A (Juazeiro, BA); Companhia Industrial Brasil Espanha-Brespel (Alagoinhas, BA); Curtume Moderno (Petrolina, PE); Curtume Europa Ltda. (Teresina, PI); Curtume Cobrasil Ltda. (Parnaíba, PI); CV Couros e Peles Ltda. (Fortaleza, CE).

Ao lado destes grandes curtumes, existem várias unidades curtidoras de pequeno e médio porte, voltadas principalmente para processamento de couro bovino, mas que trabalham também com peles de caprinos e ovinos, algumas com mais de cem anos de tradição, processando peles com tanino de angico, a exemplo da cooperativa Artesa, em Cabaceiras/PB.

b) O Mercado de Peles

O setor de couros e curtumes atua predominantemente com couro de origem bovina. O Brasil é hoje o principal produtor comercial de gado bovino do mundo, com mais de 200 milhões de cabeças, o que lhe possibilita posicionar-se como o maior exportador mundial de couro, embarcando 35 milhões de peças das 45 milhões processadas anualmente.



Foto 8 - Beneficiamento de Couro de Caprinos e Ovinos em Curtume de Pequeno Porte.

Fonte: Autores



Foto 9 - Beneficiamento de Couro de Caprinos e Ovinos em Curtume de Pequeno Porte.

Fonte: Autores



Foto 10 - Beneficiamento de Couro de Caprinos e Ovinos em Curtume de Pequeno Porte.

Fonte: Autores



Foto 11 - Beneficiamento de Couro de Caprinos e Ovinos em Curtume de Pequeno Porte.

Fonte: Autores

Apesar de se convencionar aglutinar o setor produtor de couro com o setor produtor de calçados (setor coureiro-calçadista), com a intensificação da utilização de matéria-prima sintética na produção de calçados e a destinação do couro para outras finalidades, os fluxos comerciais não podem mais ser analisados de forma agregada. O volume de produção e comercialização de calçados passou a ter peso cada vez menor na cadeia produtiva do couro, chegando aos dias de hoje a ser equiparado (ou mesmo superado) ao volume de peles consumido pela indústria automobilística, que o utiliza no revestimento de bancos e painéis em carros de luxo. As indústrias moveleiras (estofados, cadeiras e poltronas) e de vestuários e acessórios (casacos, luvas, carteiras e cintos) completam o rol dos principais consumidores intermediários de peles.

Para ilustrar essa mudança de perfil da cadeia, em agosto de 2007 noticiava-se que:

As exportações de couros superaram em 13% as vendas externas de calçados (US\$ 1,3 bilhão) e corresponderam a 50% dos embarques de carne bovina (US\$ 2,9 bilhões). Esse desempenho atesta a mudança do perfil da cadeia produtiva, que assume uma natureza cada vez mais direcionada para os setores automotivo e de estofamento, que absorvem mais de 60% – o restante é direcionado aos segmentos de artefatos, vestuário e calçados. (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2007).

A mesma fonte revela que os principais destinos do couro no mercado internacional estão posicionados no continente asiático:

Os principais destinos do couro brasileiro continuam sendo China e Hong Kong, com 35% de participação (US\$ 518 milhões); Itália, com 27% (US\$ 395 milhões), e Estados Unidos, com 10% (US\$ 153 milhões). O continente asiático (China, Hong Kong, Indonésia, Vietnã, Coreia do Sul e Taiwan) tem participação de 44% das exportações do produto nacional. São Paulo continua a liderar as vendas externas de couro até agosto, com participação de 35%, e crescimento de 30% em relação ao mesmo período do ano passado (IBIDEM).

No caso das peles de ovinos e caprinos, o mercado reconhece a qualidade diferenciada, principalmente da pele de ovinos deslanados – que predominam

na região Nordeste – em relação ao couro de origem bovina e à pele de ovinos lanados e de caprinos, devido a sua maior elasticidade, maciez, resistência, flexibilidade. Esses atributos interessam à indústria manufatureira.

Atualmente o couro de ovinos e caprinos detém uma fatia que varia de 15% a 20% do mercado, sendo que praticamente toda a produção de wet blue se concentra nos estados do Nordeste e é voltada para o mercado interno (FATIA..., 2009)

Ocorre que, diante do reduzido ritmo de crescimento dos rebanhos (ou mesmo sua diminuição), insuficiente para ofertar peles na quantidade e com qualidade requeridas, a indústria especializada opera com grande capacidade ociosa. O Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB) estima que o setor tenha capacidade para processar 12 milhões de peles/ano, mas tem produzido no máximo 8 milhões, sendo que em 2007/2008 se limitou a 6 milhões de peles.

Ao lado da baixa oferta, o material que chega às indústrias apresenta, via de regra, defeitos de origem – peles “machucadas” por processo de esfolia realizado com instrumentos pontiagudos nos abatedouros (correspondendo a até 45% dos defeitos), ferimentos ocasionados pelo uso do arame farpado e de espinhos da caatinga, e de danos decorrentes de parasitoses (carrapatos, berne etc.) e doenças como a Linfadenite caseosa.

Diante desse contexto, o setor tem buscado atender suas necessidades através da importação de matéria-prima. Além de encontrar oferta de peles no mercado externo, a relação cambial favorável (R\$ 1,60 por dólar) e a isenção de tarifa na importação estabelecida desde agosto do ano de 2007 tornam a pele importada uma opção atraente para a indústria.

Em contrapartida, as importações tendem a desestimular ainda mais o setor produtivo e intermediário das peles nordestinas, depreciando o produto nacional. Até 2003/2004, as peles eram comercializadas a preços que, juntamente com a venda da carcaça, permitiam aos marchantes, abatedouros e frigoríficos efetuarem a reposição do animal abatido. Alguns marchantes afirmaram em entrevista que, até aquele período, a comercialização da pele representava o lucro da atividade de abate e venda da carne ovina e caprina.

Em setembro de 2004, os curtumes pagavam R\$ 11,00 pela pele caprina e R\$ 16,00 pela ovina. Atualmente, os preços pagos aos criadores estão reduzidos, uma vez que a pele caprina está cotada a R\$ 6,00 e a ovina a R\$ 8,00 (sendo que os

preços pagos ao “produtor”⁶ giram em torno de R\$ 4,00 e R\$ 5,50, respectivamente). Nesse sentido, os abatedores não são estimulados a investir objetivando aprimorar as técnicas de esfolar e conservação das peles.

O criador não considera a pele como um subproduto, sendo o produto principal, o animal, normalmente vendido vivo, na porteira ou nas feiras do centro urbano mais próximo. A pele só se torna mercadoria após a esfolagem, que raramente é realizada pelo produtor, mas sim pelo abatedor, seja ele formal (frigoríficos, abatedouros públicos) ou, predominantemente, informal (marchantes e abatedouros clandestinos). Se o produtor abate, em situações esporádicas, é para consumo próprio ou para venda das “bandas” junto à vizinhança. Nesses casos, a pele é vendida fresca pelo produtor, apenas para “não jogar dinheiro fora”, visto que o valor de venda mal compensa o deslocamento para a cidade e a aquisição do sal utilizado para conservar a pele. Portanto, a reclamação da indústria quanto à baixa qualidade das peles decorrentes do manejo inadequado na criação (ferimentos por cerca de arame farpado, “bicheiras” e espinhos) tem pouca repercussão junto aos produtores, que não recebem nenhum incentivo econômico ou financeiro para cuidar da qualidade das peles de seu rebanho.

O setor de couros apresenta duas realidades bem distintas. No que se refere a couro bovino, o Brasil desponta como uma potência mundial, ocupando a dianteira no mercado exportador e fazendo do produto um item de grande relevância na balança comercial. De outro lado, as peles de ovino e caprino, apesar de ocuparem volume considerável no montante processado pela indústria curtidora (15 a 20%, como já mencionado), expande-se de forma dependente de matéria-prima importada (*wet blue* ou pele salgada), estabelecendo saldo negativo na balança comercial.

As tabelas e gráficos abaixo evidenciam a participação crescente e expressiva das peles importadas na indústria brasileira, predominantemente de ovinos, tendo por fornecedores mais expressivos Nigéria, Egito, Arábia Saudita e Argélia, além de Somália e Emirados Árabes Unidos. Importante ressaltar que a participação dos curtumes brasileiros no mercado internacional de peles requer o estabelecimento de relações nem sempre efetuadas de forma transparente e confiável. Mercadorias adquiridas na origem, com determinado padrão de qualidade, podem ocasionalmente não chegar ao destino, sendo substituídas no meio do percurso por outras de qualidade inferior.

6 No caso das peles, o “produtor” quase nunca é o criador, mas o marchante, o abatedor, aquele que realiza a esfolagem do animal após o abate.

Tabela 14 – Importações e Exportações de Peles Caprinas de 1998 a 2007

Ano	Exportação		Importação	
	US\$ (FOB)	Quant. (Kg)	US\$ (FOB)	Quant. (Kg)
1998	3.135.819	196.466	3.335.627	416.928
1999	1.622.135	42.838	1.857.997	259.054
2000	10.785.913	783.296	414.715	48.945
2001	12.259.436	909.009	1.901.723	215.372
2002	15.992.730	1.055.114	1.734.509	138.171
2003	11.753.735	1.111.652	1.072.410	132.540
2004	23.571.470	2.075.045	532.200	39.360
2005	15.185.023	1.480.565	3.981.275	972.622
2006	12.827.661	852.753	3.034.866	520.228
2007	7.867.841	693.019	855.107	144.123

Fonte: MDIC/ Aliceweb

Tabela 15 – Importações e Exportações de Peles Ovinas de 1998 a 2007

Ano	Exportação		Importação	
	US\$ (FOB)	Quant. (Kg)	US\$ (FOB)	Quant. (Kg)
1998	5.348.578	1.815.421	6.929.285	626.555
1999	2.850.809	1.547.846	7.157.496	724.235
2000	7.446.037	2.911.070	8.596.295	753.266
2001	7.035.803	1.949.142	10.354.841	883.509
2002	6.496.208	2.161.558	6.547.840	564.237
2003	7.233.011	1.365.347	5.215.891	476.871
2004	18.832.696	2.634.611	5.878.833	384.002
2005	12.318.372	2.607.560	7.617.029	498.263
2006	9.932.647	1.979.880	10.057.255	580.224
2007	16.650.171	2.108.503	9.074.216	511.576

Fonte: MDIC/ Aliceweb

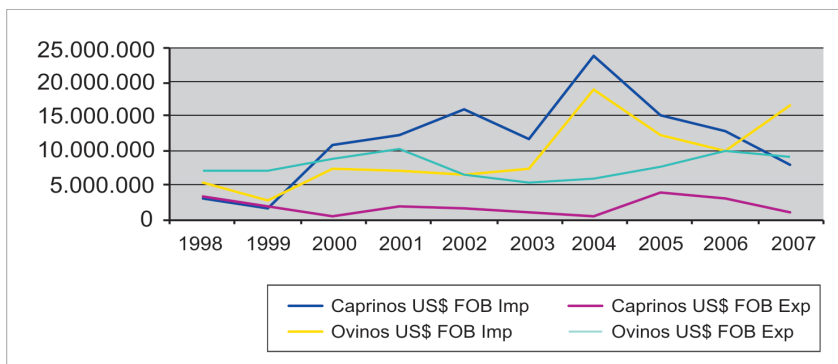


Gráfico 2 – Exportações e Importações de Peles Ovinas e Caprinas de 1998 a 2007, em valores (US\$ FOB)

Fonte: MDIC/ Aliceweb (com edição dos autores)

Cabe destacar que, enquanto crescia o volume de importações de peles ovinas e caprinas, especialmente no ano de 2004, o dólar norte-americano atingia sua cotação mais alta em relação ao real em 2003 (Gráfico 5). Ou seja, quando as importações ficaram mais caras, os curtumes importaram os maiores volumes.

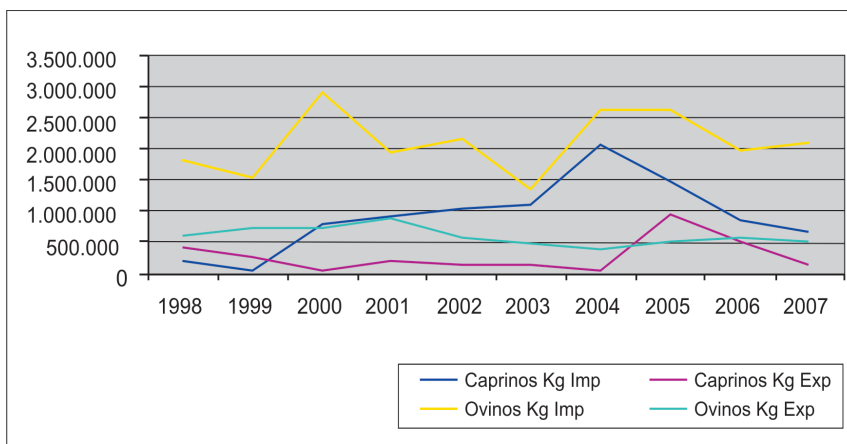


Gráfico 3 – Exportações e Importações de Peles Ovinas e Caprinas de 1998 a 2007 (em kg)

Fonte: MDIC/ Aliceweb (com edição dos autores)

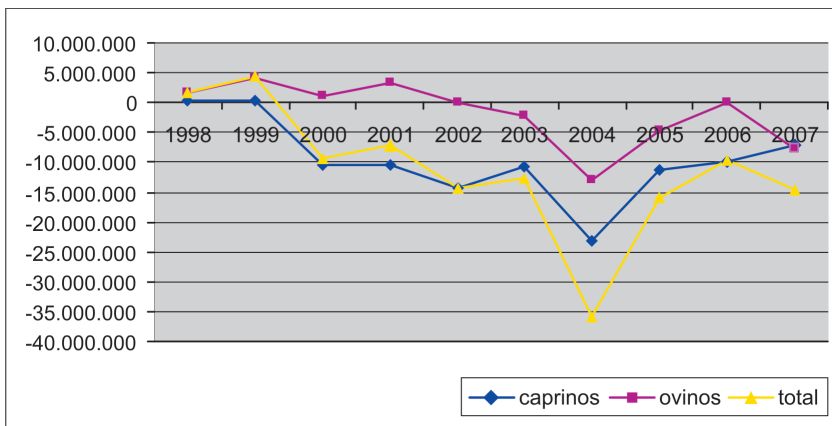


Gráfico 4 – Saldo da Balança Comercial de Peles de Ovinos e Caprinos de 1998 a 2007 (US\$ FOB)

Fonte: MDIC/ Aliceweb (com edição dos autores)

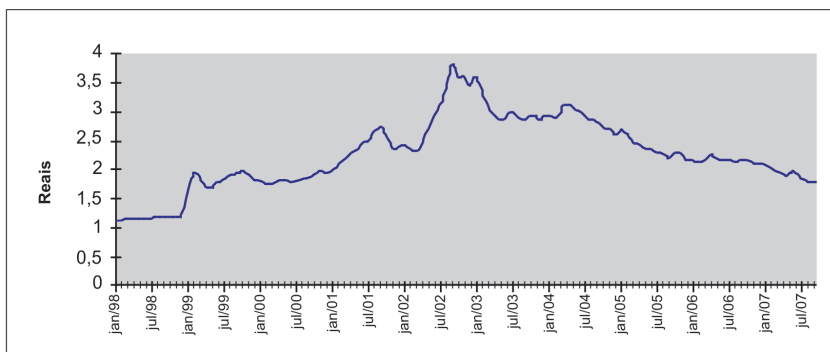


Gráfico 5 – Cotação do Dólar Americano em Relação ao Real de 1998 a 2007

Fonte: MDIC/ Aliceweb (com edição dos autores)

b) O caminho das peles

A comercialização das peles no interior do Nordeste é tão tradicional quanto a própria ovinocaprinocultura. Sendo uma Região com fortes disparidades sociais, com grande concentração fundiária e onde historicamente o poder político e econômico sempre esteve associado ao “coronelismo”, o mercado de peles foi se constituindo ao longo do tempo reproduzindo, em certa medida, as dinâmi-

cas sociais, econômicas e políticas inerentes a esse contexto regional. Grandes compradores de peles disputavam muitas vezes “à bala”, os polos fornecedores de peles. A invasão de “territórios” por parte de compradores de peles concorrentes desavisados poderia resultar em sérios conflitos. O comerciante de peles exercia poder econômico sobre seus fornecedores, ao proporcionar-lhes crédito antecipado mediante compromisso de venda futura das peles. Não raramente, os grandes comerciantes diversificavam suas fontes de receita, constituindo outros ramos de comércio (bodegas, armazéns, transporte, produtos agropecuários, compra e venda de animais), ampliando ainda mais seu poder econômico e sua capacidade de oferecer empréstimos, realizar “compra na folha” e outros mecanismos de dominação do mercado local, o que gerava controvérsias e rusgas entre credores e devedores nos momentos de acerto das contas.

Atualmente, o mercado apresenta-se com um acentuado afunilamento da cadeia de comercialização de peles. De um lado, há uma base produtora extremamente pulverizada, com abates (e esfolas) ocorrendo na informalidade por milhares de pequenos marchantes, abatedouros clandestinos, e de outro lado verifica-se uma grande concentração das compras finais em apenas seis grandes curtumes. Até a década de 1990, a disputa entre esses curtumes para adquirir as (insuficientes) peles existentes na Região contribuía para que os preços se tornassem elevados, independente da qualidade. Os curtumes chegaram a comprar 98% das peles como sendo “de primeira”, apesar da qualidade inferior, devido à necessidade de se garantir o suprimento de matéria-prima.

Essa situação propiciou, em 1999, a organização da Central de Compras de Peles, reunindo quatro dos seis grandes curtumes. Com essa concentração ainda maior do mercado comprador, os preços passaram a ser ditados não mais pelos fornecedores – que antes podiam “ameaçar” vender a matéria-prima para um curtume concorrente – e passaram a ter que se submeter aos preços oferecidos pela Central, respaldados pelos dois curtumes independentes que se alinharam na estratégia de formação de preços, constituindo um verdadeiro cartel de compras, concentrando juntos entre 90 e 95% de todo o mercado de peles da Região.

Consolidou-se uma territorialização dos fornecedores de peles, por parte da central de compras e dos curtumes independentes, formando-se “reservas de mercado” em todo o Nordeste. A Central, por exemplo, se relaciona com aproximadamente oitenta intermediários atuantes em todos os estados do Nordeste,

com exceção do Maranhão. Esses intermediários, por sua vez, contam com outros fornecedores em escala microrregional e assim sucessivamente, até se chegar aos “produtores de peles” locais que iniciam todo o processo, a partir do abate.

O abate, quase sempre ocorre na informalidade, sendo realizado predominantemente por marchantes, que adquirem os animais nas feiras semanais dos centros urbanos, ou em contato direto com os produtores rurais. O marchante pode contratar um trabalhador específico para a realização do abate, sendo que o pagamento pelos seus serviços inclui a pele. Em um caso analisado, pagava-se R\$ 5,00 (cinco reais) pelo serviço e a pele vendida complementava a remuneração do trabalhador (R\$ 3,50 para caprino e R\$ 5,00 para ovino, conforme apurado em Sobral/CE).

A pele fresca é tratada com sal, pelo próprio responsável pelo abate ou pelo primeiro atravessador especializado. A partir desse ponto (pele salgada), estabelece-se um intrincado percurso através da rede de negociantes de peles, muitos com mais de quarenta anos de tradição no ramo, em escala crescente de volume transacionado. Um marchante vende pequenos volumes (verificou-se volumes de 20 a 70 abates semanais, em média, junto aos marchantes entrevistados) para um comerciante pequeno que compõe lotes de até 500 unidades. Estes são repassados para um comerciante intermediário, que chega a compor lotes de 2.000 peles, que, por sua vez repassa para grandes comerciantes que lidam com lotes de 5.000 peles. Há casos isolados de comerciantes que chegam a compor lotes de 20.000 peles. São estes grandes que, por fim, fornecem as peles aos curtumes e à Central. A disponibilidade de meios de transporte (caminhões) determina, em boa medida, a capacidade de atuação do comerciante. Possuir seu próprio caminhão (ou frota) permite-lhe percorrer um território onde os abatedouros e marchantes, “mapeados” de longa data, são rotineiramente visitados. É usual este intermediário também possuir estrutura para estocar maiores quantidades de peles.

No caminho percorrido pela pele, há uma agregação de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) a cada transação de compra e venda de uma peça de pele. Nas localidades mais distantes, de mais difícil acesso, a agregação na intermediação chega a R\$ 1,00. Ou seja, a margem de lucro proporcionada em cada estágio de comercialização é estreita, implicando na busca de ganhos através do aumento no volume transacionado, até chegar ao curtume, onde a pele de carneiro vale R\$ 8,00 e a de caprino R\$ 6,00, aos preços de outubro de 2008.

Em levantamento de campo realizado pelo ETENE/BNB, com apoio dos Agentes de Desenvolvimento das várias superintendências, junto a onze curtumes majoritariamente de pequeno porte, apenas dois informaram adquirir peles via importação. Os preços pagos pelos curtumes mostram uma grande variação. Verifica-se também, que a maioria dos curtumes pesquisados tem menos de dez anos de existência.

Um aspecto verificado em campo é que as peles oriundas de abate em frigorífico inspecionado (SIF) são comercializadas a um preço melhor do que o observado nas transações realizadas por marchantes e abatedouros clandestinos. O preço de venda informado foi de R\$ 7,00 a peça, quando na região se pagava R\$ 4,50. Isso demonstra que, pontualmente, há iniciativas de valorização das peles por parte do mercado, quando esta é obtida por métodos de esfola adequados. Entretanto, deve-se ter em conta que os custos do frigorífico são significativamente superiores aos do marchante ou abatedouro clandestino. A remuneração diferenciada para as peles de melhor qualidade, por conseguinte, não necessariamente significa maiores ganhos por parte do frigorífico, em comparação com as peles de qualidade inferior ofertadas no mercado.

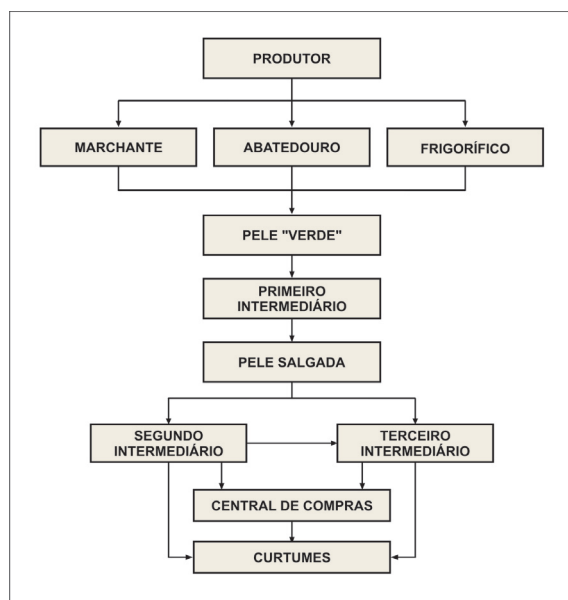


Figura 11 – Fluxograma da Comercialização de Peles

Fonte: Elaboração dos autores

6 – FINANCIAMENTO À ATIVIDADE

A ovinocaprinocultura ocupa posição de destaque entre as atividades rurais financiadas pelo BNB nos anos recentes. Atualmente, a carteira de crédito rural do Banco apresenta a ovinocaprinocultura como a segunda ocupação com maior volume de contratos e recursos investidos no Nordeste, atrás apenas da pecuária bovina. O Gráfico 6 mostra a evolução das aplicações do BNB nestas atividades.

Na totalização do período, verifica-se que predominam aplicações na caprinocultura. A partir de 2004, os montantes destinados à ovinocultura superaram os financiamentos à caprinocultura. Se em 1999, 78,2% dos recursos aplicados foram destinados à caprinocultura, em 2008, a atividade recebeu 43,6% do montante total liberado, revelando uma modificação na preferência dos produtores nordestinos.

Tabela 16 – Financiamentos do BNB à Ovinocaprinocultura por setor (Reais 2008)

Ano	Ovino		Caprino	
	Agroindústria	Pecuária	Agroindústria	Pecuária
1999	79.068	26.178.294	390.594	93.765.327
2000	350.697	33.377.914	1.199.028	109.413.282
2001	52.986	30.274.531	268.855	49.594.689
2002	4.229	34.403.272	28.065	45.508.218
2003	30.769	35.349.125	23.003	48.157.216
2004	-	65.032.982	-	64.174.031
2005	-	82.243.866	-	67.669.507
2006	8.118	126.228.283	21.420	92.971.435
2007	12.746	102.860.560	12.477	79.808.084
2008	-	69.276.426	-	53.572.568
TOTAL	538.612	605.225.254	1.944.342	704.629.358

Fonte: Elaboração dos autores

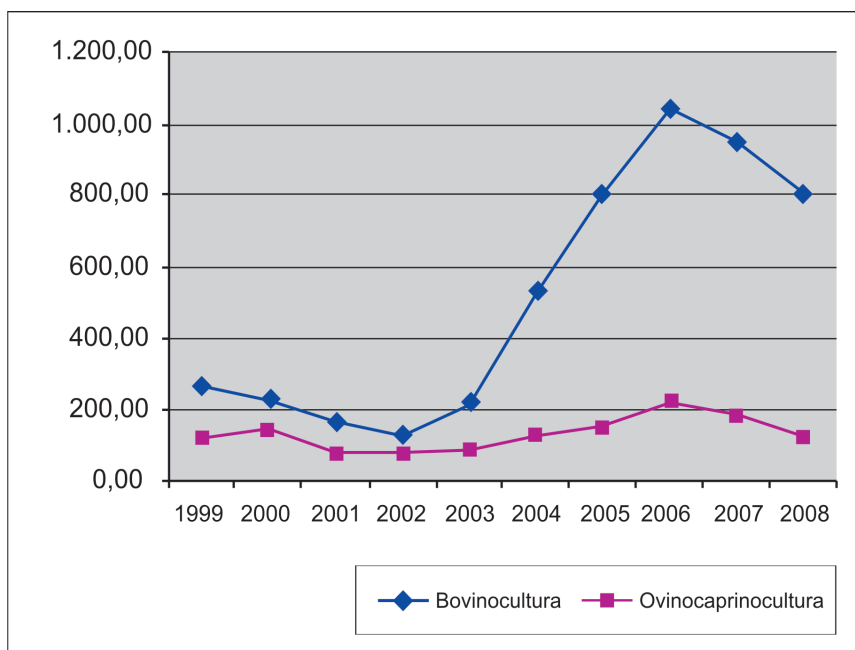


Gráfico 6 – Financiamentos do BNB à Bovinocultura e Ovinocaprinoicultura de 1999 a 2008 (em milhões de Reais)

Fonte: BNB/ETENE, Central de Dados, 2008.

Uma das explicações para essa mudança de preferência está associada às dificuldades de se criar caprinos, por seus hábitos mais ariscos, saltadores e “fujões”, ao passo que os ovinos seriam mais dóceis e de mais fácil manejo. Outra explicação recai sobre a rejeição da carne caprina por grande parte dos consumidores, considerando que caprinos abatidos com idade avançada têm a carne impregnada de odor desagradável. No entanto, é oportuno frisar que a carne de caprinos abatidos com idade inferior a um ano tem excelente sabor e maciez, não apresentando o referido odor. Ao mesmo tempo, a carne de carneiro assumiu posição mais destacada nos restaurantes e frigoríficos localizados nos principais centros consumidores, estabelecendo uma demanda mais expressiva em relação à carne caprina nos anos recentes, salvo em mercados regionais onde a carne de caprino tem a preferência dos consumidores, principalmente aqueles mais esclarecidos.

Essa tendência à predominância da ovinocultura nas operações de financiamento do BNB a partir de 2004 coincide com o forte crescimento do aporte de recursos através do PRONAF no período. Assim, a ampliação significativa no

volume de contratações se deu ao mesmo tempo em que se verificou uma redução nos valores médios das operações, indicando um claro favorecimento à ampliação da base de pequenos produtores, conforme evidenciam os Gráficos 7 e 8.

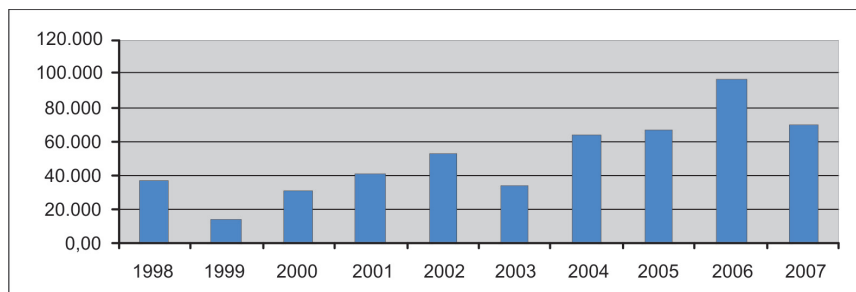


Gráfico 7 – Número de Operações do BNB em Ovinocaprinocultura de 1998 a 2007

Fonte: BNB/ETENE, Central de Dados, 2008.

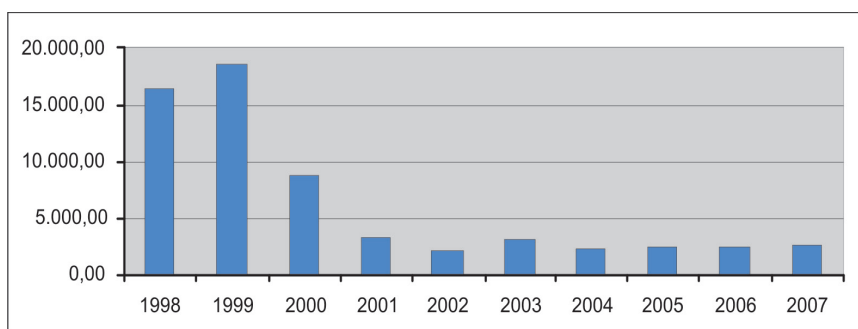


Gráfico 8 – Valores Médios dos Contratos do BNB à Ovinocaprinocultura de 1998 a 2008 (Reais 2007)

Fonte: BNB/ETENE, Central de Dados, 2008.

A ampliação do acesso ao crédito propiciou uma maior dinamização do mercado pecuário regional. As tradicionais feiras agropecuárias, organizadas nos principais centros produtores de ovino e caprino do Nordeste passaram a ser mobilizadas em função da agenda de liberação dos recursos do PRONAF. Para muitos produtores, a participação nessas feiras constitui a principal estratégia de comercialização de matrizes e reprodutores. Em Tejuçuoca (CE), por exemplo, os organizadores da Feira Agropecuária Tejubode 2007 (realizada entre 18 e 20 de maio daquele ano) anunciavam a expectativa de realização de um milhão de reais em negócios, envolvendo ovinos e caprinos. Na ocasião, BNB (320 contratos) e

Banco do Brasil (70 contratos) liberaram juntos aproximadamente 600 mil reais em contratos do PRONAF. Um produtor entrevistado, na ocasião, informou que vendia 300 animais entre matrizes e reprodutores anualmente, basicamente para “pronafricanos”, através das feiras em que participava.

Assumindo os dados relativos à evolução dos rebanhos ovinos e caprinos como indicadores dos impactos do crédito no setor⁷, de um modo geral, percebe-se uma evolução dos rebanhos, acompanhando o volume de recursos liberados pelo BNB. Porém, ao se analisar as informações por unidade da federação, a correlação nem sempre é válida.

Pelas informações acima, verifica-se que no Maranhão, por exemplo, foram aplicados 8,56 milhões de reais e o rebanho ovino cresceu 141% entre 1998 e 2007, numa variação de 135 mil cabeças. Já no Piauí, foram aplicados 137,3 milhões de reais, e o rebanho aumentou em 225 mil cabeças, representando um incremento de 22% em dez anos.

Em relação à caprinocultura, os dados revelam que houve redução de 8% do rebanho no Piauí, mas o volume de investimentos do BNB, na atividade, somou 162,6 milhões de reais. Em contrapartida, em Sergipe, os investimentos, da ordem de 2,1 milhões de reais, contribuíram para um crescimento de 159% do rebanho.

7 Deve-se ressaltar, no entanto, que as informações fornecidas pelo IBGE no que se refere à ovinocaprinocultura apresentam limitações quanto à precisão. Em alguns municípios visitados durante a pesquisa, pode-se constatar diferenças significativas entre os números apontados pelo IBGE em seus diferentes levantamentos, e as estimativas informadas pelas lideranças locais, chegando à ordem de 300%. No município de Jussara (BA), por exemplo, enquanto o Censo Agropecuário 2006 informa a existência de 6.773 caprinos, a Produção Pecuária Municipal para o mesmo ano indica um rebanho caprino de 22.000 e as lideranças locais estimam um rebanho ainda maior.

Tabela 17 – Evolução do Rebanho Ovino de 1998 a 2007

UF	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Varição absoluta 1998-2007	Varição relativa
AL	66.040	69.320	91.520	116.588	169.013	176.021	177.751	181.410	208.372	201.273	135.233	205%
BA	2.540.947	2.699.479	2.812.773	2.873.771	2.560.056	2.596.673	2.873.904	3.012.767	3.165.757	3.096.155	555.208	22%
CE	1.483.629	1.545.829	1.597.625	1.657.178	1.708.929	1.771.815	1.841.964	1.898.290	1.961.724	1.998.165	514.536	35%
ES	1.127	1.130	1.132	1.135	1.145	1.140	1.150	1.167	1.167	1.167	40	4%
MA	95.682	95.617	99.393	101.190	104.915	127.170	129.875	133.538	230.695	226.216	130.534	136%
MG	15.880	15.788	15.552	15.747	17.687	20.035	23.755	22.404	22.404	22.404	6.524	41%
PB	270.110	293.355	326.521	357.247	375.398	385.207	387.121	386.464	414.800	409.634	139.524	52%
PE	548.222	607.203	733.797	795.504	864.900	870.354	919.831	1.039.686	1.180.943	1.256.270	708.048	129%
PI	1.256.714	1.281.161	1.306.342	1.325.901	1.340.467	1.362.347	1.385.411	1.406.614	1.534.969	1.437.219	180.505	14%
RN	314.049	332.970	359.489	367.798	397.941	424.127	449.242	445.394	512.161	514.224	200.175	64%
SE	81.867	86.341	94.865	108.826	118.132	124.218	136.926	148.817	169.959	147.102	65.235	80%
TOTAL	6.674.267	7.028.193	7.439.009	7.720.885	7.658.583	7.859.107	8.326.930	8.676.551	9.402.951	9.309.829	2.635.562	39%

Fonte: IBGE/ SIDRA; BNB/ETENE, Central de Dados, 2008.

Nota: *Somente os municípios atendidos pelo BNB.

Tabela 18 – Financiamentos do BNB em Ovinocultura de 1998 a 2007 (Reais de 2007)

UF	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total aplicado 1998-2007	RS / Cabeça adicionalada
AL	1.915.736	4.876.971	8.607.403	10.516.419	9.580.990	4.918.177	5.666.737	3.695.680	6.595.423	4.268.171	60.639.706	426
BA	19.643.266	6.581.615	12.567.034	12.723.274	16.993.122	7.880.528	15.128.616	19.049.102	22.525.575	22.799.183	155.891.333	250
CE	5.557.739	5.782.769	8.960.309	6.874.771	6.915.732	7.905.823	21.642.712	18.521.809	24.209.642	17.742.470	124.113.775	260
ES*	0	0	0	0	0	12.821	0	1.120	0	5.436	19.177	479
MA	560.460	605.981	622.413	518.595	596.458	502.320	456.467	1.242.004	2.328.229	1.112.374	8.565.301	63
MG*	100.526	272.667	346.618	199.909	68.268	97.915	166.336	970.018	154.981	94.433	2.471.671	379
PB	7.055.665	3.520.524	7.495.043	3.658.569	1.997.621	3.895.982	2.691.439	1.529.287	2.273.507	2.838.264	36.956.080	255
PE	11.624.286	16.168.325	15.120.981	4.999.220	2.471.951	8.834.532	9.536.283	18.511.878	33.324.701	20.151.852	138.544.010	219
PI	9.394.476	14.063.084	7.107.792	6.737.124	4.852.881	8.524.591	13.763.535	18.035.522	33.620.327	21.239.962	137.339.295	494
RN	2.997.165	2.607.277	1.687.694	2.268.471	883.035	3.190.281	2.428.337	5.548.032	6.673.365	7.025.769	35.309.426	178
SE	41.554	479.677	760.681	2.915.012	1.932.159	1.400.533	2.640.946	2.519.522	4.107.949	4.863.090	21.661.123	246
TOTAL	58.911.113	54.958.890	63.275.967	51.411.364	46.292.217	44.981.284	74.121.407	89.623.973	135.813.699	102.141.004	721.510.897	264

Fonte: IBGE/ SIDRA; BNB/ETENE, Central de Dados, 2008.

Nota: *Somente os municípios atendidos pelo BNB.

Tabela 19 – Evolução do Rebanho Caprino de 1998 a 2007

UF	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Varição relativa 1998 - 2007	Varição relativa 1998-2007
AL	51.131	53.097	55.721	57.287	61.585	65.632	61.900	66.656	69.694	67.549	16.418	32%
BA	3.055.370	3.464.308	3.831.974	3.849.986	3.584.783	3.572.318	3.919.445	4.036.792	4.051.971	3.187.839	132.469	4%
CE	744.741	773.102	789.894	815.053	836.813	869.045	904.258	931.634	946.715	976.880	232.139	31%
ES*	6.068	6.090	6.098	6.152	6.248	6.410	6.656	6.663	6.663	6.663	595	10%
MA	320.131	325.474	332.686	340.727	355.316	373.854	382.640	394.982	405.672	379.054	58.923	18%
MG*	26.350	27.567	28.285	32.425	33.954	48.171	56.357	62.834	62.834	62.834	36.484	138%
PB	412.471	458.383	526.179	608.155	642.685	673.426	680.742	650.000	653.730	636.457	223.986	54%
PE	1.239.331	1.176.575	1.405.479	1.443.597	1.486.305	1.511.906	1.533.132	1.601.522	1.685.845	1.595.069	355.738	29%
PI	1.498.186	1.484.910	1.469.994	1.455.135	1.445.107	1.427.556	1.406.281	1.384.017	1.371.234	1.371.392	-126.794	-8%
RN	267.779	288.722	317.634	325.980	364.984	397.923	419.832	427.611	407.931	401.510	133.731	50%
SE	6.932	7.773	11.735	12.379	13.121	13.883	15.130	18.220	21.055	17.972	11.040	159%
NORDESTE	7.628.490	8.066.001	8.775.679	8.946.876	8.830.901	8.960.124	9.386.373	9.580.931	9.683.344	8.703.219	1.074.729	14%

Fonte: IBGE/ SIDRA; BNB/ETENE, Central de Dados, 2008.

Nota: *Somente os municípios atendidos pelo BNB.

Tabela 20 – Financiamentos do BNB em Caprinocultura de 1998 a 2007 (Reais de 2007)

UF	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total aplicado 1998-2007	R\$ / Cabeça adicional
AL	745.061	707.533	1.376.987	242.379	120.477	571.645	264.473	756.066	568.024	335.806	5.688.450	306
BA	418.723.988	105.030.813	92.513.757	36.947.581	22.844.036	12.313.378	17.897.303	15.494.999	17.794.145	12.311.157	751.871.158	754
CE	5.501.741	4.356.456	8.231.323	3.290.517	3.403.134	6.322.678	7.136.074	7.058.430	12.812.042	8.994.653	67.107.047	332
ES*	0	0	0	0	0	0	4.534	3.315	6.417	1.442	15.708	26
MA	391.645	856.426	2.237.261	527.983	2.008.017	1.867.498	3.217.292	5.970.130	9.044.297	8.167.285	34.287.835	401
MG*	447.549	1.494.886	1.681.129	702.442	173.031	290.240	283.702	126.010	124.176	109.996	5.433.159	149
PB	21.114.499	23.932.758	27.917.468	11.550.713	9.160.529	8.312.645	5.239.664	6.056.368	5.685.676	3.882.596	122.852.918	509
PE	68.308.827	44.617.907	53.028.601	14.234.433	8.323.251	11.431.977	11.699.299	13.786.404	20.384.977	16.736.358	262.552.034	588
PI	20.726.942	14.109.687	13.263.104	4.790.637	8.435.097	10.316.308	18.665.352	21.872.708	28.029.948	22.370.223	162.580.005	-1.281
RN	2.813.586	2.336.058	10.913.682	12.465.139	7.692.822	9.596.775	7.763.408	4.353.529	5.350.828	6.043.988	69.529.815	496
SE	367.723	0	100.107	433.764	76.618	84.322	207.328	124.494	331.629	451.612	2.177.597	154
NE	539.141.560	197.442.525	211.263.420	85.185.589	62.237.012	61.107.465	72.378.429	75.602.453	100.332.159	79.405.114	1.484.095.726	722

Fonte: IBGE/ SIDRA; BNB/ETENE, Central de Dados, 2008.

Nota: *Somente os municípios atendidos pelo BNB.



7 – CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O desenvolvimento da ovinocaprinocultura nordestina demanda o enfrentamento de profundas contradições, evidenciadas na confrontação dos requisitos do mercado formal com a dinâmica da atividade tal como ela se apresenta na Região.

O mercado formal requer uma ampliação na oferta de carnes, peles e leite (caprino) com observância de requisitos de volume, qualidade e regularidade que só podem ser atendidos mediante aplicação de recursos financeiros, tecnológicos, logísticos e institucionais específicos e dispendiosos.

O Nordeste apresenta, atualmente, dois sistemas de produção e comercialização de ovinos e caprinos. Predomina, contudo, o sistema de produção eminentemente familiar e pulverizado, seguindo uma lógica própria de produção, comercialização e consumo.

Nesse sistema tradicional, os criadores familiares empregam práticas de criação extensivas, utilizando insumos e pastagens ofertados pela natureza, tecnologias de manejo simples e de baixo custo, convivência com o semiárido, foco na redução de riscos e garantia da sobrevivência familiar. Os produtos ofertados por esse sistema de produção não são padronizados e a oferta é irregular. Intermediários adquirem os animais na propriedade ou em feiras locais. O abate é feito sem a devida fiscalização. Os padrões de sanidade animal, de higiene e apresentação dos produtos são frequentemente deficientes. Os produtos (carne e leite) são destinados preferencialmente a áreas rurais e populações de baixa renda, sendo comercializados em feiras e pequenos estabelecimentos locais. Os preços pagos aos produtores e comerciantes não remuneram adequadamente. Prevalece a informalidade nas relações de produção e comercialização. Referido sistema de produção é pulverizado e garante a sobrevivência de diversos criadores familiares e comerciantes, além de suprir proteína animal aos consumidores de baixa renda.

Por outro lado, os sistemas de criação intensivos utilizam insumos oriundos da indústria petroquímica local, rações balanceadas, tecnologias de manejo sofisticadas, máquinas e implementos, animais geneticamente melhores e, conseqüentemente, custos de produção elevados, foco no aumento da produtividade e maximização do lucro. Os animais ofertados por esse sistema de produção apresentam boa conformação de carcaça e a oferta é regular. Os abatedouros e frigoríficos adquirem os animais sob a forma de contratos (formais ou informais). O abate é fiscalizado por órgãos públicos. Os padrões de sanidade animal, de higiene e apresentação dos produtos são elevados. Os produtos (carne e leite) são destinados a centros urbanos e populações de renda elevada. Os

produtos são destinados a supermercados, restaurantes, hotéis e casas de carne especializadas. Esses produtores recebem melhor remuneração, especialmente quando vendem diretamente aos estabelecimentos comerciais. Referido sistema de produção ainda é concentrado em poucas áreas do Nordeste, e atende a um nicho específico de consumidor.

Considerando que os curtumes registram o processamento de aproximadamente 6 milhões de peles de ovinos e caprinos por ano, este provavelmente é o volume de abates realizados anualmente na região Nordeste. Excluindo-se as carnes importadas, são aproximadamente 90 mil toneladas de carnes ovinas e caprinas anualmente consumidas (supondo média de 15 quilos de carcaça por animal abatido). Grande parte dessa produção é comercializada em feiras e açougues informais, através de marchantes e abatedores clandestinos. Ou seja, trata-se de um mercado expressivo e estruturado, que movimenta soma expressiva de recursos, gerando emprego e renda para um número significativo de agricultores familiares em todo o território do Nordeste, incluindo o setor de peles, carnes, matrizes e reprodutores, além de fornecer suprimento proteico a milhares de famílias de baixa renda, a preços relativamente acessíveis.

Ao se vislumbrar a organização desse mercado em outros moldes, para atender à crescente demanda do mercado formal (restaurantes, supermercados e butiques de carnes especiais), fica evidente o paradoxo – os produtores que buscarem ampliar seu rebanho com investimentos em genética, técnicas de manejo e infraestrutura e os frigoríficos que se propuserem a comprar essa produção mais especializada, enfrentam a “concorrência” do mercado informal, cujos custos de produção são significativamente menores. Com os preços aviltados pelo mercado informal, a demanda pela carne ovina e caprina oriunda de frigoríficos registrados fica restrita aos estabelecimentos especializados, que acabam praticando preços pouco competitivos na comparação com as carnes substitutas (bovinos, aves e suínos) e com as carnes importadas, tornando seu acesso proibitivo ao consumidor de baixa renda – comprimindo a demanda e elevando o preço o que, provavelmente, aumenta a procura no mercado informal, fechando, assim, o círculo vicioso.

Os estudos relacionados a caprino-ovinocultura não têm conseguido apresentar saídas efetivas para romper esse processo. A maioria aponta para caminhos já conhecidos, como a organização e adoção de tecnologias modernas e adequadas, além do melhoramento genético dos rebanhos. Para que essas ações apresentem resultados traduzidos no aumento da oferta de carne, leite e pele

de qualidade, seria necessário mudar a lógica da produção atual e disponibilizar estímulos perceptíveis pelos produtores, porque nos padrões praticados atualmente dificilmente os criadores alterariam o processo produtivo dominante.

O pressuposto de que os canais de comercialização de carne adotados pelo mercado informal (marchantes, abatedouros clandestinos, feiras) devem ser combatidos, com a intensificação da fiscalização pelos agentes da vigilância sanitária, não leva em consideração o fato de que esse mercado está estruturado territorialmente por todo o interior do Nordeste e profundamente arraigado nas tradições populares. Não se modifica essa realidade em curto ou médio prazo, apenas com intensificação da fiscalização e adoção de medidas coercitivas.

A pesquisa de campo mostrou que o próprio mercado formal de carnes caprina e ovina (supermercados, açougues e principalmente restaurantes), se associa ao mercado informal, adquirindo carnes caprinas e ovinas tanto de frigoríficos fiscalizados como de marchantes e abatedouros informais. Identificou-se ainda a existência de uma grande diversidade no perfil dos marchantes, não sendo raros os casos de intermediários estabelecidos de longa data, que prezam pela qualidade das carnes oferecidas à sua freguesia, zelando pela higiene e apresentando um relativo padrão e uniformidade nos cortes em contraste com aqueles que não adotam cuidados com o ambiente de abate, as condições de higiene e com a uniformidade dos produtos.

Identificar e melhorar as condições higiênicas de estabelecimentos informais que adotam práticas de abate e comercialização adequadas e certificá-los como produtores artesanais, com inspeção municipal, poderia ser uma medida mais eficaz, no médio prazo, para tornar a cadeia produtiva local menos vulnerável. Talvez, esse seja o passo inicial mais adequado, preferível a simplesmente combatê-los e fechá-los.

Os estabelecimentos formais, por sua vez, para preservar a competitividade frente ao produto artesanal, podem se espelhar nas bem-sucedidas experiências das compras institucionais do leite de cabra que, seguramente, é o segmento da caprinocultura que mais avançou nos últimos anos, especialmente no Rio Grande do Norte e na Paraíba. O assentamento de um mercado institucional regular, com garantia da compra de uma cota mensal de leite a preços predeterminados, fez surgir profundas mudanças na dinâmica da caprinocultura leiteira naqueles dois estados. Em função do mercado cativo e incentivo governamental, os produtores participantes dos programas de compra do leite foram orientados a melhorar o padrão genético do rebanho, adotar técnicas de manejo reprodutivo, nutricional e sanitário e participar de associações e cooperativas – exatamente os requisitos

apontados por todos os estudiosos para equacionar os problemas de oferta de carnes e peles no mercado formal.

Mesmo que não se conceba um programa de compra institucional de carnes e peles, deve-se refletir sobre a possibilidade dos frigoríficos industriais com inspeção federal ou estadual obterem financiamento para capital de giro, para viabilizar a aquisição de animais, condicionada a apresentação de determinados padrões de qualidade (precocidade, peso, sanidade, e regularidade de oferta). Com o incentivo de crédito, os proprietários de frigoríficos poderiam implementar parcerias com os produtores, exigindo animais de melhor padrão racial e, em contrapartida, recompensando adequadamente os produtores em função da qualidade dos animais ofertados.

Provavelmente, os produtores mais capitalizados e já com razoável nível tecnológico seriam privilegiados nesse processo de integração com os frigoríficos, eventualmente servindo de estímulo a que outros produtores, com menor grau de modernização tecnológica, fossem motivados a realizar melhorias em seus sistemas produtivos.

O setor de curtumes reclama da falta de oferta (volume) e baixa qualidade das peles produzidas na Região. Quanto à limitação quantitativa, o setor somente poderá vislumbrar avanços se houver expansão mais consistente do rebanho, o que obviamente está fora de sua esfera de atuação.

Em relação à qualidade, no entanto, podem-se estabelecer mecanismos de incentivo aos produtores e abatedouros, para que invistam em manejo e esfolagem, visando à obtenção de peles de melhor qualidade. Enquanto esses agentes não perceberem vantagens econômicas, dificilmente serão motivados a manejar adequadamente as peles. A ampliação da participação dos frigoríficos formais no abate pode contribuir para ofertar peles de melhor qualidade (esfolagem mais cuidadosa), sendo este um cenário de médio prazo, pois o proprietário de frigorífico ainda parte do pressuposto de que não compra pele, mas sim carne. Esta realidade também é evidente nos frigoríficos de abate de bovinos.

Longe de limitar-se apenas a mudanças em elos específicos da cadeia produtiva, o desenvolvimento da ovinocaprino cultura nordestina demanda um amplo arranjo institucional, que perpassa todos os segmentos da cadeia, incluindo desde o produtor de insumos até o varejista que oferta o produto ao consumidor final.

7.1 – Subsistema Insumos

É de fundamental importância que as indústrias fornecedoras de insumos e de material genético estejam articuladas com os produtores no sentido de disponibilizarem

insumos, máquinas, equipamentos e material genético a preços competitivos e que atendam às exigências do mercado consumidor. Os preços e os prazos de pagamento devem ser compatíveis com as condições dos produtores. As associações e cooperativas de produtores precisam se organizar para produzirem e fornecerem insumos básicos, com regularidade e padronização, melhorando a competitividade do setor produtivo.

7.2 – Subsistema Produção

A organização da produção deve envolver todos os atores da cadeia produtiva, e os ambientes institucional e organizacional, em todos os segmentos da cadeia. As associações de classe precisam capacitar os produtores; a assistência técnica (pública ou privada) deve ser eficiente, sistemática e baseada em programas estaduais ou regionais que atendam as necessidades do manejo alimentar, sanitário e reprodutivo, além de capacitação gerencial e empresarial, com foco no mercado consumidor, uma vez que a grande maioria dos produtores não desenvolveu ainda a necessária capacidade empresarial. O melhoramento animal deve atender as exigências dos abatedouros frigoríficos, com foco no consumidor, com vista a ofertar animais precoces, com padrão definido e com regularidade da entrega. No caso de pequenos e miniprodutores, os reprodutores, geneticamente melhorados, podem ser utilizados de forma compartilhada. A implementação de programas de melhoramento genético deve orientar os produtores na seleção das matrizes e prática de métodos de reprodução que atendam melhor as condições do criatório, como a monta controlada e o melhor período de nascimentos das crias.

Há muito que as instituições públicas de desenvolvimento regional, em articulação com entidades de pesquisa, associações e entidades representativas das classes produtoras vêm desenvolvendo ações para melhorar os sistemas de produção, com introdução de tecnologias adequadas e viáveis à caprino-ovinocultura. No entanto, referidas ações esbarram em duas barreiras de difícil superação: a estrutura fundiária da Região e a pulverização das unidades produtivas.

Com relação à estrutura fundiária, mais de 90% das propriedades têm menos de 100 hectares⁸ e não dispõem de estrutura indispensável ao manejo produtivo do plantel e não adotam tecnologias para conservação de reserva estratégica alimentar, como feno e silagem. Por outro lado, mais de 50% das propriedades estão localizadas no semiárido, onde a escassez e irregular distribuição de

8 De acordo com o censo feito pelo IBGE em 1996, 68% dos estabelecimentos agropecuários no Nordeste possuíam menos de 10 hectares, e ocupavam pouco mais de 5% do total de terras da Região.

chuvas é muito mais grave do que nas demais regiões. Substantial parcela dos criadores não possui a propriedade da terra, trabalhando na condição de posseiros, arrendatários ou meeiros, comprometendo, assim, parte da renda gerada. Essa situação só poderia ser revertida com uma ampla reforma agrária, que viesse a definir tamanhos mínimos para as propriedades.

Em relação à pulverização das propriedades, mais de 90% dos criadores de caprinos e ovinos são mini e pequenos produtores, possuidores de tradição familiar na atividade. Referidos criadores adotam sistema de criação extensivo, estando a ovinocaprinocultura associada a outras atividades agropecuárias, sendo, portanto benéfico para o meio ambiente. A preocupação principal desses criadores diz respeito a garantir a sobrevivência de suas famílias. Os produtos gerados nesse sistema de criação atendem as demandas populares e tradicionais do Nordeste

Nessa ótica, pode-se afirmar que referidos criadores são eficientes. Por outro lado, começa a surgir no Nordeste um novo padrão de demanda por carnes, leite e derivados oriundos da ovinocaprinocultura. Referido padrão é considerado “moderno” e requer um sistema de criação diferente do atualmente praticado pelos criadores tradicionais e que envolve:

- a) Manejo nutricional, sanitário e reprodutivo, por grupo de produtores, cujas propriedades estejam localizadas em municípios circunvizinhos (definição de núcleos), observadas as peculiaridades de cada fazenda, inclusive o padrão zootécnico do rebanho e a infraestrutura produtiva da unidade rural;
- b) Criação de núcleos de seleção ou sistemas cooperativos de seleção em torno de um rebanho central, com o objetivo de produzir matrizes e reprodutores melhorados para a utilização no próprio rebanho ou nos rebanhos associados e, inclusive, para comercialização dos animais e de sêmen dos melhores reprodutores, visando obter destaque nos ganhos obtidos;
- c) Melhoramento genético, direcionado para a produção de animais mais adaptados à realidade e, portanto, mais eficientes para a realidade nordestina, observadas as exigências do mercado consumidor (animais precoces, por exemplo);
- d) Financiamento para mini e pequenos produtores destinado a construções rurais rústicas, ou seja, apriscos (pedra ou terra batida etc.), currais, cochos e bebedouros, que podem ser feitos com materiais eficientes e de baixo custo abundantes na Região, minimizando os custos de implantação dos projetos e não comprometendo a capacidade de amortização desses pequenos produtores.

e) Criação de laboratórios de referência para diagnóstico de doenças.

O Quadro I relaciona os principais gargalos identificados pela entrevista de campo e sugere as possíveis soluções para resolver os problemas.

Gargalos	Possíveis Soluções
Falta de articulação e desorganização dos produtores	Organização e capacitação, com visão sistêmica da cadeia produtiva e foco no mercado
Rebanhos de baixa qualidade genética	Incentivo a criação e instalação de núcleos e consórcios de seleção e melhoramento genético
Escassez de recursos hídricos e forrageiros	Manejo adequado das forrageiras nativas da caatinga, formação de reservas alimentares estratégicas (feno e silagem) e aproveitamento de resíduos agroindustriais
Tamanho das unidades produtivas e dispersão dos rebanhos	Definição de áreas-pólos (Núcleos), com assistência técnica sistemática e adoção de tecnologias adequadas e viáveis economicamente
Falta de planejamento da produção	Capacitação, treinamento e dias de campo, além do estabelecimento de controles
Deficiente assistência técnica e gerencial	Desenvolvimento de programas de assistência técnica (pública e privada), gerencial e empresarial, através de parcerias entre instituições de desenvolvimento, pesquisa e o Sebrae
Inadequados programas sanitários	Priorização e definição de programas sanitários preventivos, observadas as peculiaridades de cada estado e área de localização da propriedade
Falta de acesso a novas tecnologias	Divulgar e incentivar a utilização de tecnologias viáveis técnica e economicamente
Falta de estudos sobre a lucratividade, comercialização e mercado de carne, leite e pele de caprinos e ovinos	Elaboração de estudos, diagnósticos e pesquisas de mercado e comercialização, além da definição das margens de lucros, em sistema produtivos diferenciados

Quadro 1 – Subsistema produção: Gargalos e Possíveis Soluções

Fonte: Elaboração dos autores, com base em pesquisa de campo, realizada em 2008 pelo BNB-ETENE.

7.3 – Subsistema Processamento

Este subsistema compreende três elos importantes no processamento e beneficiamento da produção: a) abatedouros e frigoríficos no abate de animais e beneficiamento da carne; b) indústrias lácteas na pasteurização do leite e produção de queijos, leite em pó, bebidas lácteas dentre outros produtos e, c) indústrias de curtumes que fazem o beneficiamento das peles, para serem transformadas em matéria-prima para a confecção de outros produtos derivados do couro (vestuário, bolsas, sapatos, cintos etc.)

Considerando que os frigoríficos e os curtumes são os setores mais esclarecidos e organizados da cadeia produtiva, além de terem maior poder de barganha em relação aos elos precedentes, tem a importante função de orientar e definir padrões de qualidade para atender as exigências do consumidor final. Por isso, devem: induzir o aumento da produção e da produtividade; sugerir adoção de tecnologias adequadas à produção de animais precoces; promover a padronização e certificação dos produtos; discutir e formar parcerias para a implementação de política de atração de investimentos; identificar técnicas de abate e processamento; e desenvolver ações para capacitar os diversos atores envolvidos no processo ao longo da cadeia produtiva.

A definição de critérios de bonificação pela qualidade dos produtos, e regularidade da oferta é uma medida de incentivo não somente à produção, mas também à fidelização dos agentes produtores. Também se constitui fator decisivo para o sucesso da caprino-ovinocultura a implementação de gestões visando à organização dos produtores, formação de alianças estratégicas, realização de estudos para definir fusões e/ou realocização de abatedouros, além da articulação interinstitucional, com vistas a melhorar a logística de transporte e distribuição e atualização da legislação.

É fundamental para a sustentabilidade da atividade de ovinocaprinocultura a consolidação de abatedouros que trabalhem dentro de parâmetros de sanidade e que, ao mesmo tempo, obtenham ganhos de escala em volume de abate, de forma a serem uma alternativa economicamente viável ao abate clandestino, largamente praticado em toda a região Nordeste. É importante ressaltar, nesse sentido, o surgimento de algumas iniciativas em diferentes estados, com a implantação de frigoríficos especializados em cortes especiais, os quais fornecem sua produção para restaurantes, supermercados e casas especializadas, como é o caso da cooperativa do município de Pintadas (BA).

O governo poderia criar uma política tributária que incentivasse a instalação de pequenos abatedouros em vários estados do Nordeste, concedendo-lhes isenção fiscal, para que os mesmos se consolidem e tenham condições de competir com o abate clandestino. Além de vantagens de cunho fiscal, importa que sejam incentivados projetos que visem instalar abatedouros com inspeção municipal e estadual, cujas exigências de ordem logística e sanitária são menores do que feitas pelo MAPA quando da instalação de abatedouros com Serviço de Inspeção Federal (SIF). Isto sem abrir mão de padrões mínimos de higiene e condicionamento de produtos, que sejam compatíveis com o porte e capacidade financeira destes empreendimentos. Atualmente alguns estados cobram imposto pelo abate, o que constitui mais um obstáculo para aqueles que, mesmo com dificuldade, procuram trabalhar dentro das exigências legais.

7.4 – Subsistema Distribuição

A distribuição representa o elo mais forte da cadeia produtiva, por estar ligado diretamente ao consumidor final e, obviamente, ser o grande responsável pela compra de toda a produção com valor agregado. Reside assim, neste penúltimo elo da cadeia, todas as ferramentas para a sustentação e competitividade do negócio da caprino-ovinocultura. Por isso, há necessidade de os elos precedentes, principalmente a indústria, estarem organizados e preparados para a negociação. Caso contrário, será o setor distribuidor que ditará as regras do jogo, as quais nem sempre atendem as necessidades e anseios dos produtores ou dos empresários da indústria de beneficiamento e processamento da carne, leite e pele.

Em países desenvolvidos, onde as cadeias produtivas já alcançaram um bom nível de organização e autoconfiança entre os parceiros é comum, sob a coordenação do subsistema distribuição em articulação com os demais elos, a promoção de campanhas para aumentar o consumo, sendo as despesas promocionais de propaganda rateadas entre os atores da cadeia, proporcionalmente a margem de lucro de cada setor. No entanto, nos países em desenvolvimento, a prática de promoções é bancada exclusivamente pelos fornecedores dos produtos, seja o empresário da indústria ou o produtor rural. As feiras e exposições que ocorrem em vários municípios do Nordeste vêm cumprindo um importante papel na divulgação da atividade, sendo um local privilegiado para integração dos atores da cadeia produtiva, divulgação de produtos e comercialização de animais.

A organização da produção e formação de parcerias; o desenvolvimento

de programas orientados para a melhoria e aumento do rebanho, inclusive redistribuição espacial; a criação de fundo para a implantação de programas de *marketing*; a regularidade e aumento da oferta por meio de parceiras, cooperativas e associações de produtores; as alianças estratégicas entre produtores, indústria de abate e processamento e distribuição são ações importantes a serem implementadas para melhorar o nível de relacionamento e negociação com os representantes do subsistema distribuição, tanto em relação ao atacado, quanto em relação ao varejo.

É de fundamental importância que seja feito um consistente plano de *marketing*, explorando o baixo teor de colesterol e a fácil digestibilidade da carne caprina e ovina, *marketing* este direcionado inicialmente para as classes A e B. Uma vez arraigado no hábito alimentar destas classes, a propagação do consumo alcançaria também as classes C e D, à medida que os preços dos produtos caíssem em função da maior escala de produção. Neste processo, é fundamental a consolidação de práticas corretas de abate, que devem preferencialmente ocorrer em frigoríficos industriais autorizados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Estadual (SIE), sendo sistematicamente combatido o abate clandestino que, além de ser feito em precárias condições de higiene, representa ainda uma concorrência desleal com os poucos abatedouros formais, que incorrem em custos trabalhistas e tributários.

Outro nicho de mercado que pode ser explorado é o que vincula os produtos ao território onde são produzidos. Este tipo de diferenciação de produto poderia ser aplicado à carne de caprino e ovino, destacando o sabor típico do animal da caatinga nordestina. Para tanto, se faz necessário um trabalho que defina de forma clara a qualidade dos produtos e derivados típicos da Região, distinguindo-os daqueles produzidos em outras áreas do País. Um exemplo de iniciativa nesse sentido é a criação e o registro da “manta de carneiro de Tauá” como produto com Indicação Geográfica. Trata-se de produto típico da região dos Inhamuns, no Ceará, que se encontra em vias de registro no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Outra iniciativa que explora a diferenciação é a criação do “Bodódromo” no município de Petrolina (PE), que consiste em um complexo de restaurantes especializados em pratos que utilizam carne de caprinos e ovinos.

Para tornar seus produtos competitivos no mercado nacional, a ovinocaprinocultura de corte necessitam dentre outros aspectos, de aumento da produtividade no campo, incremento na qualidade dos produtos, profissionalização da gestão das unidades produtivas, criação de novos canais de distribuição dos produtos e articulação entre os diversos elos da cadeia produtiva, além da melhoria do manejo sanitário.

Cabe ao poder público, em suas esferas federal e estadual, em conjunto com instituições privadas, além da fiscalização e do estabelecimento de exigências sanitárias, o desenvolvimento de políticas de incentivo e de organização dos agentes da cadeia produtiva. Uma reação indispensável ao crescimento dos mercados consiste na criação de padrões de classificação e qualidade para os produtos cárneos, que uma vez concebidos permitiriam estruturar de forma eficiente a distribuição dos produtos, além de gerar uma maior agregação de valor. O aperfeiçoamento e a agregação de valor aos produtos podem proporcionar ao Brasil a conquista de mercados internacionais que surgem com a crescente integração econômica dos países no esteio da globalização, desde que resolvidos os problemas de ordem sanitária, especialmente o da febre aftosa. Existe um nicho de mercado significativo para a carne caprina nos países desenvolvidos, dado o seu baixo teor de gordura saturada, se comparada à carne bovina e suína, pelo fato de nestes países ter aumentado o interesse da população por alimentos mais saudáveis.

O BNB tem aportado recursos majoritariamente no setor produtivo, especialmente no financiamento da aquisição de matrizes e reprodutores e, de forma crescente, para agricultores familiares de baixa renda (PRONAF). Ou seja, a base de produção de ovinos e caprinos tende a aumentar, o que é positivo, porém reforçando ainda mais a oferta de carne no mercado informal, já que são poucos os investimentos em empreendimentos voltados ao mercado formal. Como forma de contornar este problema, devem ser criadas linhas específicas de financiamento para varejistas especializados no comércio de carne de pequenos ruminantes.

Esse cenário torna evidente a necessidade de se estabelecer diferentes estratégias que levem em consideração as variadas facetas da ovinocaprinocultura, com ações específicas, conforme o perfil do produtor, do mercado intermediário e do consumidor.

Ao invés de se reforçar as contradições e conflitos entre o mercado formal e informal, limitando-se a proposições de eliminação da informalidade, as políticas e programas de governo e as ações da iniciativa privada devem se pautar no fortalecimento de suas virtudes e possibilidades de sinergia, ao mesmo tempo buscando minimizar suas limitações.

REFERÊNCIAS

ABRACEX. Disponível em: <http://www.abracex.org.br/informativo_abra.html>. Acesso em: 13 maio 2008.

EMBRAPA CAPRINOS. Comunicado Técnico. Setembro de 1987.

FATIA do couro caprino no mercado deve triplicar até 2009. Disponível em: <<http://www.tvdoberro.net/subpages/novidades.php?id=127>>. Acesso em: 08 jul. 2009.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: resultados preliminares. 2006

IVO, Fernando. Paraíba é Maior Produtor de Leite de Cabra do País. Publicado em 6 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.interjornal.com.br>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

PARAÍBA. Governo do Estado. Paraíba Lidera a Produção de Leite de Cabra no País. Publicado em 21 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. Exportações de Couros Aumentaram 24% até Agosto. Publicado em 21 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br>>. Acesso em: 2 out. 2007.

SIF/MAPA. Disponível em: <<http://www.sigsif.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 23 dez. 2008.

SOUZA, Daniel de Araújo. Carne Ovina: Produção Doméstica e Importações em 2008. Disponível em: <<http://www.farmpoint.com.br>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

SEBRAE. Informações de Mercado sobre Caprinos e Ovinos – Relatório Completo. Série Mercado. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

ZAPATA, J. F. F., BARROS, N. N., VASCONCELOS, N. M. S. International Congress of Meat Science and Technology. 41st, American Meat Science Association, USA, p. 40-42, 1995.



***Banco do
Nordeste***

ÁREA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística
Célula de Produção Gráfica
OS 2010-03/4337 - Tiragem: 1000

